

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2012

Aos 27 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, pelas nove horas e quarenta e três minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 5ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Maria Luísa da Cunha Ribeiro.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Anabela Mancebo Gomes • António Gabriel Fraga Martins Maio • António Gonçalves Toste Parreira • António Toledo Alves • Fábio António Lourenço Vieira • Hélio Manuel Melo Vieira • João Carlos Castro Tavares • João Luís Sanchez dos Santos • José Gabriel Pimentel da Silva • Luís Leonel Teixeira Salvador • Manuel Gabriel Dias Lopes • Manuel Gabriel Martins Gomes • Manuel Henrique Assis Ferreira • Maria Luísa da Cunha Ribeiro • Maria Raquel Lourenço Machado Melo • Paulo Agostinho Fagundes Cota • Paulo Ângelo Toste Vieira • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Salvador da Rocha Lopes • Sérgio Manuel Pedro Cardoso • Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva • Basílio Narciso de Sousa • Honorato Bettencourt Lourenço • Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte • Luciva Ventura • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Luís Miguel Forjaz Rendeiro • Manuel Conde Bettencourt • Manuel Dinis Fagundes • Mónica Reis Simões Seidi • Rita Olaio de Mendonça Andrade • Rómulo de Ficher Correia • Susana Borges Marcos.

Grupo Municipal do CDS-PP

Maria Eduarda Ferreira Borba • Nuno Alberto Lopes Melo Alves • Olinda Maria Gonçalves da Rocha.

Deputados municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Câmara Municipal

Presidente: Sofia Machado do Couto Gonçalves.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel, António Lima Cardoso Ventura, Fernando Francisco de Paiva Dias, Hugo Louro da Rosa, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins.

Sr. presidente da Mesa: – Falta chamar um nome; quando o referir, peço aos senhores deputados que digam todos comigo, «presente». CARLOS PINHEIRO!

Senhores deputados presentes na sala: – PRESENTE!

Sr. presidente da Mesa: – Peço que observemos um minuto de silêncio pela perda deste nosso companheiro de trabalhos.

Todos se levantaram e dedicaram um minuto de silêncio em memória do senhor deputado municipal Carlos Pinheiro recentemente falecido.

Posta à discussão e posterior votação, **a ata da sessão anterior foi aprovada com 27 votos a favor e 5 abstenções.**

De seguida o senhor presidente da Mesa passou à habitual leitura do expediente colocado à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar.

Da Cúria diocesana:

- Por ordem de Sua Exa. Reverendíssima, o senhor bispo de Angra, o agradecimento do voto de pesar pelo falecimento do senhor bispo D. Aurélio Granada Escudeiro.

B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

O munícipe Raúl Tânger: – Muito bom dia. O meu nome é Raúl António Barcelos Tânger Correia, cidadão angrense, morador na rua doutor Henrique Brás, freguesia da Conceição.

Como complemento da minha apresentação, informo que sou vogal pelo PSD na Assembleia de Freguesia de N^a Sra. da Conceição, à entrada do 12^o ano, o que tem a ver com a breve declaração que vou fazer.

Não me move qualquer animosidade pessoal contra quem quer que seja nem quero ser interpretado como acintoso para alguém; estou no plano das instituições e é nesse plano que gostaria que a minha comunicação fosse entendida.

A Assembleia de Freguesia de N^a Sra. da Conceição é maioritariamente PS mas também tem elementos do PSD e do CDS-PP e, no passado dia 17, aprovou por unanimidade um voto de protesto veemente em relação à Câmara Municipal de Angra pela forma como têm decorrido as obras de substituição do piso asfaltado de algumas artérias da nossa cidade, neste caso, na freguesia da Conceição.

Para além de 3 passadeiras para peões na praça Almeida Garrett, de sinalização horizontal, nada mais há, o que é lamentável porque prejudica os peões e os condutores e provoca alguma confusão nas nossas relações. Não encontro outro termo mais simpático para descrever a situação. É uma vergonha que, passados alguns meses desde a asfaltagem, isto ainda não esteja resolvido.

Por via destas obras, muito trânsito foi desviado para a rua doutor Henrique Brás e para a rua doutor Sousa Meneses. Tanto quanto pude apurar e isto traz um pouco de água no bico, não está prevista para breve uma intervenção nestas artérias cujo piso já se encontra muito degradado, quase tão degradado quanto este canto do edifício da Câmara nesta vetusta Praça Velha que está como provisório há não sei quantos meses, enfim, retocado com cimento... Sem mais comentários.

É também profundamente lamentável que a Junta de Freguesia, de maioria PS, tenha enviado há meses vários ofícios a esta Câmara sobre esta e outras matérias e, (no início disse que não queria ser acintoso nem me move nada pessoal), ao arrepio das mais elementares normas democráticas e do próprio Código de Procedimento Administrativo, a Câmara não se dignou responder a vários desses ofícios. É lamentável.

Falo como cidadão angrense que pretende ser interventivo e gosta da sua terra e vê-a a definhar e a regredir. Estamos aqui para trabalhar e as instituições devem estar ao serviço do povo. Faço votos para que trabalhem, de preferência bem, porque é para isso que aqui estamos e que 2013 seja, para Angra do Heroísmo e para todos nós, um bom ano, pelo menos melhor do que este. Muito obrigado.

Sra. presidente da Câmara: – Bom dia a todos. Senhor professor, muito obrigada pela sua intervenção. Não tomo isto como uma questão pessoal, acintosa ou agressiva porque a sua intervenção é válida, permite esclarecer alguns aspetos e também a assunção de culpa, principalmente em relação à última questão que mencionou.

Em relação às pinturas, aos desvios de trânsito e às asfaltagens é preciso ter em atenção que o procedimento lançado para as repavimentações referidas não englobava pinturas, por se tratar de um processo posterior.

Temos aqui presentes várias juntas de freguesia e todas estão sujeitas à mesma legislação a nível nacional. Em 2012 entrou em vigor a Lei dos Compromissos que obriga à existência de fundos previamente disponíveis que permitam a elaboração de determinadas requisições.

Felizmente a Câmara de Angra tem tido fundos positivos todos os meses, o que não quer dizer que consiga lançar todos os procedimentos, concentrando-se nas prioridades ou naqueles que obrigam a certos *timings* que se prendem com fundos comunitários. Neste momento estamos a aguardar a libertação dos fundos disponíveis para as pinturas.

A junta de freguesia mencionou algumas urgências, principalmente em relação à pintura das passadeiras por questões de segurança em relação à escola, o que foi feito por administração direta pelo pessoal da Câmara.

Temos fundos disponíveis, aguardamos a transferência de fundos comunitários e, em janeiro, vamos lançar a empreitada de pintura para que todas estas situações fiquem corrigidas. Não obstante, aceito perfeitamente que esta não é uma situação desejável.

Tivemos que optar por uma de duas situações: ou cometeríamos uma ilegalidade ou aguardaríamos pelos fundos disponíveis e a lei obriga-nos a aguardar pela sua disponibilidade.

Tenho consciência de que esta não é uma situação agradável que acaba por poder refletir uma imagem de alguma apatia por parte da Câmara mas, em bom rigor, estamos a cumprir o enquadramento legal exigível.

Quanto ao canto do passeio da Praça Velha, o mesmo foi parcialmente suprimido para possibilitar aos autocarros virarem à direita quando descessem a rua do Galo, por via do encerramento da Ladeira de São Francisco para a substituição da sua calçada. Acontece, porém, que a empresa não teve capacidade para iniciar a obra e tivemos que reabrir a rua ao trânsito. Este canto ainda não foi corrigido por se aguardar o início da intervenção na calçada.

Assumo a responsabilidade sobre a falta de resposta da Câmara aos ofícios enviados pela junta de freguesia, o que não deveria ter acontecido, vou verificar o que se terá passado e responderei com a maior brevidade possível.

Sr. presidente da Mesa: – Antes de conceder a palavra à senhora Elsa Raimundo, permitam-me que saúde a assistência e, em particular, o senhor engenheiro Rui Andrade antigo presidente desta Câmara, a quem desejo Boas Festas e um Feliz Ano Novo.

A munícipe Elsa Raimundo: – O meu nome é Elsa Raimundo e sou moradora na rua de Jesus. O que me traz a esta Assembleia é precisamente a questão da remodelação das calçadas.

Em maio deste ano enderecei uma carta à senhora presidente da Câmara e infelizmente não obtive resposta, embora tenha sido convocada pela senhora Elizabete Costa para uma reunião

em que pudesse estar presente. Toda a gente sabe que é importante termos pessoas conhecidas que nos possam abrir portas, porque, muitas vezes, não é fácil chegar a vocês.

Nessa reunião falei com a senhora presidente que foi muito prestável e se disponibilizou para tomar conta da ocorrência. Parte da obra já se encontra concluída mas não me parece que algo tenha sido feito em relação às acessibilidades.

Chamo a atenção para o Decreto-Lei nº 163/2006 que regula esta matéria. É importante que a eliminação das barreiras arquitetónicas seja posta em prática porque sou uma pessoa com deficiência e vejo-me privada do meu direito de cidadania a todos os níveis, o que não pode servir de desculpa para a nossa participação ativa e social e é uma forma de discriminação.

As dificuldades de mobilidade na cidade não são apenas sentidas por mim mas também pelos deficientes visuais, pelos deficientes auditivos e por quem envelhece e carece de outro tipo de acessos condignos.

Chamo mais uma vez a atenção para esse decreto-lei que é bem claro. Uma vez que vão reiniciar a obra, é importante que tudo isso seja tido em conta porque sinto muitas dificuldades.

Estou a ser um pouco «politicamente correta» mas, às vezes não apetece. Quem passa por estas situações é que sabe como, por vezes se torna doloroso, o simples ato de sair à rua.

Sra. presidente da Câmara: – A senhora referiu que endereçou uma carta à Câmara e não obteve resposta porque, entretanto, tivemos uma reunião e falámos pessoalmente. Vou partilhar com a Assembleia o que foi falado na altura.

Reconheço-lhe todo o direito e legitimidade em estar insatisfeita por não termos acautelado essas situações ao longo dos anos. Só quem passa por elas é que tem a noção das dificuldades. Na reunião que tivemos, a senhora teve o cuidado de me referir alguns exemplos de situações difíceis por que passou e alguns episódios mais dolorosos, dos quais, nós, que não temos essas dificuldades, nem tão pouco nos lembramos, acabando por não acautelar aquilo que é obrigatório por lei. Mesmo que a lei não o previsse, deveríamos ter em conta essas situações o que, por vezes, não acontece.

Esta não é uma situação que se consiga corrigir de um dia para o outro porque a cidade tem muitos anos. Foram-me dados vários exemplos que me abriram os olhos, nomeadamente, o facto de algumas passadeiras terem sido elevadas num extremo de algumas ruas, o que não aconteceu no outro. Enquanto se consegue atravessar facilmente em cadeira de rodas na rua da Sé porque as passadeiras se encontram elevadas, o mesmo não acontece, por exemplo, na rua da Rocha ou noutros arruamentos.

Falou-se que, em termos de futuro e na continuidade da empreitada, iria passar essa informação aos serviços técnicos para que se comesse a acautelar essas situações. Infelizmente, devido às dificuldades do empreiteiro, não houve grandes evoluções nas empreitadas das calçadas que estavam a decorrer mas comprometi-me a acautelar todas estas situações no futuro.

O caso do edifício dos Paços do Concelho é um exemplo claro. Para que a senhora pudesse vir aqui hoje prestar essas declarações teve que ser auxiliada até ao andar de cima porque este edifício não possui um elevador.

Estamos em falha e eu assumo essa responsabilidade apesar de se tratar de uma situação que não se consegue resolver em poucos dias. Volto a referir que serão feitos todos os esforços para que essa situação seja colmatada e que, desde já, tudo o que está programado em termos de autarquia preveja o cumprimento dessa lei e obrigue à criação das condições necessárias para as acessibilidades.

Na última reunião fez-me perceber que tudo o que fizemos é pouco, falámos que eu tinha plena noção de que este é um trabalho que tem que ser continuado e recuperado ao longo dos tempos e é isso que vamos fazer.

C - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Muito bom dia, senhor presidente e restante Mesa, senhora presidente da Câmara e vereação, senhores deputados.

A minha intervenção está relacionada com uma velha questão. Não queria ser injusto para a senhora presidente da Câmara mas, quem está de fora do problema, fica com a sensação de que as coisas vão correndo sem uma grande motivação ou sem que a Câmara pareça ter como primeira prioridade a resolução do problema (já referido aqui por mais que uma vez) dos barulhos dos bares do Porto das Pipas e das criancinhas de 14 e 15 anos que vão para lá beber, drogar-se e pintar a manta.

Sei que as instituições se escudam atrás dos meandros da lei, da complexidade dos 3 intervenientes, Polícia Marítima, Polícia de Segurança Pública e Câmara Municipal, mas dá-me a ideia que estão com pouco entusiasmo para resolverem o problema que é muito simples de resolver; cumpra-se a lei que determina que há ruídos que não se podem fazer. Não pode haver colunas cá fora a fazer barulho e a incomodar as pessoas que querem dormir.

Cruzamo-nos ainda com um outro problema crónico na cidade de Angra que tem o tempo e os agentes que nele intervêm como principais inimigos; sai tudo mal. Faz-se um hotel enorme naquela zona, (não vou discutir se a localização é boa ou má), mas o seu proprietário, (apesar da forma difusa e obscura como tem gerido o próprio processo de construção do edifício), pode ter razão numa coisa: é que os clientes queixaram-se do barulho.

Coro de vergonha ao pensar que hóspedes estrangeiros vieram para um hotel, supostamente de 5 estrelas (veremos se é ou não), e partem daqui incomodados porque não conseguiram dormir. Dá-me a ideia de que as próprias instituições é que andam a dormir ou não estão nada motivadas e este problema não as incomoda. Não incomoda que as crianças andem por maus caminhos, não incomoda que não se cumpra a lei e se faça o barulho que se entender e, depois, quando se procura responsabilidades, diz-se que a gestão é partilhada por 3 entidades.

Cada um assobia para o lado, refugiam-se na lei e dizem-nos que se levantaram uns autos, que haverá contraordenações e mais uma série de quesitos legais, mas a verdade é que o problema vai-se mantendo e a coisa parece não se resolver com a celeridade desejada. Peço mais uma vez desculpa se estou a ser injusto; se estiver a sê-lo, corrija-me por favor.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Bom dia senhor presidente, senhoras e senhores membros da Assembleia, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhores membros do público.

Começo por felicitar a intervenção da senhora Elsa Raimundo, que veio aqui destacar um aspeto que muitas vezes esquecemos, e dar o meu apoio à Câmara e à Assembleia Municipal a iniciativas que queiram tomar; para tal podem contar com o apoio do CDS-PP.

Este é um assunto que nos melindra há anos. No mandato de 1997 a 2001 apresentámos um voto de louvor pela iniciativa, salvo erro inédita na altura, do rebaixamento de alguns passeios na zona de Angra, de modo a permitirem esse tipo de acessibilidade. Posteriormente, em campanhas eleitorais, alertámos para a má colocação das caixas de alta tensão em ruas com passeios estreitos e para a colocação de sinais de trânsito no meio dos passeios. Na altura usei

um carrinho de bebé com uma câmara da RTP Açores para fazer o percurso, mostrando que, por vezes, em algumas ruas tinha que sair do passeio.

Disponibilizamos o nosso apoio a estas iniciativas que visem corrigir algumas deficiências aqui apontadas, alertando que não se trata de um problema relacionado apenas com a Câmara Municipal.

Já referi as caixas de alta tensão mas recordei também o caso do Caminho do Meio de S. Carlos, intervencionado há pouco tempo, onde foram colocados alguns postes de iluminação no meio dos passeios, um ou dois anos após a sua construção; não se pode passar pela esquerda nem pela direita e os passeios, que eram amplos, estão agora bastante exíguos por causa das obras públicas.

Felicito mais uma vez a intervenção da senhora Elsa Raimundo. Aproveito para relembrar algumas iniciativas positivas e devemos tentar impedir outras más que têm estado em curso evitando que se agravem nesta fase.

Sr. d. m. João Santos: – Bom dia senhor presidente, Exma. Mesa da Assembleia Municipal, senhora presidente e senhores vereadores e caros colegas deputados municipais. Aproveito para desejar a todos umas Boas Festas.

Na sequência da intervenção do senhor deputado Nuno Melo Alves, aproveito para referir que o Partido Socialista também se associará a todas as iniciativas que possam contribuir para a melhoria das acessibilidades e consequentes condições de vida dos cidadãos deste concelho portadores de deficiência. Isso estaria certamente implícito mas estas questões são de tal forma importantes que é necessário verbalizá-las e assumi-las publicamente; é o que pretendo fazer neste momento, em meu nome e do Partido Socialista.

Gostaria de destacar também que, eventualmente, as coisas serão mais fáceis em Angra do que em outros municípios do país, mas deve aproveitar-se algum trabalho já feito e dar-lhe continuidade.

Para além do que o senhor deputado referiu acerca do rebaixamento de alguns passeios, gostaria de lembrar a elevação de algumas passadeiras, nomeadamente na rua da Sé, e que, eventualmente, Angra será a cidade do país com mais lugares de estacionamento *per capita* para deficientes, não porque tenha mais deficientes motores do que as outras cidades, mas porque denota grande preocupação por esta questão.

Não estou a defender a Câmara porque, nesta matéria, o muito que se faça é insuficiente e muito mais haverá a fazer nesta cidade. É isso mesmo, senhora presidente: deve dar-se continuidade ao trabalho que tem sido feito.

Hoje, ao tomar café, abri o Diário Insular e li uma notícia na página 4 que refere que a Câmara Municipal de Angra passou no teste mas esbarrou em contrato programa. Ou tenho informações incorretas ou a notícia está errada; por isso solicito algumas informações à senhora presidente a respeito do que o Tribunal de Contas diz acerca da margem de segurança das contas do município e da forma como se pronuncia relativamente à Associação Cultural Angrense; gostaria que a senhora presidente esclarecesse esta Assembleia sobre esse aspeto.

Apesar de extremamente interessante e feliz a forma como está feita a notícia do novo canil de Angra do Heroísmo para o primeiro trimestre de 2013, gostaria que a senhora presidente falasse também um pouco desta obra avaliada em mais de 100 000,00€, que me suscita algumas dúvidas.

Já que se está a falar de obras, gostaria ainda de referir duas situações que foram apresentadas a esta Assembleia por mais que uma vez e sobre as quais tivemos que nos pronunciar. Gostaria de saber o ponto da situação da Casa da Roda, cuja alienação aprovámos aqui, mas

obtivemos a informação de que, afinal, já não seria alienada; gostaria de saber o que está previsto para aquele espaço.

Já conhecemos minimamente o processo mas gostaria também de saber mais pormenores e se haverá algo de concreto em termos de previsões a curto prazo relativamente às obras da Casa do Chá, porque é uma obra extremamente importante que, como já referi noutras assembleias, poderá ser determinante para a boa ou má vida e para a boa ou má saúde de um espaço nobre desta cidade que é o Jardim Público.

Sra. presidente da Câmara: – O senhor não está a ser injusto de forma alguma, professor Manuel Conde. Concordo com o desagrado mas não concordo propriamente com a questão da apatia.

Desde que cá estou, a questão do Porto das Pipas tem sido um assunto quase diário desta Câmara Municipal por diversos motivos. Por um lado, as pessoas mais novas solicitam que não se encerre a vida noturna em Angra, por outro, vemo-nos confrontados com a insatisfação dos moradores ou do proprietário do Hotel Angra Marina por causa do barulho.

É necessário esclarecer que a Câmara apenas concedeu um prolongamento de horário de 2 horas aos fins-de-semana e vésperas de feriados, sem licença de ruído. Neste momento a Câmara de Angra não possui polícia municipal e o PDM não prevê quais as zonas onde é permitido determinado tipo de ruído.

Em qualquer casa deste país, quando detetamos ruído em excesso, não ligamos para o município porque não funciona fora de horas nem possui polícia municipal; ligamos para a PSP que é a entidade com competências na matéria e capacidade para agir no momento, podendo forçar eventuais encerramentos naquela situação pontual ou atuar da maneira que entender.

A Polícia de Segurança Pública tem sido contactada por diversas vezes, dirigindo-se ao local e dando indicações para a redução do ruído, embora nunca tenha ordenado qualquer encerramento.

A Câmara Municipal delegou competências no vice-presidente, com vista à não renovação do prolongamento do horário de funcionamento dos bares que termina no final deste ano, passando os mesmos a funcionar como qualquer outro bar até às 2 horas da manhã, com a obrigação do cumprimento dos limites de ruído impostos pela lei e não pelo PDM, cabendo à PSP as ações de fiscalização.

Se o município não prever no seu PDM os limites máximos dos decibéis em cada zona, não tem competência para agir. De qualquer forma, a próxima medida a ser tomada já a partir de 2013 é a não renovação do prolongamento de horário, se bem que a licença de ruído nunca foi concedida, exceto por ocasiões da passagem do ano ou coisas do género, o que não aconteceu este ano.

Em relação à intervenção do senhor deputado Nuno Melo Alves, em 2007 e 2008 começou-se efetivamente um trabalho de elevação de passadeiras e criação de algumas rampas de acesso em escolas, cemitérios, etc. Pode parecer muito para nós, mas é uma gota de água no oceano para quem precisa de usufruir destes espaços diariamente e é um trabalho que temos que continuar.

Em resposta à intervenção do senhor deputado João Santos, o Tribunal de Contas pronunciou-se numa primeira fase através de um relatório prévio, antes do qual houve uma fuga de informação que não deveria ter acontecido porque envolvia particulares. Em reunião na altura, tive oportunidade de falar com as pessoas envolvidas que lamentaram o sucedido e ficaram bastante incomodadas com a situação.

O relatório do Tribunal de Contas foi entregue na Câmara, depois houve lugar à contrarresposta enviada pela autarquia e pelas pessoas envolvidas no processo que originou uma resposta final do tribunal. Deduzo que essa resposta final se divide em 2 pela argumentação apresentada.

O TC pronunciava-se sobre a questão da Associação Cultural Angrense (ACA), sobre o contrato-programa entre as partes e sobre as contas do município, referindo que estão bastante saudáveis e estáveis.

Deduzo que o mesmo tribunal relegou para mais tarde uma resposta sobre a pronúncia da anteproposta de relatório, em função de uma avaliação à situação específica da ACA, mas pronunciou-se de forma definitiva em relação às contas, o que é extremamente favorável para o município. Não há pronúncia, mas sim um reporte para mais tarde, face a uma reavaliação e nova auditoria a este processo da ACA. Penso que o que saiu no jornal é um pouco a junção da anteproposta e do relatório final.

No que toca à obra do novo canil municipal, foi lançado um concurso e, não fosse o surgimento de algumas questões colocadas pelos concorrentes nesta fase de erros e omissões, originando a suspensão do prazo, já teríamos concluído a fase de concurso. Salvo erro, o prazo limite para a apresentação de propostas é de 19 de janeiro de 2013. A partir da conclusão de todos estes procedimentos, será definida a entidade vencedora e proceder-se-á ao início da obra.

Em resposta ao assunto da Casa da Roda, apesar dos muitos pedidos de informação sobre os procedimentos do concurso, o resultado final resumiu-se a um único concorrente. Neste momento estamos a finalizar os procedimentos e a efetuar as assinaturas do contrato.

Foram levantadas algumas questões por este mesmo concorrente em relação à forma de execução de alguns aspetos mencionados no Caderno de Encargos e estamos a finalizar o processo para que aquele espaço possa abrir brevemente.

No que diz respeito à Casa de Chá, como sabem, a empresa entrou em insolvência e solicitou à Câmara Municipal que prescindisse dos seus direitos em relação ao abandono da obra mas, em reunião de Câmara, decidiu-se não aceitar a proposta levando à rescisão do contrato por abandono da empresa construtora. Neste momento estão em curso os procedimentos e medições que darão lugar a um novo concurso, com vista à finalização daquela obra.

Não me recordo se prestei esta informação aqui na Assembleia Municipal mas fi-lo em reunião de Câmara. Tentámos que a empresa cedesse a sua posição contratual a uma empresa cá da ilha, preferencialmente do concelho de Angra, em condições de finalizar a obra. Foram feitos alguns contactos, mas não se chegou a consenso. Assim, acabámos por terminar o contrato e estamos a preparar um novo concurso.

Sr. d. m. João Santos: – O que a senhora presidente tentou dizer foi que metade desta notícia foi feita com base no relatório preliminar e a outra metade com base na resposta do Tribunal de Contas? Haverá ou não auditoria do TC, como é referido no último parágrafo?

Sra. presidente da Câmara: – Não sei se alguém desta Câmara foi consultado a respeito dessa notícia, eu não fui. Pelo que li, deduzo que a mesma contenha informação da anteproposta e do relatório final; é referida uma auditoria. Vai haver uma reapreciação do processo da Associação Cultural Angrense por parte do Tribunal de Contas.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Senhor presidente, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia, muito bom dia.

Em primeiro lugar, em nome do PSD, queria agradecer e retribuir ao senhor deputado João Santos os votos amáveis que nos dirigiu e cumprimentar o novo vereador da Câmara

Municipal presente nesta reunião. Esta Câmara não para de nos surpreender com novos elementos na sua constituição.

Gostaria de colocar uma questão à Câmara Municipal a respeito da intervenção do senhor deputado João Santos, que me tem sido referida por inúmeras pessoas na rua e através das redes sociais onde parece que este assunto foi tratado e que é trazido aqui através de documentação fotográfica. Refiro-me à promoção das Sanjoaninas e à constituição das delegações que, sucessivamente, representam o município e as comissões organizadores das festas junto das nossas comunidades.

Vou referir o que me dizem porque não sou testemunha qualificada nesta questão e pretendo apenas obter esclarecimentos por parte da Câmara. Dizem que está a tornar-se excessiva a representação do município angrense e das comissões das festas junto das nossas comunidades.

Disseram-me que se deslocaram às comunidades 9 pessoas para fazerem a promoção das nossas festas e que, desta vez, o município se fez representar pela senhora presidente da Câmara e pelo senhor presidente da Assembleia Municipal, algo que não tem paralelo no passado e que, a ser verdade, não devia acontecer no presente.

Isto deixou-me um pouco surpreendido porque não me parece habitual nem necessário que aconteça. Bem, pelo aceno de cabeça do senhor presidente vejo que isso não corresponde à verdade e fico muito satisfeito que assim seja.

Gostaria assim de perguntar à senhora presidente da Câmara quais têm sido os critérios para a constituição destas delegações, quantas pessoas envolvem esta representação, que custo é que estas deslocações acarretam para o orçamento camarário e que retorno é que a Câmara espera alcançar com esse investimento.

É preciso ser muito rigoroso e cauteloso com os dinheiros públicos e com o que se gasta, porque temos sucessivos exemplos de que a má despesa pública nos conduz a situações absolutamente lamentáveis e muito difíceis de recuperar.

Tenho a certeza que os responsáveis da Câmara Municipal terão a maior cautela e exercerão esta função com a maior transparência o que, no que toca ao assunto levantado com muita pertinência pelo senhor deputado João Santos, não existiu.

Ainda hoje aguardamos a informação que nos foi prometida há 4 anos aqui na Assembleia Municipal pela antecessora da senhora presidente sobre as despesas das Sanjoaninas, informação essa que nunca nos foi facultada; se a senhora presidente nos puder providenciar essa informação, ficar-lhe-ia muito grato. Como não obtivemos informações e esclarecimentos sobre esta matéria, esperamos que venha agora o Tribunal de Contas em boa hora esclarecer algo que continua por esclarecer.

Sra. presidente da Câmara: – Agradeço a oportunidade que me dá para clarificar aqui esse assunto, que já esclareci em reunião de Câmara, porque a mesma questão foi colocada pelos senhores vereadores do PSD.

Embora não tenha acontecido nos últimos 2 ou 3 anos, desde há muitos anos que se fazem estas deslocações às comunidades portuguesas. Em relação à dupla representação que referiu, como tínhamos que nos deslocar a 3 locais, solicitei ao senhor presidente da Assembleia Municipal que representasse o município em 2 deles e eu deslocar-me-ia ao outro.

Foi apresentada uma proposta de parceria à SATA Internacional que foi aceite de imediato e todas as passagens das pessoas que se deslocaram foram oferecidas, à exceção das ligações entre o Canadá e os E.U.A. A comitiva ficou alojada em casas particulares e em Gilroy o alojamento foi oferecido pelo presidente da Câmara Municipal.

A inovação deste ano verificada na promoção das Sanjoaninas tem a ver com o objetivo e a forma como foi feita. A missão de 2 pessoas da comissão de festas é a promoção junto das comunidades, assegurando que os emigrantes procurem as nossas festividades; para isso, entre junho e novembro, antes de partirem, estiveram em contacto permanente com as comunidades com o objetivo da realização de algumas festas com vista à apresentação das Sanjoaninas e cuja receita líquida assegurasse os custos da deslocação. Essas 2 pessoas deslocaram-se mais cedo para prepararem as festividades e com o dinheiro das festas pagou-se a permanência da comitiva junto das comunidades.

Não tivemos custos com as deslocações terrestres porque as pessoas que nos alojaram transportaram-nos de um lado para um outro, à exceção de alguns pormenores como as ligações aéreas e algumas situações pontuais em termos de alojamento que não ultrapassaram 2 ou 3 noites.

Este ano a comissão procurou fazer um pouco mais do que o habitual e não fomos lá simplesmente promover e aguardar que nos visitassem. Ficou combinado com a SATA que não se trataria apenas de uma oferta de passagens, mas sim de um trabalho de parceria. Eles assegurariam a nossa deslocação para o Canadá e E.U.A. com a contrapartida da realização de um voo desde Boston, outro desde Oakland e um outro desde Toronto, 2 ou 3 dias antes das festas com regresso previsto para o final.

O pacote sairia mais barato do que o preço original da passagem normal e englobaria a passagem aérea, os bilhetes para as touradas e os bilhetes para os concertos. A SATA informou que acederia de imediato desde que houvesse um mínimo de 125 lugares em cada voo.

Neste momento já obtivemos a confirmação da vinda de uma filarmónica de S. José que tocará nas marchas de S. João, da zona de Boston estão a tentar deslocar cá uma marcha e estamos a aguardar resposta de Toronto.

Este ano, pela primeira vez deslocaram-se 2 pessoas ao Brasil, com vista à promoção das festas. Já tinha sido feita cá a assinatura da geminação de Gramado porque este ano comemoravam-se os 250 anos da presença açoriana. O anterior vice-presidente deslocou-se para assinar acompanhado por 2 pessoas.

Do Brasil já se confirmou a presença de um grupo folclórico de 40 pessoas que poderão vir acompanhadas de familiares ou amigos.

Resumindo, a despesa pagou-se a si própria e temos a presença confirmada das nossas comunidades nas festas Sanjoaninas. Apesar das dificuldades que também se fazem sentir nos E.U.A., esperamos ter os voos cheios. Penso que o voo de Boston já está lotado, parece que o voo proveniente de Oakland também está prestes a lotar e há uma série de reservas para o que vem de Toronto.

Se enchermos todos os voos com perto de 300 lugares por avião, teremos cerca de 900 pessoas nos concertos, na praça de touros ou a consumirem no comércio local e a deslocação desta comissão, que fez um trabalho extraordinário, saiu-nos a custo zero.

Acho que faz todo o sentido que se questione se estamos a gastar dinheiro mas acontece precisamente o contrário; estamos a assegurar o investimento na ilha.

Sr. presidente da Mesa: – Permitam-me um esclarecimento complementar sobre 2 questões que a senhora presidente não referiu talvez por esquecimento. Deslocaram-se 5 elementos da comissão e eu próprio, em representação do município, e 2 pessoas que foram cantar folclore. Presumo que nenhum dos senhores deputados terá qualquer dúvida quanto à generosidade dessa representação.

O senhor deputado Joaquim Ponte saberá melhor do que eu que isso era assim; ia sempre alguém para animar as festas. Apesar de a SATA ter oferecido as passagens, poderei estar de acordo consigo que poderá ser excessivo e foi a primeira vez que estive numa situação destas.

Gostaria de referir também que, para além do que foi dito pela senhora presidente, a comissão das Sanjoaninas trabalhou pela primeira vez em parceria com a SATA e eventualmente com outras empresas, resultando na diminuição acentuada do custo real para o emigrante, uma situação que é de louvar.

Para além de tudo isto, a comissão de festas teve a preocupação de integrar uma dama do Canadá, uma dos E.U.A. e outra do Brasil no desfile de abertura, daí a necessidade de alguém se deslocar mais cedo.

Como a senhora presidente também referiu, houve um saldo positivo nesta visita, algo que raramente aconteceu no passado.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Agradeço os esclarecimentos da senhora presidente da Câmara e o complemento do senhor presidente e felicito o trabalho da Câmara. Nunca questioneei a legitimidade do senhor presidente da Assembleia se deslocar em representação do município e devo frisar que fiquei muito satisfeito ao vê-lo na comitiva representativa das Sanjoaninas porque o senhor tem legitimidade democrática para isso, algo que, como se sabe, a Câmara não tem. A sua participação nesta delegação só enriqueceu a representação do município e enobreceu o nosso concelho.

Sr. presidente da Mesa: – Deixe-me prestar uma informação que partilhei à chegada com a senhora presidente, que já tinha feito trabalho nesse sentido, que é a necessidade de haver alguém na Câmara Municipal com a incumbência de fazer a ligação às nossas comunidades porque tive a oportunidade de verificar que havia alguns lapsos nos contactos. Se alguém ficasse com a memória das diferentes deslocações facilitaria e enriqueceria esses mesmos contactos.

Sra. presidente da Câmara: – Gostaria de esclarecer que, das cinco pessoas, quatro pertenciam à comissão das festas e uma deslocou-se em representação da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Gostaria também de referir que fomos recebidos de uma forma excepcional, que acabamos por não corresponder quando os nossos emigrantes se deslocam cá, deixando-nos com uma enorme responsabilidade de retribuição entre mãos.

Finalmente, em tom de graça, gostaria de lhe dizer, senhor deputado, que tenho o mesmo respeito e consideração pela pessoa que o substitui quando o senhor não está cá, como tenho por si. Reconheço a mesma legitimidade a quem se senta nessa cadeira quando o senhor não pode vir e se faz representar e isso está previsto na legislação. Já é a segunda ou a terceira vez que o senhor refere que eu não tenho legitimidade para estar cá mas tenho toda a legitimidade democrática. A democracia faz aprovar leis e a lei concede-me a legitimidade para estar aqui.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhores membros da Mesa, senhores deputados municipais, Exma. Câmara Municipal.

Um breve palavras acerca do Angra Marina Hotel. Na última reunião da Assembleia Municipal coloquei um conjunto de questões referentes ao licenciamento e abertura daquele hotel com obras ainda em curso, com Pareceres da Proteção Civil e Bombeiros quanto à segurança do referido empreendimento e com a atribuição da licença de utilização turística da qual depende a sua classificação como hotel de 5 estrelas.

Na altura (e tenho aqui a ata), foi-me respondido que tudo estava em ordem, que o senhor Américo era uma pessoa muito miudinha e a exigência com que aquele projeto foi realizado e

a atenção a todos os pormenores deixavam a senhora presidente confortável para confiar que todas as situações seriam acauteladas.

Foi-me dito também que havia sido atribuído ao hotel um licenciamento provisório previsto na legislação em vigor. Agora e de acordo com o que vem na comunicação social, confirmam-se os problemas em devido tempo elencados pelo PSD com licenciamentos em falta, com incentivos em atraso dependentes dos respetivos licenciamentos, com ameaças de fecho da unidade hoteleira e com a Câmara de Angra no meio de mais uma trapalhada.

O hotel diz que a culpa é da Câmara, a Câmara diz que a culpa é do hotel, o Governo não atribui a sua parcela de incentivo ao investimento e gostaria que a senhora presidente nos desse todos os esclarecimentos adicionais.

Senhora presidente, o que é que falta para que se atribua o alvará de utilização turística àquele hotel?

Sra. d. m. Rita Andrade: – Bom dia senhor presidente, restante Mesa, senhora Câmara, caros colegas deputados. Vou apenas relembrar um assunto que tenho trazido a quase todas as assembleias, que é o trânsito no troço no Caminho do Meio de São Carlos entre a escola Tomás de Borba e a igreja de S. Carlos.

Sei que a resolução daquele problema não é da responsabilidade da Câmara Municipal, por se tratar de uma estrada regional, mas é da sua responsabilidade a segurança de quem ali circula. Um dia destes estava um autocarro a cruzar-se com um camião do Ananias e vi uma pessoa colada à parede tipo osga tentando não ser esmagada por um dos veículos.

Gostaria de saber se a Câmara tem efetuado alguns contactos com vista à solução daquele problema, podendo optar-se pela via de sentido único, semáforos ou qualquer coisa que aumente a segurança de quem ali circula antes que aconteça uma tragédia e acabemos por chorar sobre o leite derramado quando morrer ali uma criança.

Sra. d. m. Mónica Seidi: – Bom dia a todos. Antes de mais queria felicitar a Câmara e a senhora presidente pelo apoio prestado ao jovem André Leonardo e a toda a sua equipa. Felicito ainda a senhora presidente pela sua prestação no *sketch* inicial. Não sei se estiveram presentes mas foi muito engraçado.

Quero também alertar para um problema de lixo que tem vindo a crescer na rua doutor Aníbal Bettencourt, onde moro. É uma rua onde circulam muitos carros, uma zona habitacional considerável e é habitual as pessoas deixarem o lixo à porta das suas casas. Pelo facto de aquela rua dar acesso a um bairro muito populoso, é desagradável abrir a porta de casa e ver o lixo todo espalhado pelos animais e a presença de ratos.

Além de muito inestético, penso que este problema poderá ser solucionado facilmente com a colocação de um contentor na própria rua Dr. Aníbal Bettencourt, dado não existir nenhum naquele arruamento.

Sra. presidente da Câmara: – O que o senhor deputado Luis Rendeiro referiu a respeito do Angra Marina Hotel em nada vem contrariar o que está neste momento em causa. O hotel precisa da sua licença definitiva e estão em falta alguns pormenores que, no meu entender, são bastante simples.

Ontem tivemos uma reunião com o senhor Américo e revimos os assuntos em falta. Vão ser providenciadas as telas finais para entregar, há uma questão que se prende com pinturas do arruamento para que se possa inverter o trânsito e foi adquirido e colocado lá um equipamento que não é o normalizado pela EDA, que pretende apenas um termo de responsabilidade para poder proceder à ligação. São aspetos relativamente simples de superar que se prendem com a entrega de alguns dados adicionais para se complementar o projeto.

Excetuando algumas situações pontuais, como a pintura da rua, o resto resolve-se apenas com a entrega de documentos. Está tudo em sintonia com o que está executado e o que está no papel. Penso que o assunto ficará sanado quando esta questão for superada; pelo menos assim espero, porque é uma situação extremamente desconfortável para o dono do hotel que fez ali um investimento enorme, precisa da licença definitiva para receber a sua participação e o município tem todo o interesse que o hotel esteja a funcionar.

No que toca à questão do trânsito entre a escola Tomás de Borba e o Império de S. Carlos, após diligências efetuadas, foi-nos esclarecido que a colocação de semáforos não seria adequada por potenciadora de choque frontal de um morador que saísse a meio da rua e tomasse o sentido inverso.

A questão do sentido único prende-se com o facto de não sujeitar os autocarros à grande inclinação da Canada Nova. Estou apenas a passar a informação, porque não se trata de gestão camarária.

Ainda não foi encontrada uma solução que melhore aquela situação, que não é nova, mas que se tornou ainda mais preocupante e difícil de superar desde o aumento de trânsito motivado pela abertura da escola. Com estas soluções resolvia-se um problema mas criava-se outro.

Em relação ao lixo na rua doutor Aníbal Bettencourt, passarei a informação aos Serviços Municipalizados...

Sra. d. m. Mónica Seidi: – A colocação de um contentor naquele espaço do lado direito junto à primeira entrada do bairro que possui um sinal para peões, resolveria o problema porque passam ali imensos cães e gatos. Como não dá para colocar à porta de casa, aglomera-se ali bastante lixo. O fiscal esteve na minha casa e eu disse-lhe o que se estava a passar.

Sra. presidente da Câmara: – Não há recolha de lixo porta a porta onde houver um contentor a menos de 150 metros, embora exista recolha porta a porta na cidade apesar de existirem alguns contentores colocados estrategicamente. Vou reportar a situação aos Serviços Municipalizados.

Sr. d. m. Fábio Vieira: – Senhor presidente da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, senhores membros do público, bom dia a todos.

Tenho um pedido de esclarecimento para fazer à senhora presidente da Câmara. Gostaria de saber se, da parte da Câmara, existem indicadores do impacto do recentemente aprovado Orçamento Geral do Estado que, a partir de agora, consagrou na lei um roubo transversal a todos os portugueses e foi legitimamente aprovado por um dos membros desta Assembleia Municipal que se encontra ausente neste momento.

Este orçamento é um ataque a direitos constitucionalmente adquiridos, além de uma total perversão do que foi anunciado em campanha eleitoral pelo atual primeiro-ministro. Repito que este orçamento vergonhoso foi aprovado por uma das pessoas desta casa.

Sr. d. m. António Maio: – Muito bom dia, senhor presidente e Exma. Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Também tenho uma interpelação direta a fazer ao doutor Joaquim Ponte mas ele não está presente. Não posso deixar de referir a questão da Associação Cultural Angrense porque também me toca diretamente, como já explanado por várias vezes e bem espelhado na ata da última Assembleia, e também porque o assunto já assume contornos públicos ao nível do Tribunal de Contas.

Além da questão que desejo colocar ao doutor Joaquim Ponte, porque ele a referiu, tenho outra a apresentar à senhora presidente da Câmara, também relacionada com essa matéria.

Compreenderão que a abordagem a este aspeto se prende com a minha ligação à instituição bancária financiadora das Sanjoaninas.

Poderão dizer: «O senhor está aqui como deputado municipal, não deve evocar essa situação.» Apesar da qualidade de deputado municipal, não perco a legitimidade para abordar a situação da entidade bancária credora desse financiamento, que nunca foi aqui referenciada, como se isso não importasse para a resolução do problema.

Sinto-me à vontade para falar nesta fase, porque, em situações análogas ocorridas na nossa sociedade com outras instituições recreativas e culturais e outras entidades bancárias, a minha postura foi sempre a mesma. Na minha qualidade de funcionário bancário, habituei-me a fazer uma leitura enquanto devedor e outra enquanto credor; conheço a posição do credor mas também a do devedor.

Cada vez mais se elegem direções de instituições que, muitas vezes, fazem tábua rasa e não honram os compromissos anteriores. Isto vem a propósito do financiamento das Sanjoaninas porque nunca foi aqui dito que a instituição em causa agiu de boa-fé, dando continuidade aos procedimentos desde sempre adotados.

Não compete à instituição bancária verificar cheque a cheque nem fazer auditorias ao levantamento do dinheiro dos nossos clientes, o que nem sequer é compatível com o nosso modelo de economia e gestão bancária. Não procuramos saber se o dinheiro foi utilizado para viagens de promoção das Sanjoaninas, para pagar eletricidade, enfim, se foi bem ou mal gasto.

Havia um modelo tradicional de financiamento muito apoiado numa instituição local, comum aos períodos de gestão camarária quer do PS quer do PSD. Não está cá o doutor Joaquim Ponte mas está o engenheiro Rui Andrade e ambos sabem que isto funcionou assim. A Câmara nunca se endividou diretamente para financiar as Sanjoaninas. O financiamento era efetuado através e uma conta aberta pelas respetivas comissões.

Não se verificando qualquer quebra de sigilo no que estou a dizer, é bom que todos entendam isto: abria-se uma conta em nome da comissão de festas onde se debitavam e creditavam os movimentos respetivos. Verificando-se habitualmente no final das festividades um saldo devedor, a Câmara procedia à sua liquidação através de transferência da importância respetiva.

Isto sempre funcionou assim até que, em meados de 2008, a presidente da Câmara de então, Dra. Andreia Cardoso, decidiu repensar o modelo de financiamento das Sanjoaninas e alterar este procedimento, existindo na altura alguns défices por saldar referentes a comissões anteriores.

Na minha opinião houve um tempo excessivo para resolução deste problema que poderia ter sido resolvido com a maioria camarária do Partido Socialista. Na qualidade de deputado municipal, por diversas vezes alertei para esta situação mas o executivo camarário da altura entendeu adiar o problema até ser «apanhado» pela situação atual de falta de maioria absoluta, passando o conhecimento da situação para o domínio público.

Compreendo perfeitamente que os partidos da oposição queiram saber onde e como foi gasto o dinheiro e nada disso está em causa. Como deputado municipal até acho isso saudável; são dinheiros públicos dos municípios e todos têm o direito de saber onde foram aplicados.

O que não se pode é lançar insinuações sobre a entidade que de boa-fé financiou a atividade, segundo um determinado modelo, e sem a qual provavelmente não teriam existido Sanjoaninas durante os últimos 20 anos. A entidade financiadora, que tem de ser ressarcida de cerca de 1 000 000,00€, como os senhores deputados bem sabem, vê-se agora numa situação que pode ser embaraçosa para todos.

Já na última reunião referi desconhecer se a modalidade encontrada pela Associação Cultural Angrense cumpria todo o normativo legal que justificasse o financiamento feito. No entanto a dívida estava feita e na altura havia Pareceres conclusivos e declarações da Câmara, como entidade de boa-fé, que nunca se negou a honrar os seus compromissos de financiamento à ACA para que o dinheiro chegasse por essa via à instituição financeira.

Foi este o *modus faciendi* encontrado para repor a dívida em causa com prazo longo e um juro simpático, com um *spread* que não ultrapassava os 3%. Como sabem, as EURIBOR's estão baixíssimas e não foi nada especulativo, antes pelo contrário. O PSD entendeu levantar o problema junto do Tribunal de Contas, vamos ver o que vai dar.

A pergunta é para o senhor deputado Joaquim Ponte; como ele não está presente, talvez alguém lha possa transmitir. Na última reunião da Assembleia, o senhor deputado Luís Rendeiro disse o seguinte, conforme transcrito na Ata hoje aprovada: «*O que a Câmara se comprometeu a pagar ilegalmente e em nome da Associação Cultural Angrense, não faz falta a quem tem um imprescindível serviço a prestar à comunidade.*» Bem, penso que faz sempre falta porque todo o dinheiro é escasso...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Eu não afirmei; coloquei a questão...

Sr. d. m. António Maio: – Se me permite, o senhor terá o direito de resposta para falar sobre isso. A questão é a seguinte: o PSD, que levantou o problema junto do Tribunal de Contas, acha que a instituição financeira tem direito a ser ressarcida do respetivo montante, mesmo não cumprindo algum normativo legal, ou não? Para mim é esse o aspeto chave. Quem financiou tem ou não o direito de receber o seu dinheiro? Se o TC der um Parecer negativo, o PSD terá pelo menos graves responsabilidades morais nessa situação.

Na eventualidade de um Parecer negativo por parte do TC, que entenda esta Câmara impossibilitada de honrar os seus compromissos, pergunto à senhora presidente como é que espera ultrapassar essa dificuldade ou se foi estudada outra forma de ressarcir a instituição financeira do seu legítimo crédito.

Sra. presidente da Câmara: – Em resposta ao senhor deputado Fábio Vieira, a implicação direta do Orçamento do Estado sobre o orçamento da Câmara de Angra tem a ver com o aumento da Caixa Geral de Aposentações de 15 para 20% refletindo-se num custo extra para o município em cerca de 220 000,00€. A grande penalização atinge diretamente as pessoas, mas não por via município, fora esta questão dos 220 000,00€. Há um impacto em termos de recursos humanos mas reflete-se especificamente em termos de 220 000,00€.

Quanto à questão colocada pelo senhor deputado António Maio, na reunião com o Tribunal de Contas em que estive, o que sempre foi referido por nós é que o município tem a seu cargo a responsabilidade pelas suas festas municipais que são as Sanjoaninas, pedindo-se a uma comissão que as organize e trabalhe durante um ano para as pôr em prática.

No nosso entender, poderá questionar-se o processo administrativo adotado, admitindo-se a sua eventual correção, mas as festas serão sempre da responsabilidade do município e não das pessoas que na altura votaram os orçamentos.

Este orçamento tem sido votado ano após ano, não se podendo imputar às pessoas que os foram aprovando quaisquer responsabilidades sobre umas festas que pertencem ao concelho; essas pessoas não vão pagar as festas que todos nós usufruímos.

Se o Tribunal de Contas entender que o procedimento não foi o correto, estamos disponíveis para o corrigir, assumindo sempre a responsabilidade financeira.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O Dr. Joaquim Ponte já está presente para responder e vou pô-lo a par dos assuntos que foram aqui debatidos na sua ausência.

Doutor António Maio, eu percebo que este assunto lhe cause evidentes embaraços que levaram a que o senhor tivesse aqui um *lapsus linguae* que não deixa de ser relevante: enquanto este executivo do PS teve as maiorias absolutas, tudo estava bem, assumia-se publicamente que não havia quaisquer derrapagens nem dívidas nas Sanjoaninas e só apareceram as dívidas escondidas quando foi apanhado e perdeu a maioria absoluta na Câmara Municipal.

A outra questão tem a ver com a boa-fé versus o cumprimento da lei. Não creio que quer a Câmara Municipal quer qualquer instituição bancária se devam reger pela boa-fé, quando estão em causa montantes destes. As instituições devem reger-se pelo cumprimento da lei, porque a boa-fé leva a equívocos; não digo más intenções mas leva a equívocos.

Tudo isto me conduz a outra questão, no meu entender muito gravosa. Repito o que disse na última reunião da Assembleia: o doutor António Maio está num claro conflito de interesses que se prende com a sua legítima atividade de deputado municipal eleito democraticamente que está aqui para defender a lista pela qual se candidatou e apoia o atual executivo camarário mas, ao mesmo tempo, é um representante ao mais alto nível da entidade bancária diretamente envolvida nesta questão com a Câmara, que o Tribunal de Contas está a investigar, e sobre a qual se irá pronunciar e emitir o seu Parecer em tempo oportuno.

Da mesma forma que o doutor António Maio (e não vou cometer nenhuma inconfidência) anunciou a sua intenção de não voltar a exercer mais nenhum mandato como presidente do Conselho de Ilha, uma vez que, como presidente daquele conselho, poderia ter que defender problemas ligados à EDA, que também é cliente da instituição bancária que o senhor representa, este é mais um caso de conflito de interesses.

Quanto ao facto de o dinheiro fazer falta, claro que faz e as responsabilidades têm que ser atribuídas aos verdadeiros responsáveis e não diluídas por todo o município e por toda a Câmara Municipal.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Gostaria de saber a que é que tenho que responder. Disseram que eu tinha que responder a alguma coisa...

Sr. presidente da Mesa: – Por mim não tem que responder a nada.

Sr. d. m. António Maio: – O conflito de interesses que o senhor referiu não interfere minimamente com o que foi dito e com a situação que está a ser abordada. O que está aqui em causa é a posição legítima da entidade financiadora que agiu de boa-fé e suporte legal adequado a essa situação. O dinheiro nunca sai de uma instituição financeira sem suporte legal; tem que ter títulos, contratos, etc. e tudo foi feito corretamente.

Na ótica do PSD e desta Assembleia, nunca foi aqui abordado o papel da entidade financeira que, de boa-fé e devido a uma boa relação de há muitos anos com a Câmara Municipal desde o tempo do doutor Joaquim Ponte, Rui Andrade e executivos socialistas, sempre colaborou financiando várias atividades da Câmara, entre as quais as Sanjoaninas.

A Câmara nunca financiou diretamente as Sanjoaninas; havia uma conta aberta em nome das comissões, iam fazendo o débito e o crédito e a movimentação normal das festas e no final caía lá, a título de transferências, todo o dinheiro de apoios e subsídios oficiais, incluindo o da Câmara e encerrava-se a conta.

Estão aqui alguns presidentes das Sanjoaninas, incluindo a senhora presidente da Câmara, que sabem perfeitamente que isto funcionou assim e funcionou bem. Depois o modelo de financiamento foi alterado e acumularam-se défices residuais de algumas dívidas de anos anteriores até se chegar àquele montante que foi conhecido.

Repito o que disse anteriormente: não compete à instituição verificar cheque a cheque, se o dinheiro foi bem ou mal aplicado, se houve despesismo, ou não, ou se as Sanjoaninas tinham o modelo de gestão ideal; até sou capaz de concordar que não tinha.

A instituição deve ser ressarcida do seu crédito. Hoje fala-se aqui do veículo encontrado, a Associação Cultural Angrense, que até pode ser irregular do ponto de vista legal, mas o Tribunal de Contas o dirá. A senhora presidente acabou de dizer que, se esse veículo não servir, haverá certamente outro e a Câmara assumirá o compromisso de liquidação da dívida.

A questão que lhe coloco diretamente como deputado municipal, Dr. Joaquim Ponte, é a seguinte: na sua opinião, a instituição financeira tem ou não tem o direito de ser ressarcida do seu crédito, que permitiu a realização das Sanjoaninas durante anos, na nossa cidade?

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – A resposta é simples: todas as dívidas têm que ser pagas. Esse é o princípio que rege qualquer pessoa séria e para mim todas as pessoas desta casa são sérias até prova em contrário. Nós apenas levantámos a questão da clareza, da bondade e da transparência com que as verbas foram utilizadas.

Não está em causa o pagamento à entidade financiadora; esse é sagrado, tem que ser pago de forma legal e não de forma enviesada e pouco transparente; até o próprio Tribunal de Contas questiona como nós questionamos.

Eu e o PSD pedimos os comprovativos da dívida que se propunham regularizar; foi apenas isso que solicitámos e nunca nos foi fornecido, Dr. António Maio. Penso que o senhor e muitos dos presentes nesta sala partilham a opinião de que o não fornecimento dos elementos solicitados, também ao executivo camarário anterior, levanta sobre eles as maiores suspeitas porque os senhores teimam que elas existam.

Se esses elementos nos tivessem sido fornecidos, não haveria lugar a suspeitas. Haveria certezas e confirmação de situações menos claras, irregulares e censuráveis em termos de despesa ou, pelo contrário, teríamos simplesmente felicitado o trabalho se tivesse sido bem feito. Não aceitamos que se oculte nada a esta Assembleia que tem por obrigação fiscalizar a ação da Câmara em elementos essenciais relacionados com dinheiros públicos. Quanto ao pagamento, senhor deputado António Maio, estamos entendidos.

Bem sei que não estamos na Assembleia da República e talvez não haja aqui muito lugar para esclarecimentos sobre o Orçamento de Estado. Votei esse orçamento e fiz uma declaração de voto que posso facultar a esta Assembleia, porque ele decorre da situação de protetorado em que o nosso país se encontra depois de ter assinado com as instituições internacionais de credores um financiamento para podermos pagar salários.

Quem nos emprestou o dinheiro inspeciona-nos de 3 em 3 meses para saber como estamos a gerir os dinheiros públicos em consequência de uma situação que herdámos. Não sei se o senhor sabe o que representa um regime de protetorado. Significa que não conseguimos governar o nosso país porque estamos nas mãos dos credores que impõem as regras pelas quais elaboramos os nossos orçamentos.

Neste momento apenas temos 1 de 2 hipóteses: ou aceitamos muitas das condições que nos são impostas para podermos pagar o pãozinho e os salários de cada dia, por força da situação a que chegámos, ou entramos numa situação de banca rota; foi por isso que votei o Orçamento de Estado.

Sr. d. m. Fábio Vieira: – Há pouco falava-se que a dívida tem que ser paga de forma transparente e não enviesada. O senhor deputado Joaquim Ponte pediu comprovativos dessa dívida e não aceita a ocultação de elementos. Não sei se o senhor deputado solicitou esses mesmos elementos com as mesmas exigências e foi coerente em relação à dívida da Madeira e à dívida do BPN, ambas contraídas por elementos do seu partido e por governos do PSD.

Sr. d. m. António Maio: – Uma vez que a bancada do PSD já não tem tempo para poder intervir, não será muito correto alongar-me demasiado. Não posso no entanto deixar de fazer 2 reparos ao que o senhor acabou de dizer. O senhor falou de banca rota, de heranças, da situação do país, das intervenções da *troika* e da inevitabilidade desta política. Falo com muita gente ligada à atividade bancária, financeira e económica a diversos níveis e o senhor sabe que há alternativas a essa política.

Não preciso recordar-lhe o Parecer do Conselho Económico e Social nem as pessoas ilustres do seu partido como a Dra. Manuela Ferreira Leite que escreve regularmente no Expresso, assim como o próprio presidente da República ou o doutor Bagão Félix, pessoas da sua área de intervenção que discordam do rumo desta política que está a ser avaliada após ano e meio e vamos ver quais os resultados para 2013.

Quanto ao primeiro caso, fico muito satisfeito por o senhor deputado ter assumido o que assumiu, que fica registado em ata e não esperava que o senhor dissesse outra coisa. Vou citar mais uma vez o registo em ata do que o senhor deputado Luís Rendeiro disse na última Assembleia: «*O que a Câmara se comprometeu a pagar ilegalmente em nome da Associação Cultural Angrense não faz falta a quem tem um imprescindível serviço a prestar à comunidade.*» Faz falta; foi o que eu disse.

Assim, face às declarações proferidas, o que pretendia era saber se, na ótica do PSD, havia alguma intenção velada de renunciar a essa dívida, dado já ter assistido a tomadas de posição desse tipo noutros sítios e noutras situações semelhantes. Os comprovativos da despesa não nos competem; a Câmara o dirá e fará a gestão desse *dossier* como entender. Como deputado municipal só vejo vantagens em tornar as coisas públicas para que toda a gente entenda o que está em causa.

A atitude que os senhores tomaram junto do Tribunal de Contas pode criar problemas graves e entraves à regularização dessa situação, porque o pagamento já está suspenso e ninguém sabe por mais quanto tempo. Sabemos que, embora exista a intenção de pagar, haverá dificuldades futuras. Na minha opinião, o PSD poderia ter resolvido o problema sem fazer essa denúncia ao TC; fê-la, vai assumir as consequências, com certeza.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – É só para repor a verdade: se não tem um ponto de interrogação na minha intervenção que consta da ata, ele deve lá constar porque não fiz uma afirmação; questioneei se aquele dinheiro não fazia falta para outras atividades.

Quanto ao que foi dito acerca da Associação Cultural Angrense, aguardo serenamente a pronúncia do Tribunal de Contas acerca da legalidade dos procedimentos adotados porque essa foi a questão que sempre esteve em cima da mesa.

Sr. Presidente da Mesa: – Senhor deputado Luís Rendeiro, permita-me sugerir que faça chegar à Mesa um pedido de retificação de pontuação na ata.

Após consulta do registo áudio da sessão anterior, constatou-se que o senhor deputado Luís Rendeiro havia efetivamente proferido a frase na interrogativa, circunstância registada no texto da ata com a colocação do ponto de interrogação respetivo.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação da senhora presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 5 de setembro a 21 de dezembro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º

1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, para apreciação.

Sra. presidente da Câmara: – Como habitualmente acontece, o documento é bastante claro e tem vindo a tornar-se cada vez mais esquemático facilitando a leitura. Vou incidir a minha apresentação sobre os temas em destaque na primeira página, começando com a participação da Câmara no Salão Mundial de Turismo e Sítios da Unesco, resultante de uma forte aposta de afirmação da autarquia na marca «Cidade Património Mundial» que desejamos cada vez mais distintiva da nossa identidade.

Destacam-se também as Sanjoaninas, designadamente os temas, a apresentação de cartazes e a promoção já aqui referida, as jornadas de reflexão e animação turística, a mostra do pónei da Terceira que decorreu na Golegã e que originou a proposta de gemação com aquela cidade, o concerto de Natal, a conclusão da empreitada de reabilitação e criação dos arruamentos do pacote 3 de estradas, a conclusão de algumas obras como a da rua Carreira dos Cavalos, da rua do Salinas, da rua da Palha e parte da rua da Rosa e da rua da Rocha.

Está também em destaque a abertura do novo espaço de atendimento ao público dos Serviços Municipalizados, a colocação de papeleiras e ecopontos na cidade, a conclusão da construção do reservatório de água no Poejo/Feteira, que produzirá uma melhoraria substancial no abastecimento de água, a conclusão da empreitada de redes de águas na variante norte do Raminho, (onde temos algumas situações pendentes a aguardarem a resposta do Secretário), na rua da Guarita e na rua Miramar.

Foi também concluída a empreitada de remodelação das redes de água na Estrada Regional nas freguesias das Cinco Ribeiras e Santa Bárbara, o encerramento da campanha «Festa brava, festa limpa» e o encerramento da campanha «Colar para valorizar».

A maioria destas intervenções representa a conclusão de trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos ao longo do tempo. Não pretendendo uma apresentação demasiado exaustiva, fico disponível para qualquer esclarecimento que desejem colocar-me.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Nas últimas sessões da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, o grupo municipal do PSD denunciou os inúmeros problemas da empreitada de requalificação das calçadas do centro histórico da cidade; criticámos a evidente falta de qualidade da obra que podia derivar de um mau Caderno de Encargos.

Levantámos e criticámos a possibilidade de falhas graves ao nível da fiscalização dos trabalhos, quer por parte dos serviços camarários, quer por parte da empresa contratada e paga para esse efeito. Criticámos a atribuição de uma obra desta importância e dimensão a uma empresa que já tinha conhecidas dificuldades financeiras e havia causado problemas semelhantes em outras obras, como no Laboratório Regional de Veterinária.

Ouvimos serenamente as explicações que a senhora presidente da Câmara nos deu, incluindo o esforço artístico de representar em papel alguns dos seus entendimentos acerca do assunto, mas as explicações que fomos obtendo nunca nos satisfizeram por chocarem de frente com o simples bom senso e com as evidências da má qualidade na execução da obra, facilmente verificáveis por qualquer leigo na matéria.

A situação agravou-se quando a senhora presidente veio recentemente informar em artigo de jornal que a empreitada das calçadas está parada, única e simplesmente por incapacidade do empreiteiro reunir as condições necessárias para continuar a obra.

Senhora presidente: e a ameaça de embargo da obra por parte da Direção Regional da Cultura? E a possibilidade de o município ter que pagar multas muito elevadas? Só recentemente é que nós acedemos às posições da DRC acerca da obra das calçadas e os

termos utilizados não podiam ser mais arrasadores; passo a citar: «*Trabalho manifestamente inaceitável; trabalho desqualificado e de muito fraco nível de execução; trabalho de muito fraca qualidade e imperfeição notória com pedras mal colocadas e algumas totalmente desapoiadadas; pedra mal colocada, mal escolhida e desalinhada que, por vezes, já se apresenta totalmente solta sem apoios laterais; remates desqualificados; emparelhamento desadequado com pedras de diversas dimensões.*»

Estes são apenas alguns exemplos dos termos constantes dos documentos da Direção Regional da Cultura; não se tratando de opiniões originadas no PSD, vêm de encontro a todas as denúncias e críticas que aqui temos feito, as quais traduzem não só a insatisfação dos munícipes mas também a infeliz realidade dos factos. A ameaça de embargo da obra das calçadas por parte da DRC foi feita a 4 de maio de 2012 e tem a assinatura do Diretor de Serviços, Bens Patrimoniais e de Ação Cultural.

Como se comprova pelos documentos a que tivemos acesso, as explicações dadas pela Câmara à DRC foram as mesmas que aqui foram dadas aos deputados municipais. A DRC também não ficou satisfeita com essas explicações e emitiu um Parecer desfavorável às mesmas em 29 de outubro último. Diz a Direção Regional da Cultura que as explicações apresentadas se fundamentam no cumprimento de um projeto que não fora por ela aprovado nos pormenores mencionados, pelo que se exige, de novo, um conjunto de medidas a concretizar obrigatoriamente pela Câmara Municipal.

Senhora presidente, não é só o PSD que discorda do modo como está a decorrer esta empreitada; são os munícipes, os antigos calceteiros e ilustres figuras públicas com reconhecida competência na área do património como, por exemplo, o doutor Jorge Forjaz e a própria Direção Regional da Cultura que não a aceita.

Nas palavras da DRC, deve existir uma maior exigência por parte da edilidade, não só na qualidade do trabalho produzido bem como na qualidade da mão-de-obra empregue, não se aceitando as soluções utilizadas por serem inevitavelmente medíocres. Inevitavelmente medíocres, senhora presidente! A DRC diz ainda que os trabalhos respeitantes à empreitada em curso só deverão continuar após a retificação dos aspetos atrás indicados.

A senhora presidente fugiu a estas questões em Assembleia Municipal e voltou a não as referir no seu artigo publicado no Diário Insular. Fugir à verdade dos factos é uma forma de ludibriar os munícipes que o PSD não pode deixar de denunciar. Muito gostaria eu de ouvir agora os críticos das calçadas do tempo da obra do saneamento básico; provavelmente já se reformaram todos.

Colocam-se agora novas questões: quais as responsabilidades da fiscalização da obra? Haverá alguma ação ou penalização para com a fiscalização? Não há consequências contratuais? E o prejuízo causado aos munícipes e ao comércio de modo muito particular, por esta situação que se atrasa e arrasta sem final à vista? Vão ser feitas as alterações exigidas pela Direção Regional da Cultura?

Fala-se também da possibilidade de o empreiteiro atual poder fazer a cessão da posição contratual a outra empresa local; já se sabe qual é essa empresa? É uma empresa de confiança? Teremos garantias de que é desta vez que se resolve esta enorme trapalhada? Julgamos que a senhora presidente perdeu aqui uma oportunidade de ouro de deixar uma boa marca na cidade. Fica também aqui mais uma enorme confusão.

Julgamos que a confiança que a população deste concelho tem atribuído ao PS ao longo de tantos anos merecia, por parte da Câmara, melhor serviço do que este que está a ser feito nas calçadas.

Sra. presidente da Câmara: – Por muito tempo que passe nesta Câmara, na Assembleia e neste ambiente político, não conseguirei habituar-me a esta forma de estar e continuo a considerar que não temos necessidade de, pelo simples facto de assumirmos a condição de políticos, dizer coisas como: «...continua a fugir às respostas» ou «...ludibriar os angrenses».

Estas afirmações, sendo tão fortes, necessitam de enquadramento legal e de certezas no que se está a dizer, não parecendo razoável fundamentá-las em documentos avulsos. Este será um erro meu, uma falha minha. Não apontando o dedo, apenas pretendo dizer que não me consigo habituar a esta forma de estar e vou continuar a pugnar por não entrar nela. Apesar de por vezes me sentir tentada a escorregar, vou esforçar-me por responder com objetividade.

O ofício que estive a ler até agora é a resposta a uma contrarresposta da Câmara apresentada na sequência de um primeiro ofício enviado pela Direção Regional da Cultura, manifestando-se favoravelmente a esta obra das calçadas, desde que se cumprissem determinados aspetos. A DRC identificou alguns locais através de fotografia, sinalizando algumas situações de incumprimento e outras de má execução. Poderemos falar talvez em 10 situações devidamente identificadas que levantaram questões relativamente aos trabalhos em curso.

Os serviços técnicos da Câmara responderam, refutando algumas situações e argumentos da DRC e reconhecendo a necessidade de correção noutras. Esse ofício não foi assinado por mim nem vem assinado pelo Diretor Regional; é uma troca de informação entre as partes.

Após a resposta da Câmara à DRC, surge esse ofício que o senhor deputado tem nas suas mãos; quem o ler poderá interpretá-lo da mesma maneira que o senhor. Tomei conhecimento desta situação na sexta-feira numa reunião de Câmara que foi solicitada e entreguei o documento na segunda.

Contactei de imediato os serviços da Direção Regional da Cultura, reuni com o atual diretor regional e com o diretor dos serviços e também o questionei telefonicamente sobre esta situação que, pelo texto, estaria a rotular toda a obra como errada. Ele esclareceu que não estava em causa toda a obra mas sim, as situações sinalizadas.

Como estávamos em reunião de Câmara e voltaríamos a discutir esse assunto, informei-o que enviaríamos um *e-mail* a solicitar esclarecimentos para que ele respondesse com urgência confirmando se de fato se tratava de situações pontuais ou da obra em geral. O *e-mail* foi enviado e entregue e obtivemos resposta de que o ofício se referia àquelas situações pontuais e não se tratava de uma situação generalizada.

Houve uma reunião com o atual Diretor Regional da Cultura na qual falámos de diversos assuntos referentes à zona classificada, mais especificamente sobre esta questão das calçadas e decidimos deslocar-nos ao local, num trabalho de total parceria e entendimento, para identificarmos o que precisava de ser corrigido. A DRC não aceita as argolas em betão que terão que ser substituídas, além de outras situações pontuais.

Entretanto estranhámos que a data do Parecer do Diretor Regional seja de 15 de outubro, dia a seguir às eleições, e também que a data de 29 de outubro correspondesse a uma altura em que se estava em gestão corrente. Independentemente de tudo isto, é certo que esse entendimento nos foi comunicado por ofício.

Neste momento a obra não está embargada. Questionou-se especificamente se estaria em risco que tal viesse a acontecer e foi-nos esclarecido que o procedimento para um embargo era totalmente diferente. Havia dissonâncias que precisavam de ser corrigidas mas que o embargo da obra não estava em causa.

Tal como esclareci, a empresa propôs-nos uma cessão da posição contratual. Entendemos que seria a situação ideal se essa cessão fosse para uma empresa local e houve contactos com essa empresa que chegou a falar connosco e estaria a fazer as suas contas para ver até que ponto

conseguiria assegurar a obra em falta pelo valor remanescente mas ainda não obtivemos informação.

Falei com o diretor do departamento local da empresa e pedi-lhe que fizesse o levantamento da rua do Marquês, interrompida já há muito tempo, para que se pudesse adjudicar por administração direta, uma vez que o trabalho de infraestruturas se encontra concluído.

Esta obra não engloba apenas a recolocação de calçadas; cada vez que se levanta o pavimento, todas as empresas que lá possuam infraestruturas fazem remodelações, se assim o entenderem.

Neste momento, como apenas falta calcetar a rua do Marquês e a Câmara Municipal tem bons calceteiros, resolvemos avançar com a fase dos trabalhos de calcetamento por administração direta, deduzindo o seu custo no valor da obra.

Tínhamos definido informalmente que teríamos que obter resposta por parte da empresa até quinta-feira passada, o que não aconteceu. Por isso vamos agir e vai surgir uma proposta no sentido da cessação da posição contratual, para se proceder à elaboração de um novo contrato no mesmo âmbito, excetuando a rua do Marquês.

Esta é a situação atual exata, sem ludibriar ninguém, com toda a verdade e transparência. Se ficou alguma informação em falta, o que pode ter acontecido porque este é um processo amplo, ficarei totalmente disponível para esclarecer.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Infelizmente, como este assunto das calçadas dá sempre que falar, gostaria de saber se estas alterações permitem algumas melhorias que facilitem a mobilidade nos casos em que isso não estava previsto.

Algo está em falta desde há muito tempo por parte da Câmara, que é o Plano de Pormenor e Salvaguarda da Zona Classificada, conforme prevê o Decreto Legislativo Regional 15/2004, uma peça chave que regulamenta as intervenções na zona classificada, ao abrigo do qual, estas trocas de ofícios entre a Câmara e a DRC têm vindo a ser efetuadas.

Há alguns pormenores neste ofício da DRC que acho deliciosos e passo a citar: *«Foram executadas alterações significativas ao aspeto visual envolvente às grelhas das sarjetas, dado que foi introduzida uma gola em betão que produz um impacto visual negativo totalmente inaceitável, pelo que devem ser estudadas soluções alternativas, não se aceitando qualquer parte de betão à vista.»*

Achamos isto correto, está de acordo com a lei mas não sabemos se é a sério ou a brincar porque vem da mesma Direção Regional da Cultura que está a construir um mamarracho ali em cima que se chama a nova Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo.

A mesma DRC que propõe aquela aberração vem agora falar das golas da sarjeta feitas em betão? Acho que isto não deve ser levado muito a sério e talvez a senhora presidente da Câmara nos possa dizer se na realidade se trata de alguma graça de 1 de abril um pouco tardia. A seriedade política subjacente a estas críticas vindas da Direção Regional deixa-me muitas dúvidas, atendendo a que, por si só, fez mais para destruir o património de Angra do que as outras entidades e os particulares todos juntos.

Do outro lado da rua desta obra maravilhosa já foram construídas casas com janelas em alumínio totalmente desenquadradas da arquitetura típica e tradicional. Quem, com razão, criticou estas situações no passado, sente-se agora com autoridade para se desviar do que estava previsto e desejado para a zona classificada porque os exemplos públicos são aterradores.

Ao fim de 30 anos ainda se fala de um desses exemplos, do outro lado da praça, que é o edifício da Caixa Geral de Depósitos. Também há quem se lembre do tempo em que a igreja

de Santa Luzia não existia e aquela paisagem não tinha aquele edifício que, por mais bonito que seja, choca a vista de Angra. Se não for retificada e corrigida, daqui a 60 anos, quando já cá não estivermos, aquela coisa chamada Biblioteca Pública estará ali em cima a estragar a paisagem dos angrenses. O CDS-PP fala à vontade sobre isso porque já apresentou um voto de protesto nesta casa em relação àquela obra, que acabou por ser rejeitado.

Questionamos a seriedade de certas situações que estão aqui expostas, na medida em que não há qualquer moral cultural e patrimonial para proporem ou imporem certas coisas à Câmara de Angra. Há um poder abusivo que, para si, faz o que quer e bem entende e impõe aos outros certas regras que ele próprio se dispensa de cumprir. É preciso saber também se estas correções acarretam custos adicionais para a Câmara, se é necessário algum reforço na dotação orçamental, se há outras entidades envolvidas na fiscalização e quais os mecanismos que podem ser acionados.

Julgo que a Câmara devia enviar um ofício à DRC a perguntar se a biblioteca está a pagar alguma multa por incumprimento do DL 15/2004. Não havendo um plano de salvaguarda em vigor, o artigo 23 ou 26 do referido DL define um conjunto muito restrito de intervenções que podem ser feitas.

Sr. d. m. José Gabriel Silva: – Bom dia Exmo. presidente da Mesa, Exma. Câmara na pessoa da senhora presidente, caros colegas e Exmo. público cuja presença muito me alegra como sinal de interesse pelo nosso concelho.

Vou intervir em relação à freguesia de N^a Sra. da Conceição, a minha freguesia, referindo mais uma vez a situação do famigerado hotel do Canta Galo cuja obra muitos desejariam que nunca tivesse chegado ao fim e, tipo abutres, desejam que ele feche como aconteceu com o dos franceses.

Na ligação rodoviária junto ao hotel, o estacionamento é praticado sem sei rei nem roque; não há sinalização vertical e pergunto se serão ali colocados os parquímetros. Ainda hoje, segundo me informaram, chegaram 2 autocarros transportando turistas espanhóis que vêm cá passar o ano, usufruindo das viagens recíprocas que a SATA Internacional está a realizar. Esses autocarros ficaram no meio da rua, porque o estacionamento selvagem junto ao hotel não permite que se aproximem ou estacionem adequadamente para descarregarem os passageiros. Esta situação preocupa-me bastante, porque transmite de nós uma má imagem.

Já agora, espero que a iluminação pública referida há pouco pela senhora presidente e que a EDA vai instalar junto ao hotel seja mais evoluída tecnicamente do que a central elétrica que cá temos, que, em pleno século XXI, nos sujeita a imensos cortes de energia.

Seria bom que estes acordos fossem feitos em moldes idênticos aos realizados com os americanos, porque ainda há bem pouco tempo a EDA pagou uma bruta indemnização que daria para pagar o famigerado subsídio de Natal aos seus funcionários.

Informo também que a Junta de Freguesia da Conceição fica satisfeítíssima com a conclusão do pacote de estradas, independentemente da questão da pintura dos arruamentos que já foi aqui explicada. No entanto, pergunto se os serviços de fiscalização repararam que, em vez do rebaixamento do lancil do passeio nos acessos às garagens, foram feitas rampas com alcatrão ao longo da rua da Guarita desde os semáforos até S. Lázaro. Não sei se a Câmara tem conhecimento dessa situação porque, sem qualquer tipo de escoamento por baixo das referidas rampas, a água escorre para os passeios ou para o meio da estrada.

Como nem tudo são tristezas, gostaria de dizer, para finalizar, que, contrariamente ao que disse o meu amigo Joaquim Ponte, fico satisfeítíssimo pela promoção das nossas Sanjoaninas junto das nossas comunidades nos Estados Unidos e Canadá, propondo, face ao expressivo número de emigrantes previstos, que da próxima vez a comitiva seja ainda maior.

Sra. presidente da Câmara: – Em resposta à questão colocada pelo senhor deputado Nuno Melo Alves relacionada com a mobilidade, estamos totalmente de acordo. Na altura eu já tinha referido que acautelariamos a continuidade dos serviços e agora ainda faz mais sentido.

Em relação ao Plano de Pormenor e Salvaguarda, já referi e volto a dizer que é um documento que demora anos a elaborar porque define critérios e condições casa a casa, zona a zona, determinando soluções específicas do que pode ser feito em cada caso e numa zona classificada isto processa-se de forma ainda mais pormenorizada. No caso de Angra, estamos a falar de toda a zona classificada que ficará definida nesse documento.

Em relação aos comentários dos pormenores deliciosos e da graça tardia do dia 1 de abril sobre as intervenções que foram feitas, tal como a Câmara Municipal, a Direção Regional de Cultura é uma entidade composta por técnicos, por pessoas; essas pessoas têm atitudes e expressam as suas opiniões que podem estar corretas ou erradas.

Entendemos que pode haver discordância em algumas situações, o que acontece neste momento, por discordamos de algumas decisões da DRC. Estamos em fase de conversações e estou certa que chegaremos a entendimento, porque a última palavra cabe à Direção Regional de Cultura.

Quanto ao estacionamento no acesso ao hotel Angra Marina, no âmbito do contrato de urbanismo assinado entre a Câmara e o referido hotel, foi entregue no município e aprovado o projeto para a pintura de arruamentos de toda aquela zona. Ainda hoje segue o ofício a autorizar o início da pintura e julgo que a situação estará resolvida dentro de 1 ou 2 semanas. Ontem conversei com o senhor Américo que também tem urgência em resolver essa situação e precisamos das pinturas e da sinalização vertical para invertermos o trânsito e corrigirmos todas essas situações.

Em relação aos parquímetros, o aumento das zonas de estacionamento pago está definido no documento já aprovado em Assembleia Municipal, não se prevendo que aquela zona passe a ser tarifada, pelo menos nesta fase. É preciso ter em atenção que os critérios de estacionamento tarifado vão mudar. Para que a empresa que explora esse tarifário possa suportar os encargos com equipamentos, terá que haver uma contrapartida que justifique o investimento, caso contrário, não aceitará uma alteração ao contrato existente com o município.

Não possuo qualquer informação quanto às rampas em asfalto dos acessos às garagens na rua da Guarita mas vou tentar perceber se isso estava previsto inicialmente ou se houve alguma alteração.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhora presidente, há aqui uma discordância de base no início de todo este processo. Não estão em causa as opiniões da Câmara versus as opiniões da Direção Regional da Cultura, mas sim o enquadramento legal que importa cumprir; em última análise, cabe à DRC a decisão final como a senhora muito bem referiu. No entender da entidade a quem cabe o juízo deste processo, esse enquadramento legal não está a ser respeitado nem cumprido.

A situação já decorria aquando da colocação destas questões nas últimas reuniões da Assembleia Municipal e nessa altura não foram respondidas nos moldes em que o estão a ser agora, apesar da documentação da DRC que comprovava as falhas que nós vínhamos a denunciar.

A Direção Regional da Cultura tem o poder final de embargo da obra. Apesar de ainda tal não ter acontecido, pelos documentos que estão em cima da mesa, a ameaça foi feita, podendo vir a concretizar-se, caso não venham a ser executadas as alterações exigidas.

Factos são factos e a obra está visivelmente mal feita; em alguns casos há um afastamento grosseiro do empedrado que está a ser utilizado e parece-me que, nesse capítulo, a Câmara se encontra orgulhosamente só.

Desde o início do debate que, por motivos óbvios, afastei quaisquer questões pessoais e, no nosso caso, há razões ainda mais óbvias. Não quis ir por aí nem é esse o sentido mas há problemas de procedimentos desta Câmara que a precedem e que têm a ver com a divulgação da informação à oposição que está aqui mandatada com o papel de fiscalizar as ações da Câmara, senhora presidente. Não compactuamos com essa menor transparência de procedimentos que tem sido transversal a todo o mandato e interessam-me ainda menos todas as questões pessoais ou atitudes mais ou menos politigueiras.

Julgo que essa falta de transparência vem na linha do que todos nós insistentemente denunciámos acerca do não fornecimento dos documentos da Associação Cultural Angrense ao PSD, que, pelos vistos, é o único partido que não possui essa informação.

O Caderno de Encargos diz que o afastamento das pedras de calçada deve ser de 0,5cm ou de 1 cm mas a realidade dobra ou triplica estas distâncias. A fiscalização aceitou tudo isto mas a DRC não aceita, exige correções e falta saber se a nova empresa vai continuar a obra nos mesmos moldes ou se a vai corrigir.

O afastamento das pedras não é uma questão menor como a senhora presidente diz; é transversal a toda a obra já executada e a sua correção pode implicar o recalçamento total da cidade com os evidentes transtornos que daí advirão para os munícipes. Esse recalçamento terá inevitavelmente que ser feito, nem que o seja num futuro próximo por acelerada degradação da obra em curso. Porque é que a fiscalização aceitou a obra com todos estes erros? Afinal, aqueles senhores estão a fiscalizar o quê? Se a empresa fiscalizadora da obra aceita ilegalidades que não são aceites pela Direção Regional da Cultura, quais serão as consequências? Não há cessação de contrato com a empresa, nem nada?

Senhora presidente, se calhar o termo não é bom mas os munícipes sentem-se frustrados e enganados pela Câmara Municipal, pelo empreiteiro e pela forma como a obra e todo este processo estão a decorrer.

Sra. presidente da Câmara: – Se, num tribunal, temos 2 lados geridos por 2 pessoas com opiniões diferentes que se regem pela mesma lei, podemos entender que 2 técnicos também poderão ter opiniões claramente diferentes.

Concordo em parte com o exemplo dado pelo deputado Nuno Melo Alves. A Direção Regional da Cultura tem toda a legitimidade para não aceitar as golas em betão mas existe na rua da Sé uma casa com um traçado muito diferente das restantes. A DRC tem demonstrado alguma flexibilidade, aceitando algumas adaptações. Por causa das térmitas tem aceitado estruturas em alumínio e ferro, entre outras alternativas, com o objetivo de melhorar também as acessibilidades, o conforto e a forma de se estar na cidade. Volto a referir que voltaremos ao terreno porque o processo não está concluído nem pendente de qualquer auto de embargo.

Na sua intervenção referiu que factos são factos e, em alguns casos, as coisas estão mal feitas. Acho que referiu tudo porque, em alguns casos, há situações que foram identificadas e a Câmara já assumiu que têm que ser corrigidas mas não é uma situação transversal.

Por indicação da Direção Regional da Cultura, estamos a usar a mesma pedra que é muito irregular. A pedra nova é batida para ser quebrada e, como tal, não é retilínea e a calçada antiga é ainda mais regular e indicaram-nos que a mantivéssemos.

Se quisermos manter a classificação de património mundial temos que aceitar algumas consequências dessa denominação que, no meu entender, são positivas. Se afastarmos toda a

pedra que não reúne as condições da pedra nova talvez fiquemos apenas com uma rua calçetada porque há muita pedra irregular.

As situações identificadas serão corrigidas e serão tidas em conta as alternativas consideradas aceitáveis. Ficámos de visitar a obra com o diretor regional para verificarmos pontualmente o que deve ser corrigido.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – A crítica que fiz ao Plano de Salvaguarda não se aplica diretamente a este elenco camarário. Em 2001 participei num debate na RTP no âmbito de uma candidatura à Câmara de Angra em que foi anunciado, pelo então candidato do Partido Socialista, que o CD ou DVD com o que se podia fazer com as fachadas das casas estaria pronto em abril do ano seguinte. O Plano de Salvaguarda incluiria essa peça interativa.

Este é um caso de desleixo antigo para a cidade que permite que se construam certas aberrações e nos sejam impostas sem um critério de igualdade para todos porque uns podem ter alumínio ou ferro e os outros não. Não há transparência nestes processos, porque as regras não são cumpridas de forma igual. Todos concordamos que as calçadas têm que ser feitas nas devidas condições mas há que seguir a perspetiva adequada, tendo em conta o mais importante, e a Direção Regional da Cultura dá-nos o pior exemplo do que não se deve fazer, desprezando a salvaguarda e a dinamização do património edificado da zona classificada de Angra do Heroísmo.

Quando a Câmara visitar a obra das calçadas juntamente com a DRC, sugiro que visitem também a obra do mamarracho para verem que alterações devem ser efetuadas como retirar os plásticos e coisas assim; dinamite à moda antiga, TNT, enfim...

Em relação aos documentos da Associação Cultural Angrense, o CDS-PP não os tem na sua posse mas foram-nos facultados e a presidente da Câmara disse publicamente que os poderíamos consultar em qualquer altura. Ainda não aproveitei esse passe livre mas há de se lá chegar antes das eleições. A consulta dos documentos por parte do CDS não foi um privilégio, mas sim um pedido que, suponho, tenha sido alargado a outros partidos; se não o foi, julgo que a senhora presidente da Câmara se encarregará disso.

Falando agora da situação das dificuldades de circulação que envolvem o novo hotel, talvez o aumento de alguns pisos em relação ao que estava previsto no projeto original tenha algo a ver com isso. Aquela zona já era estreita quando foi feito o Plano de Pormenor e Salvaguarda da baía de Angra, no qual se enquadrou aquela infraestrutura. As casas circundantes já lá estavam e a construção do hotel deveria ter contemplado essas situações.

Ainda não tive o privilégio de me hospedar num hotel de 5 estrelas num país europeu mas, pelo que vejo na televisão, costumam ter uns moços no exterior com um chapeuzinho muito engraçados para transportarem as bagagens dos clientes. Se calhar, deviam ter uns carrinhos com um motor elétrico para irem buscar as bagagens aos autocarros. Acho que o hotel não pode apresentar a fatura à Câmara de Angra, como sendo um hotel de 5 estrelas, porque há outros hotéis que podem também querer esse privilégio.

Sr. presidente da Mesa: – O senhor deputado Nuno Melo Alves, com a sua referência à utilização de dinamite, passou a acrescentar as iniciais BR à sigla do seu partido: CDS-PP/BR, Brigadas Revolucionárias.

Ao abrigo do nº 3 do artigo 24 do Regimento, temos 2 inscrições para a segunda volta: a senhora deputada Alódia Silva e a senhora deputada Rita Andrade.

Sra. d. m. Alódia Silva: – Há uma questão que a senhora presidente ainda não esclareceu em relação às calçadas. Uma coisa é o que diz o Caderno de Encargos, a outra é o que está a ser feito e aceite pela fiscalização, nomeadamente em relação à separação entre as pedras. Porque

é que o Caderno de Encargos estipula um determinado afastamento entre as pedras da calçada e a fiscalização aceita que as coisas sejam feitas de maneira diferente?

Quanto à divergência de opiniões entre a Câmara e a DRC, no tribunal há 2 advogados, cada um tem a sua opinião mas é o juiz quem decide; neste caso, quem decide é a DRC porque tem legitimidade para obrigar a Câmara a cumprir o que está previsto no Decreto Legislativo Regional 15/2004, embargar a obra e, se necessário, aplicar-lhe um processo de contraordenação.

Neste momento, o mais preocupante é a desconformidade entre o que diz o Caderno de Encargos e o que está realmente a ser feito. A fiscalização está a receber para verificar se a obra está a ser feita de acordo com o Caderno de Encargos e está a dar informações erradas à Câmara que aceita tudo isto, mantém o contrato e nada faz. Isto tem que ser esclarecido pela senhora presidente da Câmara.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Fui ao local e verifiquei que existem problemas graves com a drenagem das águas pluviais na variante norte do Raminho, principalmente as que provêm da rua da igreja até à rua do cemitério. Estas águas não podem continuar a ser drenadas para os terrenos dos particulares ou para as canadas de acesso a esses mesmos terrenos. Os poços enchem nas primeiras horas de chuva, o que pode originar todos estes problemas. Consta no projeto que essa variante deveria ligar ao posto de leite mas o troço não foi executado.

Sra. presidente da Câmara: – Não sei se terei muito mais a acrescentar em relação às questões colocadas pela deputada Alódia. Acho que já esclareci mas volto a fazê-lo. Foram efetivamente detetadas situações pontuais que não estão a ser cumpridas e, de acordo com o que combinei com o Diretor Regional, vamos aos locais acompanhados dos respetivos técnicos para detetarmos o que não estiver em conformidade com o Caderno de Encargos e tiver que ser corrigido. Espero poder facultar-vos todas as informações antes da próxima reunião da Assembleia Municipal.

Não temos qualquer dúvida em relação à competência e legitimidade da DRC que pode obrigar, impor, embargar ou levantar processos de contraordenação. Nós também temos as mesmas competências, mesmo em relação à própria DRC, caso haja algum procedimento que não esteja em conformidade. Existe e espero que continue a existir um bom entendimento entre as partes, apenas com discordâncias técnicas em relação a algumas situações.

Quanto à drenagem das águas pluviais na variante norte do Raminho, o senhor Honorato já me reportou a situação que ressalvei propositadamente aquando a apresentação da atividade municipal. Estive no Raminho e fomos dar uma volta de carro para verificarmos o que estava em causa. Há uma canada que não estava prevista no caderno inicial mas informei o senhor Honorato da necessidade da sua conclusão e existem, de facto, alguns problemas com a drenagem das águas fluviais.

O problema do Raminho deriva de uma situação que não tem origem nos caminhos municipais mas, sim, mais a montante. O senhor Honorato enviou-me uma fotografia de uma situação bastante preocupante.

Foram criados alguns poços que deverão absorver algumas águas de menor caudal mas há a necessidade de se construírem alguns caneiros. Já reuni com o anterior e o atual secretário e estou a aguardar resposta para ver se o Governo Regional assume a sua construção, esperando que resolvam o problema com o desvio das águas pluviais para uma linha de água que existe a cerca de 500 metros.

O valor inicial desta obra atingia os 400 000,00€, depois passou para cento e tal mil e neste momento já temos um orçamento mais reduzido. Aguardamos resposta da Secretaria Regional para sabermos se assume os encargos da obra e sanarmos este problema de uma vez por todas.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Não sei se sou demasiado miudinho quando olho para as coisas mas não fiquei com a ideia de que o afastamento entre as pedras das calçadas de Angra seja uma situação meramente residual ou pontual. Tenho a sensação de que a calçada em geral está com um afastamento que me preocupa um bocado.

Não sei se é um defeito meu por ser demasiado perfeccionista em imaginar uma calçada milagrosa com um afastamento quase milimétrico entre as pedras, mas dá-me a ideia que aquilo está um bocado avulso; há uma irregularidade que me desconforta no olhar. Não me parece que seja um caso meramente pontual aqui ou acolá porque olho para a calçada e vejo-a imperfeita na generalidade, salvo melhor opinião.

Sr. presidente da Mesa: – Peço aos senhores líderes parlamentares que se desloquem à Mesa.

Vamos interromper os nossos trabalhos para almoço. Apelo a todas as senhoras e senhores deputados para que estejamos aqui às 14 horas em ponto.

Após o almoço, os trabalhos foram retomados às 14H04M.

1.2 – Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2013, o qual importa, tanto na receita como na despesa, o total de 18 021 190,00€ e Grandes Opções do Plano no valor global de 7 359 741,00€. O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2013, para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea b) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Sra. presidente da Câmara: – A proposta de orçamento para 2013 foi elaborada com base no pressuposto de assegurar compromissos financeiros já assumidos e em desenvolvimento, garantindo também a manutenção dos apoios e incentivos a atividades de relevante peso para a sociedade angrense e o investimento em áreas base para o bem-estar da população e que sejam autossustentáveis para o futuro.

Importa alertar para alguns aspetos que assumiram particular impacto aquando a realização da presente proposta. Para já, o aumento de 5% nos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, o aumento previsível do IMI, que não será ainda englobado no Plano e Orçamento, ficando reservado para uma introdução no orçamento posterior em função dos reais resultados e a manutenção dos fundos do Estado, embora as transferências para os municípios surjam divididas em 80% para correntes e 20% para capital, as quais anteriormente se encontravam repartidas nas percentagens 60 / 40, respetivamente.

Ainda a internalização da Empresa Municipal CULTURANGRA, com a transferência de atividades e colaboradores para o município e a alteração orgânica da Câmara que leva a um maior número de unidades, dificultando, neste ano de 2013, a comparação direta entre as opções tomadas em 2012, já que se passa a ter um orçamento distribuído por divisões quando, até agora, se processava ao nível de departamentos.

De entre as áreas agregadoras das Grandes Opções do Plano, evidenciam-se, ao nível da rede viária, a reabilitação de arruamentos do concelho, o pacote 4 de estradas, a asfaltagem de sobras de estrada e a reparação de estradas, arruamentos, canadas e muros.

No que respeita ao parque escolar, de referir a construção da nova escola do ensino básico de Santa Bárbara e a construção do pavilhão da escola do Posto Santo.

Quanto ao Planeamento e Requalificação Urbana, destaca-se a continuação do Plano de Pormenor e Salvaguarda da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, o início da revisão

legal obrigatória do Plano Diretor Municipal, a retoma dos trabalhos de requalificação da calçada na zona classificada, a conclusão do projeto de execução do Mercado Duque de Bragança e consequente lançamento do concurso para o início dos trabalhos da obra em causa, a conclusão da obra da Casa do Chá do Jardim Duque da Terceira e a conclusão do projeto do Centro Interpretativo de Angra Património Mundial.

Relativamente à Cultura, Desporto e Tempos Livres, passarão a estar englobados na Câmara todos as atividades resultantes da internalização, originando a necessidade de adaptação de procedimentos entre o praticado na empresa municipal e o habitual por parte da Câmara, designadamente a transição das Sanjoaninas, a temporada de teatro, o cinema, o roteiro cultural pelas freguesias, a manutenção dos apoios/parcerias com o ANGRAJAZZ, o COFIT, etc., o encontro de coros, a manutenção do espaço de tecnologias da informação e comunicação, a diversa programação por épocas festivas ou dias marcados, a manutenção de zonas balneares e as candidaturas à bandeira azul.

Os aspetos relativos ao Ambiente, respeitantes fundamentalmente ao trabalho de abastecimento de água, saneamento básico e a recolha de resíduos, serão abordados mais adiante na discussão do orçamento dos Serviços Municipalizados.

Na área da Ação Social, evidencio os apoios ao desporto, pela função importante que desempenham, essencialmente no que à formação diz respeito, nomeadamente os apoios a associações sem fins lucrativos e aos centros de convívio, entre outros, não esquecendo a intervenção no combate às toxicodependências, a continuidade do programa BOLSANGRA, a continuidade das ações junto da população sénior do concelho, como sejam o cartão municipal do idoso e o programa de Teleassistência, a manutenção do regulamento de apoio a extratos sociais desfavorecidos, o apoio às famílias mais numerosas mediante a manutenção do cartão 4+ e as habitações sociais, entre outros.

No que respeita às freguesias, evidencia-se a continuidade da política de descentralização de atividades mediante a delegação de competências às Juntas de Freguesia, cujas transferências este ano são reforçadas em cerca de 80 000,00€, comparativamente as de 2012. Queria, relativamente a este aspeto, fazer um alerta para uma falha técnica da Câmara, já discutida com o senhor presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, respeitante às delegações de competências com esta Junta de Freguesia; os valores não estão corretos, porque houve uma falha na transcrição do valor dos 30 000,00€ e há situações que têm que ser corrigidas.

Não havendo implicações imediatas, proponho que esta situação seja resolvida posteriormente mediante a inserção de saldo de gerência ou através de revisão orçamental a efetuar na Assembleia Municipal de fevereiro.

Em valor, verifica-se que o total do orçamento ascende a 18 021 190,00€. Verifica-se, assim, uma redução de 22,48% relativamente ao orçado final de 2012, essencialmente justificada pela conclusão de alguns projetos financiados pelo PROCONVERGÊNCIA e início de outros que, numa fase inicial, não representam despesa financeira; ou seja, na fase de projeto não têm a receita nem a despesa comparticipada por fundos comunitários; os projetos estão refletidos no orçamento mas não têm a respetiva despesa.

Por outro lado, por opção da Câmara, através de uma decisão acordada unanimemente e das diferentes propostas que foram sendo apresentadas, não se aumentarão tarifários e serão aplicadas reduções no IMI, refletindo-se numa menor receita.

As despesas de capital totalizam 7 780 777,00€, ou seja 43,18%, enquanto as despesas correntes assumem 10 240 413,00€, equivalendo a 56,82% do total. De entre as despesas correntes, as dos recursos humanos assumem maior peso com 43,12% e a aquisição de bens e serviços situa-se nos 27,07%.

Já nas despesas de capital, destacam-se os valores associados à escola de Santa Bárbara, ao pavilhão da escola do Posto Santo, aos projetos do Mercado Municipal e ao pacote 4 de estradas que são os que assumem maior peso no orçamento.

O total do Plano Plurianual de Investimentos em 2013 cifra-se em 4 412 247,00€.

Em relação à receita, provirão do Estado 9 634 068,00€ havendo, no entanto, uma alteração em relação às proporções de transferências em termos de correntes e capital que, em 2012, foram de 60% / 40% e agora passam a ser de 80% de despesas correntes e 20% de despesas de capital.

As receitas correntes ascendem a 12 177 585,00€, com um peso total de 66,36%, enquanto as receitas de capital se situam em 5 843 600,00€, o equivalente a 33,64% do valor global. O orçamento está, portanto, equilibrado.

No que respeita à primeira versão do orçamento participativo, foram refletidas as opiniões manifestadas e, sempre que possível, dado ênfase aos aspetos considerados prioritários. Relativamente ao direito de oposição e às diferentes abordagens efetuadas, quer especificamente para a discussão do presente documento, quer ao longo deste último ano, foram englobadas todas as propostas, opiniões e solicitações manifestadas, desde que legalmente enquadradas nos aspetos financeiro e estrutural.

A capacidade de endividamento do município situa-se nos 98%, respeitando as imposições legais. Não se preveem novas contratações de empréstimos nem a necessidade de recurso a programas, respeitando o nível de endividamento ao município no seu todo e não exclusivamente à Câmara; ou seja, as despesas dependentes dos Serviços Municipalizados estão também englobadas, refletindo-se a capacidade de endividamento num único bolo.

O município tem aproveitado a disponibilidade dos fundos comunitários, continuando o investindo essencialmente em redes de água, infraestruturas viárias e estabelecimentos de ensino.

Com vista ao respeito pela LCPA (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), solicita-se também a antecipação de fundos para novos projetos a candidatar ao PROCONVERGÊNCIA, tal como está previsto na referida lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro.

O presente Plano e Orçamento, incluindo o mapa de pessoal, está profundamente afetado pela internalização da CULTURANGRA, pela reformulação orgânica, pela Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e, claro está, pela situação que o país atravessa. É, pois, um orçamento muito objetivo, cauteloso e realista.

Sr. presidente da Mesa: – Antes de conceder a palavra ao senhor deputado Luís Rendeiro permitam-me que, em vosso nome, saúde a presença, sempre constante nestas sessões, da RTP/RDP; desejo a todos os seus funcionários um bom Natal e um feliz ano novo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Este é o último orçamento deste mandato autárquico do PS em Angra. Mais do que a análise a este documento, só por si, o momento merece também uma avaliação de todo o mandato, do cumprimento do programa que foi sufragado e que ganhou as últimas eleições autárquicas, dos resultados obtidos e do desempenho dos eleitos.

Este deveria ser um orçamento de conclusão de obra e de apresentação de resultados mas, em vez disso, temos de novo em análise, como tem sido hábito neste mandato, um documento que espelha trabalho que não foi feito, promessas feitas e adiadas, a estagnação do concelho e a desistência por parte do Partido Socialista de governar o concelho de Angra do Heroísmo.

A Câmara de Angra parece não ter sido importante para o PS e para os eleitos pelo PS nestes 4 anos. O PS tem tratado esta Câmara como mero ponto de passagem de algumas pessoas para outras tarefas mais apetecíveis ou um ponto de chegada para quem não arranjou nada melhor.

Ninguém parece aquecer o lugar no executivo camarário de Angra e nós insistimos neste tema, por mais incómodo que seja, porque se espera confiança, estabilidade e previsibilidade por parte dos eleitos; a população tem que saber com o que conta para o futuro, que não seja apenas imediato, e não é isso que tem acontecido. Entendemos que o Partido Socialista, neste mandato, terá desistido de Angra.

O constante entra e sai de elementos nesta vereação tem sido uma marca, um traço que fica nesta governação e que desacredita a Câmara de Angra e enxovalha a sua imagem dentro e fora de portas. Imagino o que diria a bancada do PS nesta Assembleia Municipal se todas estas situações fossem da responsabilidade de um executivo de outro partido. Aposto que os seus deputados municipais também não se sentem confortáveis com esta situação, se calhar até mais desconfortáveis que eu, uma vez que são os senhores que dão cobertura ao que tem acontecido e dão a cara por esta situação.

Houve 4 abandonos na vereação neste mandato; 4 desistências! Houve 4 contratos mais importantes do que o contrato celebrado pelo Partido Socialista nas urnas com a população deste concelho. Angra e a sua Câmara estão num estado de gestão corrente acudindo-se apenas ao expediente diário e à agenda da autarquia. Este orçamento revela que 60% do seu valor já está afeto a despesas correntes.

Esperam os senhores que se confie nesta Câmara e nos documentos por ela apresentados no cumprimento do que é proposto em fim de mandato, quando, nos anos anteriores, o que se apresentou não foi cumprido.

Gostaria que nos pudessem garantir, pelo menos até ao fim do mandato, a estabilidade da vereação camarária mas, para os senhores, nada disto parece interessar e começam logo por pespegar (e desculpem-me o termo simples) no texto de introdução deste documento a já gasta ladainha das dificuldades inerentes à crise nacional e internacional, esquecendo a crise local e regional, cujos indicadores sociais e económicos são ainda piores do que os do continente e cuja responsabilidade pertence apenas ao PS. São exemplos: a maior taxa de desemprego, o maior número de beneficiários do rendimento mínimo, a maior taxa de abandono escolar, a maior taxa de violência doméstica, etc.

A grande marca dos orçamentos do PS tem sido o incumprimento das Grandes Opções do Plano; é sempre aí que a Câmara tem falhado. Também neste Plano e Orçamento se confirmam os adiamentos de incumprimentos já verificados nos documentos anteriores. Ora vejamos: Estudo de Trânsito, prometido e anunciado como muito necessário e urgente, não consta deste orçamento; Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra do Heroísmo, tem constado de todos os orçamentos e nunca foi realizado; Plano Integrado de Recuperação e animação da baía de Angra, presente em todos os orçamentos e nunca foi realizado.

Desistiu-se definitivamente do plano de urbanização da zona nascente e continua a não haver um plano adequado de combate às toxicodependências do concelho que, de novo, neste orçamento, se resume ao policiamento do Porto das Pipas e a algumas ações de sensibilização.

A intervenção no Teatro Angrense, que está infestado de térmitas, é novamente adiada. Já se deveria ter começado todo o processo de intervenção neste ano de 2012 mas salta-se para 2013. Parece que se desistiu por completo de todo o combate às térmitas no concelho; estamos condenados apenas a ações de sensibilização.

A construção do Canil Municipal, presente nos orçamentos de 2011 e de 2012, que nunca passou do papel, aparece de novo agora.

O Centro Interpretativo de Angra tem aparecido e desaparecido dos Planos e Orçamentos anteriores e volta agora com o nome de Siza Vieira, numa altura em que, dificilmente será o

próprio a projetar o que quer que seja, num momento em que nos parece haver outras prioridades para o concelho.

Constata-se a desistência em definitivo do pavilhão da Universidade dos Açores. O projeto de arquitetura e especialidades para a requalificação do Clube Náutico que, em 2011, tinha a dotação de 89 102,00€ e, em 2012, baixou para 62 375,00€, contempla agora, para 2013, uma verba inferior a 36 000,00€. Nunca se fez nada mas, pelo menos, está a ficar mais barato! Já é um progresso.

O PS e a Câmara também desistiram dos parques de estacionamento da cidade, chegando a anunciar e a orçamentar parques subterrâneos em várias localizações, como por exemplo o Largo Prior do Crato.

O orçamento que discutimos o ano passado para o Mercado Duque de Bragança previa o projeto e início das obras para 2012 e um investimento de mais de 3 000 000,00€ com a conclusão de obra em 2013 mas já só se vai fazer o projeto. Perante tudo isto, não querem que digamos que estes orçamentos não são para levar a sério.

Todos os anos há cerca de 10 000,00€ para manutenção dos vitrais do átrio intermédio dos Paços do Concelho.

Quanto aos pavilhões desportivos para o Posto Santo e Doze Ribeiras prometidos para 2012, o pavilhão das Doze Ribeiras desapareceu dos orçamentos e o do Posto Santo já foi adiado para 2013; vamos ver se é desta.

A Casa de Chá do jardim é outra grande confusão desta governação camarária e desapareceram também as outras duas casas de chá para a cidade, previstas em orçamentos anteriores.

No que toca à requalificação das zonas balneares do concelho, nos últimos anos só se fizeram obras de remendos em algumas delas devido aos estragos causados pelo mau tempo. Agora passa-se a responsabilidade das zonas balneares para as Juntas de Freguesia mas julgo que faltam os meios financeiros que espero ver refletidos em delegação de competências. Existe ainda a agravante de não haver referência neste orçamento à freguesia de S. Sebastião e à limpeza e manutenção das zonas balneares da Salga e Salgueiros, levando-nos a crer que os remendos irão continuar. Quanto ao projeto de requalificação da Salga, esperamos para ver.

Continua sem haver um plano eficaz do controlo dos roedores no concelho e não se diz uma única palavra acerca do tratamento de resíduos, da sua valorização energética e da instalação de uma unidade de pirólise no concelho de Angra, tal como estava previsto e tanto se viajou por esse mundo fora às custas da Câmara por causa deste projeto.

Está prevista uma verba de 52 000,00€ para grandes intervenções nos bairros sociais. Ora, 52 000,00€ é uma verba para pequenas intervenções.

O mau projeto, a má localização e o mau planeamento da escola da Ribeirinha tem-se revelado um sorvedouro de dinheiro para o concelho com custos acrescidos na obra, nas acessibilidades e nos arruamentos, obrigando a atrasos que servem alguém mas não servem o município.

Assim, como é que nós podemos acreditar neste orçamento, se os anteriores falharam, prevendo as mesmas ações?

A redução do Plano Plurianual de Investimentos de 7.86 milhões de euros em 2012 para 4.41 milhões em 2013, da ordem dos 43%, é devida sobretudo a uma redução proveniente das receitas dos fundos comunitários, que revela, finalmente, uma descida à realidade por parte da Câmara de Angra.

Se bem se recordam, todos os anos o PSD denuncia uma sobrevalorização das receitas nos orçamentos camarários, principalmente no que diz respeito a estes financiamentos externos. Sempre nos disseram que não era verdade mas parece que, afinal, estávamos certos, persistindo uma ausência de orientação estratégica e de planeamento para o concelho, em especial para a cidade e para o seu futuro. O crescimento habitacional de Angra, o trânsito, o estacionamento e o despovoamento do centro histórico são premissas que não podem estar na gaveta ou na fila de espera.

Não existe nestes documentos a desejada criatividade e inovação que permita tirar Angra do imobilismo a que está entregue. Por tudo isto, julgamos que este orçamento não serve o concelho porque o PS falhou perante Angra e os angrénses e estes documentos são a prova disso.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Senhora presidente, a questão que lhe quero colocar foi-me suscitada por uma intervenção recente do senhor presidente do Governo relacionada com um programa de reabilitação económica que, de alguma maneira, o Governo Regional tenciona implementar na nossa região. Ouvi com muito agrado as linhas genéricas, outro dia anunciadas, sobre uma questão que se prende com a reabilitação urbana.

Tem havido programas nacionais com imenso sucesso em vários concelhos do território continental, e penso que, a aplicarem-se no nosso concelho e na região, teriam imenso interesse e uma importância acrescida nesta altura, dadas as dificuldades de emprego que também se fazem sentir na construção civil, um setor constituído também por micro empresas, muitas vezes de cariz familiar que, como se sabe, empregavam muita mão-de-obra no nosso concelho, ocupando os membros de uma família nesse tipo de trabalho.

Temos um património habitacional na zona classifica de uma cidade património mundial como a nossa, atingido por uma nova praga que são as térmitas. Muitas habitações vão sentir um segundo sismo em tempo diferido, relativamente ao que infelizmente ocorreu em 1980. Esta questão parece-me bem-vinda ao debate e à sociedade açoriana, sobre a qual a Câmara Municipal deve assumir uma posição, mas não vi nada no orçamento relativamente a esta matéria nem sei se teria que estar inscrito.

Tendo uma importância que me parece relevante para o concelho de Angra e para as freguesias urbanas, pergunto à senhora presidente da Câmara se esta questão está a ser equacionada pelo município, se a senhora tem, da parte do Governo Regional, alguma informação relativa a estes programas ou à forma como se vão desenvolver e em que medida é que a Câmara poderá participar.

Confesso que fiquei um pouco perplexo quando a ouvi dizer há pouco que a Câmara tem 98% da sua capacidade de endividamento comprometida porque sobra uma pequeníssima margem de manobra para recurso a qualquer programa, por o *plafond* estar muito reduzido. Parecendo-me uma matéria importante para o nosso concelho, gostaria de saber o que a senhora presidente e a Câmara pensam ou decidiram sobre isso.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Tenho 3 questões para colocar a respeito de uns erros que encontrei na página 22 relativos ao apuramento da situação de endividamento, limites de endividamento para 2013. Não devem ser 75 milhões, mas sim, 7 milhões e qualquer coisa; deve haver um algarismo a mais.

Na página 6, na parte das Grandes Opções do Plano, na última linha do quadro dos projetos, no que refere ao projeto «A casota», julgo que falta referir o valor na linha seguinte e volta a acontecer o mesmo na página 10.

Na referência à construção e conservação de arruamentos na Terra Chã também não é referido qualquer valor à frente no que está previsto para 2013. Parece-me que falta aqui alguma

informação porque não passa para a página seguinte, algo que poderá ter a ver com deficiências na impressão do documento.

Julgo que seria importante uma linha com o projeto referente às Sanjoaninas para que possamos ter uma ideia do custo das festas para o município em 2013; não existe qualquer alusão a isso nestas Grandes Opções do Plano, julgo que a única transferência para a Associação Cultural Angrense se refere ao pagamento da dívida e deve ser incluída a verba que o município terá que suportar com as Sanjoaninas em 2013.

Sra. presidente da Câmara: – Vou abster-me de qualquer comentário em relação à intervenção sobre a postura política do partido, limitando-me às questões objetivas.

A respeito da gestão corrente da autarquia que afeta 60% dos recursos às despesas correntes, o Orçamento de Estado prevê transferências de 80% para despesas correntes e nós usamos receitas correntes para financiar capital.

Das novas diretivas em termos de Orçamento de Estado e das transferências para o município, temos um investimento em capital acima do que está previsto em termos de despesas correntes. Esta situação foi referida o ano passado; temos que ter noção da situação que se vive no país e também na região e quais as regras impostas pelo Orçamento de Estado ao nível dos procedimentos públicos.

Também referi que só se trata de investimento no primeiro ano porque, daí para a frente, uma grande parcela passa a despesa corrente. A construção de um pavilhão implica um investimento no primeiro ano e a partir daí começam as despesas correntes de água, luz, pessoal, manutenções, etc. Esta é uma das situações apontadas pelo atual Governo da República; investiu-se mais do que a posterior capacidade de manutenção.

Quanto às sucessivas situações aqui apontadas, em termos de incumprimento das GOP's, como já foi referido, devido ao surgimento de outras prioridades, o estudo de trânsito não foi considerado prioritário este ano.

Já respondi também há pouco em relação ao Plano de Pormenor e Salvaguarda; é um trabalho que leva muito tempo a elaborar e ainda não está concluído.

Como se sabe, o plano de intervenção na baía já foi iniciado pela Associação de Portos e posto a concurso e encontra-se numa fase de várias reclamações por parte dos concorrentes.

O Plano das Toxicodependências está contemplado no orçamento e viu a sua verba reforçada por se tratar de um compromisso. Em bom rigor, entendo que não deve ser um assunto da nossa responsabilidade mas sim dos proprietários dos bares. Como já foi referido no Conselho de Juventude, foi também inserida uma rubrica para o desenvolvimento de ações com vista ao combate às toxicodependências no concelho.

A situação do Teatro Angrense foi falada há dias em reunião de Câmara; não chegou ao fim em 2012 e neste momento estão a ser preparados os procedimentos para o lançamento do concurso.

Já esclareci também que o processo de construção do canil está em andamento. Como as empresas concorrentes têm pouco trabalho e estão a passar por grandes dificuldades, temo-nos deparado com muitas reclamações por parte das mesmas, na tentativa de detetarem erros nas propostas concorrentes e assim poderem vencer o concurso. Como já referi, esta fase termina a 19 de janeiro para que possamos iniciar a obra logo a seguir.

Não sei porque é que o senhor deputado Luís Rendeiro disse que o Centro Interpretativo dificilmente será realizado pelo arquiteto Siza Vieira. O processo foi adjudicado e espero que o arquiteto o leve até ao fim; pelo contacto que estabeleci com ele, fiquei com a imagem de uma pessoa cumpridora dos seus compromissos.

Quanto ao pavilhão da Universidade dos Açores, como já esclareci, não houve qualquer desistência, mas sim um pedido por parte da universidade para que o processo fosse suspenso até que a mesma tivesse capacidade ao nível financeiro e dos recursos humanos.

Quanto ao que foi referido a respeito da possível redução das verbas relacionadas com o Clube Náutico, a verba referida é o valor que ainda falta transferir para finalizar o processo; essa verba é cada vez menor porque o remanescente já foi transferido e não há qualquer redução em relação ao que estava inicialmente previsto.

Também não se verificou qualquer desistência a respeito dos parques de estacionamento e apenas foram tomadas algumas opções. Todo o piso térreo mais baixo do novo Mercado Duque de Bragança será reservado para estacionamento.

O seminário de Angra manifestou a vontade de converter o seu campo em zona de estacionamento com ligação ao mercado, o que já foi aceite. O projeto do mercado sofreu uma ligeira alteração com a abertura de uma porta entre o campo de jogos do seminário e a rua ao pé do Teatro Angrense.

Entre a conclusão de uma fase de obra, a realização do auto e o respetivo pagamento, decorrem 2 a 3 meses. O valor previsto no orçamento não implica a não concretização da obra, mas sim, uma baixa execução financeira em 2013 e mais elevada em 2014. Primeiro elabora-se o projeto, depois lança-se o concurso e inicia-se a obra no fim do ano; não há execução financeira mas há execução física. É esta a previsão, esperemos que não haja grandes alterações mas, atendendo à fase que vivemos e às reclamações dos concorrentes, poderá haver uma margem de erro.

Em resposta à questão dos vitrais dos Paços do Concelho, trata-se de peças com muito valor e, se repararem de perto, verão que os mesmos estão a ceder. Deveriam ser intervencionados no período do Natal mas, por questões de ordem pessoal, o técnico a quem foi adjudicada a reparação pediu que a intervenção fosse realizada na Páscoa, por apenas poder efetuá-la em período de férias; assim sendo, a execução financeira transitará para o próximo ano.

A respeito do pavilhão das Doze Ribeiras, falei com o senhor presidente da Junta de Freguesia, propondo-lhe que se pensasse numa alternativa e expliquei-lhe que, visto que estamos a construir um pavilhão anexo a uma escola na freguesia vizinha de Santa Bárbara, não devíamos multiplicar infraestruturas em áreas de populações reduzidas porque envolvem custos incomportáveis pelo município; apresentei várias propostas para a construção de pavilhões.

O município não tem qualquer responsabilidade quanto à situação da Casa do Chá do jardim. Já expliquei que houve insolvência da empresa e nós procedemos de acordo com o que a legislação prevê. Tentámos uma cessão da posição contratual, o que não foi possível; já avançámos para a cessão do contrato e estamos a preparar medições para o lançamento do concurso para que outra empresa finalize a obra.

Em relação ao comentário a respeito das responsabilidades passadas para as juntas de freguesia, a questão tem a ver unicamente com uma delegação de competências para a limpeza que será feita pelas juntas que assim o entenderam e as restantes preferiram que o serviço fosse feito pela Câmara Municipal que manterá a seu cargo as intervenções de fundo.

A doutora Mónica Seidi referiu há pouco o aparecimento de roedores na área onde reside que se têm revelado uma praga na ilha e na região. Parece-me que os ratos estão a adquirir alguma imunidade aos raticidas distribuídos e os nossos veterinários estão a avaliar uma nova forma de intervenção nesta área.

A pirólise e a estratégia de tratamento dos resíduos sólidos já não estão sob a alçada desta Câmara nem dos Serviços Municipalizados, mas sim, da TERAMB, cujo orçamento será discutido amanhã em reunião de Câmara.

Respondendo agora em relação à intervenção nos bairros sociais, lembro que está prevista uma verba anual entre os 50 e os 60 mil euros. Mantém-se a verba para este ano que tem a ver com infraestruturas comuns, algumas infiltrações, etc., mantendo-se também a manutenção das casas a cargo dos arrendatários.

No que respeita à escola da Ribeirinha, não havendo nada em contrário, começarão lá as aulas já no segundo trimestre.

Em relação ao PPI, esclareci na minha intervenção inicial que a sua redução tem a ver com esta fase entre a finalização do grupo de projetos e início dos outros, a programação e a fase de planos.

Respondendo agora às questões levantadas pelo senhor deputado municipal Joaquim Ponte, tomámos conhecimento das medidas que o Governo Regional pretende implementar. Não se trata de um grupo de medidas que, por si só, resolvam a situação, mas sim de orientações que visam minimizar alguns problemas.

Este documento não se reflete no orçamento camarário que já estava preparado antes dessa tomada de posição. Durante o mês de janeiro contactarei com o Governo Regional para saber de que forma os municípios se poderão associar a essa medida e quais as parcerias possíveis.

Em relação à preocupação do senhor deputado Joaquim Ponte com a margem de endividamento do município, se analisarmos a seco os 98%, pensamos que nos restam apenas 2%. Salvo erro, em finais de 2011 ou princípios de 2012, houve uma alteração em relação à fórmula de cálculo do endividamento das autarquias que empurrou os municípios para situações de endividamento. Se antes tinham maior margem de endividamento, com a alteração às fórmulas de cálculo, os municípios depararam-se com limites mais apertados.

Enquanto a maioria dos municípios do país ultrapassou os limites de endividamento, o município de Angra encontra-se incluído na minoria que se manteve dentro dos limites, fazendo com que conseguíssemos continuar com esta forma de gestão equilibrada com pagamentos a fornecedores sem termos que recorrer a programas de apoio ao endividamento ou à suspensão de 25% das nossas faturas. Este ano de 2012 amortizámos cerca de 300 000,00€, fora os juros e estamos numa posição muito confortável dentro dos limites previstos pela legislação.

Finalmente e em resposta às questões colocadas pela senhora deputada Rita Andrade a respeito das Sanjoaninas, as contas estão divididas no orçamento por diferentes rubricas. Essa observação já havia sido feita em reunião de Câmara e logo que tenhamos o orçamento totalmente fechado, daremos conhecimento para se perceberem os montantes afetos às Sanjoaninas.

Quanto à sua questão a respeito da Associação Cultural Angrense, trata-se do compromisso que já está no contrato programa, sendo que, por deliberação camarária, suspendemos o pagamento até à pronúncia do Tribunal de Contas como foi comunicado à ACA e à instituição bancária. Aquela verba está cativa e não foi usada para outro fim para se proceder à regularização logo que obtenhamos resposta por parte do TC.

Sr. d. m. António Toledo Alves: – Muito boa tarde senhor presidente e respetiva Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores e caros colegas. Aproveito a ocasião para vos desejar umas boas festas.

Ao contrário do que aqui foi dito, ainda bem que a senhora presidente chegou a este executivo, porque notamos hoje uma acalmia sobre o nosso concelho na praça pública e na comunicação social.

Gostaria de destacar a obra do pavilhão que será construído no Posto Santo, esperando alguma aceleração nos *timings*. Esta obra vem, em boa hora, proporcionar a dignidade e as dimensões ideais para a prática de modalidades oficiais; a alteração do PDM fez com que isso fosse possível, para benefício dos clubes e das freguesias do concelho.

Gostaria também de me congratular com o pacote 4 de estradas, especialmente com o troço de ligação entre a Canada do Talhinha no Posto Santo e a Boa Hora na freguesia da Terra Chã. Espero que seja dada alguma prioridade a esta obra, como já foi falado nesta Assembleia, antes que os proprietários se arrependam dos acordos estabelecidos.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Há aspetos positivos e negativos que gostaria de destacar neste Plano e Orçamento. Começando pelos aspetos positivos, parece-nos que esta redução do orçamento nos vai aproximando um pouco da realidade e prova que tínhamos razão quando afirmámos que os anteriores orçamentos eram empolados, excessivos e desadequados à realidade de uma sociedade pequena e limitada com poucos recursos financeiros para certos tipos de intervenções.

Os orçamentos anteriores implicavam taxas de execução com valores extremamente baixos; no plano de investimentos andavam na ordem dos 40 e 50%, rondavam os 60 a 70% nas taxas de execução globais e quando foram aprovados, na maioria das vezes pela bancada do Partido Socialista, já se sabia que seriam inexecutáveis e nunca levariam a boas taxas de execução.

Esta redução do orçamento deixa-nos muito satisfeitos porque não é altura de se cometerem loucuras nem recorrer a mecanismos artificiais de empolamento de algumas receitas, porque as dívidas contraídas têm que ser pagas. Não queríamos ver a Câmara tornar-se num protetorado político de outra qualquer instituição de credores como aconteceu com o país, levando-nos a viver sob orçamentos e medidas que ninguém quer.

Não nos parece que seja assim tão má a suspensão da construção do pavilhão de apoio à Universidade dos Açores porque, ao que parece, deixará de funcionar em fevereiro e essa verba deve ser libertada para outros fins onde fará mais falta.

Os aspetos menos positivos da redução deste orçamento têm a ver com a capacidade de endividamento da Câmara. A autarquia não se encontra numa situação confortável, porque tem há muito tempo os seus limites de endividamento acima dos 94, 96% e já esteve mais perto dos 100% ainda neste mandato.

Neste momento, fruto de alguma alteração legislativa, os limites de endividamento da Câmara situam-se nos 98%, correspondentes a cerca de 325 000,00€, o equivalente ao que foi amortizado ao longo de um ano. Estes valores não nos satisfazem e preocupam-nos, embora reconheçamos que a Câmara não foi obrigada a proceder a alterações à sua situação de endividamento porque os valores estavam dentro da proposta do Orçamento de Estado para 2013.

Estes valores estiveram muito elevados em anos anteriores e esse aspeto foi ressaltado pelo deputado António Maio numa das suas minuciosas análises aos números. A nossa situação não é boa nem confortável e os níveis de endividamento não nos dão muita margem de manobra para futuros investimentos mas reconhecemos que poderia ter sido pior.

Continuando a falar de aspetos negativos, achamos que há várias obras que poderão não atingir a devida execução porque alguns destes programas terão que ser feitos com recurso à atividade económica e a economia está pouco saudável porque algumas empresas atravessam grandes dificuldades; a verba inscrita para as obras das famosas calçadas é um exemplo disso

e poderá ser exagerada face às dificuldades do empreiteiro e à necessidade de uma intervenção direta da Câmara que ficará ainda mais limitada na sua capacidade de resposta.

Destacamos alguns aspetos neste orçamento que foram melhorados em relação a anos anteriores mas há outros que continuam a suscitar-nos algumas dúvidas. Manifestamos uma opinião diferente e não apoiaremos este orçamento, na medida em que achamos que a resposta aqui plasmada não é a mais adequada ao momento presente.

Sr. d. m. António Maio: – Não se justifica da minha parte uma análise minuciosa deste orçamento, já que a senhora presidente da Câmara fez a sua apresentação de forma exaustiva, brilhante e completa.

Na conjuntura em que vivemos, a elaboração de um orçamento não é tarefa fácil. Por mais que se diga, o Orçamento de Estado, que tem a ver com a Assembleia da República, é o documento básico que financia toda a atividade do país, das regiões e das autarquias, refletindo-se inevitavelmente na comunidade local.

O Orçamento de Estado para 2013, unanimemente considerado o pior orçamento de sempre desde que há democracia em Portugal, tem reflexos inevitáveis no nosso dia-a-dia pela taxa de desemprego que dele resultará, pela política altamente restritiva ao nível do rendimento disponível das famílias, pela capacidade de investimento das empresas, ao nível das transferências para as regiões e autarquias, etc.

Este Orçamento de Estado tem um impacto multiplicador e negativo para a vida de todos nós, e é perante este cenário que esta Câmara elabora o seu orçamento que se revela bastante realista como referiu o deputado Nuno Melo Alves.

Pelo histórico que pude observar, pelos comentários que recolhi junto de alguns técnicos e pelas notas informativas que consultei, parece tratar-se de um orçamento tanto mais realista, quanto que leva em consideração o orçado final de 2012. Quer do lado das receitas, quer do lado das despesas o valor final do orçamento de 2012 é o que está mais próximo da realidade e este de 2013 é feito nessa base.

É de enaltecer a coragem da senhora presidente da Câmara na elaboração deste orçamento, num ano de eleições autárquicas; não é expansionista, não contem sobre orçamentação, as coisas são assumidas de forma clara, verificando-se um decréscimo em todas as grandes componentes, face ao orçado final do ano anterior, notando-se apenas um acréscimo nas receitas correntes.

Há uma quebra significativa de 46% nas receitas de capital, explicável pela alteração do critério legislativo aplicado aos fundos municipais transferidos do Orçamento de Estado. Dou os parabéns à senhora presidente, porque não caiu na tentação de fazer um orçamento expansionista.

Todos nós, que estamos na vida ativa e temos responsabilidades, sabemos que vivemos tempos de austeridade, contenção e rigor. A austeridade, em si, não é má e o Orçamento de Estado para 2013 não se justifica apenas pela necessidade de austeridade que, se calhar, já deveria ter existido há mais tempo; *mea culpa* para todos os partidos que lá andaram. Todos reconhecemos e assumimos as responsabilidades do Partido Socialista, residindo o problema na austeridade cega imposta por este Governo da República, relativamente às políticas sociais e financeiras.

Desde há largos meses que leio a crónica da doutora Manuela Ferreira Leite, pessoa insuspeita, antiga líder do PSD. Fiz um exercício curioso com alguns colegas amigos da área desse partido que concordaram com o texto que lhes mostrei sem identificar o seu autor; quando souberam que se tratava da doutora Manuela Ferreira Leite, acabaram por ficar meio embaraçados.

Quem estudou economia tem conhecimento de algo fundamental: a eficácia de uma política económica mede-se pelos seus resultados que, neste caso, estão muito aquém do previsto.

Foi referido há dias pelo Conselho Económico e Social liderado por um Social-democrata ilustre, o Dr. Silva Penedo: *«É de temer fortemente que possa haver dor sem ajustamento e a convicção de que se possa estar a entrar num ciclo vicioso de recessão e aumento descontrolado da dívida...»*, para não falar de uma outra ideia chave que também transmitem relativamente à *«... necessidade de renegociar tudo o que está em causa, nomeadamente a redução de juros dos empréstimos e respetivos prazos de amortização, redefinir o ritmo e o calendário da consolidação orçamental e introduzir um conjunto de novas medidas de políticas fomentadoras do crescimento e do emprego»*. Citei estas três situações referidas no Conselho Económico e Social.

O problema não está na austeridade em si, mas na ausência de políticas incentivadoras do fomento do emprego e do crescimento da economia. Devem ser dadas condições aos devedores para poderem honrar os seus compromissos de dívida; não é preciso ser grande conhecedor de economia para entender isto porque estas matérias estão muito evidenciadas na comunicação social. Infelizmente, o destino que nos espera é o Orçamento de Estado para 2013 que vai penalizar esta autarquia e a todos nós, enquanto cidadãos deste país.

Para finalizar e a respeito da nossa capacidade de endividamento, sublinho que, a respeito da situação do pagamento a fornecedores, de solvência dos compromissos imediatos da Câmara e em termos da assunção de novos endividamentos e compromissos, temos verificado que a dívida da Câmara Municipal de Angra tem sido gerida com o máximo rigor nos últimos anos. Não há empréstimos bancários há vários anos e tem havido amortizações consecutivas, ano após ano. Sendo certo que a Câmara tem andado no limite do endividamento, não restam dúvidas de o tem sabido gerir muito bem.

Há pouco foi aqui referido por vários membros da bancada da oposição que a margem de manobra é reduzida mas é-o apenas em termos táticos, não podendo esquecer-se a apreciável dimensão da que se dispõe nas despesas correntes. Para que a Câmara cumpra o seu programa sem deixar para trás alguns investimentos assumidos como bandeira eleitoral, terá forçosamente que transformar algum do investimento afeto a despesa corrente, em despesa de capital para poder, através dos seus 15% de comparticipação do PROCONVERGÊNCIA ou do seu sucessor, potenciar investimento reprodutivo que interesse ao concelho.

Não devendo olhar-se apenas para os 2% de margem de manobra, é bom não esquecer o fator potenciador do investimento produtivo contido nos cerca de 12 milhões de despesas correntes.

Por me encontrar no exercício do meu último mandato, já cá não estarei, mas estou convicto de que, quem suceder a esta Câmara (e espero que seja o Partido Socialista), terá o bom senso de não comprometer demasiado o equilíbrio necessário entre a manutenção da despesa corrente e as perspetivas de investimento futuro no concelho que dele tanto necessita.

Concluindo, temos perante nós um orçamento equilibrado que respeita o que é exigido pelo POCAL. A Câmara não sobre orçamentou nem sobrecarregou os municípios e as empresas, há muito debilitadas, com Derramas, aumentos do IMI ou aumentos do tarifário do saneamento básico; poderia tê-lo feito e não fez.

A Câmara soube interpretar muito bem as dificuldades do momento atual, pondo-se ao lado dos municípios e das empresas, não dificultando mais a sua atividade, pois já bastam as restrições impostas pelo Orçamento de Estado para 2013.

Sra. presidente da Câmara: – O senhor deputado Nuno Melo Alves questionou se o valor das calçadas não estaria incorreto no orçamento. Os valores estão todos em conformidade, até à nova aprovação do plano de trabalhos.

Sr. d. m. José Gabriel Silva: – Gostaria de saber se vai haver alguma Derrama, já que foi aqui referenciada ao de leve pelo colega António Maio.

Quanto ao orçamento, o que posso dizer é que, mesmo com a percentagem de endividamento elevada, como foi referido pela bancada do PSD, julgo que ainda não estamos obrigados a cortes nas Grandes Opções do Plano. A resposta a esta situação foi dada muito recentemente com a vitória do governo PS nas últimas eleições e estamos prestes a conseguir outra vitória nas autárquicas, como prova de que as pessoas acreditam nesta Câmara.

No entanto, apesar de ter a ver com o meu partido, ponho em descrédito a situação da construção da nova biblioteca. Julgo que já o disse aqui e mantenho: se aquela obra for inaugurada ainda no meu mandato, não estarei presente na inauguração.

Ponho também em causa a capacidade dos senhores da Direção Regional depois de provas dadas em muitas situações, até por funcionários desta Câmara que fizeram o pacote das estradas. Quando esse senhor passou para a DRAC já pôs objeções porque a Guarita não devia ser asfaltada, mas sim, pavimentada com pedra de calçada. Com isto, vemos a posição de uma pessoa numa e noutra situação. Gostaria ainda de conhecer a opinião desses senhores quando aparecer o projeto do senhor Siza Vieira.

Sr. d. m. Fábio Vieira: – Gostaria de dar os parabéns à Câmara, porque este é um orçamento de compromisso entre o desejável e o possível, numa altura de grandes dificuldades. Reforço também o facto de haver aqui um forte investimento na área do ensino não superior que terá a ver com o nosso parque escolar, um investimento de futuro, reprodutivo e que se refletirá na capacitação dos jovens do nosso concelho. Ressalvo também o investimento na área dos transportes que são fundamentais para as redes da malha urbana e para a mobilidade das pessoas no meio rural.

A cultura também continua a ter um grande peso e gostamos de a ver devidamente considerada. A área das indústrias culturais e criativas é cada vez mais importante na sociedade atual e não tenho quaisquer dúvidas de que o investimento nesta área trará mais-valias para o nosso concelho.

Gostaria de questionar a senhora presidente da Câmara, em relação ao eventual aproveitamento de outros fundos comunitários para o Plano e Orçamento de 2013. Vejo aqui na rubrica apenas o que corresponde à aplicação regional do FEDER, neste caso o programa operacional PROCONVERGÊNCIA, e não vejo nada ao nível de Fundo Social Europeu; não sei se há algo previsto nessa área, nomeadamente através do «Pro-Emprego».

Aproveito também para chamar a atenção da Câmara Municipal de Angra que estamos no final deste período de programação comunitária e vamos entrar em 2014, num período que será bastante mais exigente, trazendo diferenças significativas em relação aos atuais fundos, quer em termos do FEDER, quer em termos do Fundo Social Europeu. Gostaria que a Câmara estivesse atenta ao debate europeu sobre essa matéria, para se manter preparada para o novo período de programação financeira.

Peço à senhora presidente que me corrija se estiver errado em relação à pergunta que o deputado Luís Rendeiro fez sobre o valor mais baixo disponível este ano para o PROCONVERGÊNCIA. Penso que isso se deve ao facto de estarmos no final da execução financeira e o saldo ainda existente no *plafond* ser menor devido ao avanço da sua execução; por isso é normal que este valor seja agora mais baixo.

Sem querer entrar em grandes quezílias políticas, porque foi o PSD que levantou o assunto, tenho uma última questão que tem a ver com a entrada e saída de elementos do executivo camarário. Penso que ninguém pode negar que a estabilidade é essencial para qualquer governação, mas também ninguém pode negar que, quando se elege o executivo camarário ou

esta Assembleia Municipal, elege-se uma lista com efetivos e suplentes e a lei prevê que essas pessoas possam ser substituídas.

O facto de ter havido alguma rotação na lista do PS não retira qualquer importância à Câmara de Angra que, muito pelo contrário, acautelou nas suas listas pessoas competentes e está ali a prova de que, a qualquer momento são capazes de assumir a gestão do município. Mais uma vez o PSD faz joguete com uma questão que decorre da lei.

Sra. presidente da Câmara: – Em relação ao IMI, foi aplicada a taxa mínima de 0,3% prevista na legislação, sendo que, em 2012, era de 2%. Foi aprovado por unanimidade e é do entendimento de todos os elementos da Câmara, ainda uma redução de 20% na zona classificada e na zona Oeste da ilha entre a freguesia de Santa Bárbara e a freguesia dos Altares; ou seja, há ainda maior redução em cima dos valores mínimos do que a lei nos permitiu fazer.

Continuamos a prescindir do imposto da Derrama, face à conjuntura que se vive neste momento; podemos equacionar a sua aplicação numa situação de crescimento ou se o município precisar dessa receita para sair de uma situação de endividamento ou incumprimento. Optámos por não aplicar esse imposto porque, apesar de próximos dos limites, encontramos-nos numa situação confortável.

Em resposta às questões colocadas pelo deputado Fábio Vieira, é grande o investimento no ensino não superior, essencialmente com a escola de Santa Bárbara, com vista à dotação de um polo escolar do 1º ciclo do lado Oeste da ilha com as mesmas capacidades dos existentes deste lado, para permitir que as crianças daquela zona beneficiem das mesmas condições de ensino que as restantes crianças do concelho.

Quanto ao valor mais baixo para o PROCONVERGÊNCIA, tenho a referir que o orçamento está esgotado nos limites da sua receita, é realista e não cedemos à fácil tentação da inserção de falsas receitas, o que nos daria margem para a introdução de mais despesa; penso que isso poderá ter estado na origem de alguns problemas de grande parte dos municípios do país.

Inserimos toda a componente receita e afetámos o nosso saldo nos fundos comunitários. Quando inserirmos o saldo de gerência vamos apresentar os novos projetos com o enquadramento adequado. Pensamos que nessa altura esgotaremos os fundos comunitários e não haverá mais margem, porque o próximo quadro comunitário termina agora no fim do próximo ano.

Sr. d. m. António Toledo Alves: – Continuando a apreciação do orçamento para 2013, gostaria de fazer mais uma referência que tem a ver com a forma como as freguesias deste país estão a ser tratadas pelo Governo da República.

Destaco a imparcialidade da delegação de competências e a importância dessas obras para as freguesias, apesar de nunca estarmos satisfeitos e querermos sempre mais, mas sabemos que não é possível, atendendo às atuais circunstâncias.

Com estas delegações de competências veremos melhoradas as condições de vida das populações, já que, na minha freguesia, além das obras que vão ser feitas nas Sedes de alguns movimentos desportivos e culturais, estas políticas de proximidade criarão também quatro espaços para empresários jovens, podendo assim servir as populações através de algumas áreas não existentes na freguesia.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Vou começar pelo fim e de uma forma mais descontraída, dizendo que esperava que o senhor deputado Fábio Vieira respondesse às afirmações do senhor presidente da Junta de Freguesia da Conceição relativas à cultura, área na qual tem agora especiais responsabilidades.

Quanto ao «entra e sai», pugnar pela renovação é bom, mas não abusemos, senhor deputado. Quem entra também tem que passar algum tempo a aprender e a estudar os *dossiers*, até ficar apto para resolver os problemas. O que tem acontecido na Câmara de Angra é que, quando as pessoas estão aptas para resolverem os problemas, vão embora e vêm outras; independentemente das suas capacidades é necessário tempo para se aprender e poder executar.

Não podemos fazer de conta que essa instabilidade não tem tido consequências na governação autárquica. Não é por acaso que as listas que vão a votos obedecem a uma ordem, têm uma estrutura com cabeças de lista e as pessoas votam baseadas nessa mesma ordem. Não tenhamos dúvidas que a ordenação de uma lista condiciona os resultados eleitorais; pode não definir o resultado final mas condiciona as percentagens de votação que, em termos de poder local, é extremamente personalizada.

Há neste orçamento o reflexo de um problema antigo, sempre denunciado pela nossa bancada, que é o problema do retorno dos investimentos que provocam o aumento da despesa corrente em anos seguintes. A realização da obra talvez seja a parte mais fácil; difícil é a posterior manutenção das infraestruturas.

Já fomos acusados de tudo e mais alguma coisa pela bancada do Partido Socialista, por discordância da oportunidade de realização de determinadas obras e o problema está agora à vista. Por muito boas que as obras sejam para as respetivas comunidades, acabam por ter custos de manutenção inoportáveis para o município e para os munícipes.

Não consigo perceber porque é que o estudo de trânsito não é prioritário para esta autarquia. Sabendo que está em curso a empreitada das calçadas, que foi executado o pacote 3 e vai ser executado o pacote 4 de arruamentos do concelho, o estudo de trânsito não é uma ferramenta fundamental? Estas coisas não podem estar desligadas umas das outras. Quando as maiores obras que a Câmara está a executar neste momento dizem respeito a estradas e arruamentos, não consigo perceber que o estudo de trânsito tenha sido relegado para segundo plano.

A senhora presidente mostra boa vontade na apresentação das características deste orçamento, mas o discurso era diferente o ano passado e muda constantemente consoante as circunstâncias que hoje são más, bem o sabemos, mas também não eram boas nos anos anteriores. Disse que era este ano que se faria o estudo e afinal não se faz. Preocupa-nos a forma como os últimos orçamentos se têm desvinculado daquilo que se executa.

Os trabalhos vão saltando de uns anos para os outros e os orçamentos não se realizam. Hoje, a bancada do PS classifica este orçamento como realista; os orçamentos anteriores eram o quê? Saúdo que se defenda a redução do número de pavilhões mas nós ouvimos o que ouvimos nesta casa quando a defendemos anteriormente.

Quanto aos roedores, o que se passa não é uma resistência dos ratos aos raticidas utilizados, senhora presidente; a senhora não estava ainda em funções quando o PSD apresentou nesta casa uma recomendação acerca da elaboração de um plano de combate aos roedores no concelho e que foi chumbada pela bancada do PS. O que está a acontecer agora é uma consequência da falta de um plano adequado de combate a essa praga. Falta um plano com a participação de técnicos, falta uma adequada escolha dos venenos e falta uma equipa multidisciplinar que escolha os métodos corretos de combate.

A desratização no concelho fez-se com a simples atribuição de veneno às juntas de freguesia para estas o distribuírem mas isso não é um plano de desratização. Em tempo útil denunciámos esta situação e os resultados estão à vista.

A posição atual da receita do orçamento de 2012, como constava nos documentos relativos à atividade municipal, continua com uma execução abaixo dos 50%, seguindo a linha dos

orçamentos anteriores. Esperamos que em 2013 a execução das receitas previstas neste orçamento, dito mais realista, venha a ser, pelo menos, superior a 50%.

Noto que agora há um apreço generalizado por parte do Partido Socialista em relação ao que diz a doutora Manuela Ferreira Leite, mas, noutros tempos, em que ela dizia exatamente o mesmo, os senhores votaram no primeiro-ministro José Sócrates; registre-se este contrassenso.

Doutor António Maio, a alternativa à austeridade é, de facto, o incentivo à economia e ao crescimento mas como não temos dinheiro para investir na economia, teríamos de nos endividar ainda mais para podermos investir porque ninguém nos empresta esse dinheiro, pelo menos a taxas de juro que possamos pagar. Austeridade não tem alternativa e nem o PSD, nem governo nenhum gosta dela.

Traduzindo isto para a Câmara de Angra, a sua capacidade de endividamento está esgotada, o que imobiliza o concelho, porque se gastou mal no passado e se contraíram endividamentos não reprodutivos.

Concluindo, ainda não me foi respondido na Assembleia nem por nenhum representante da Junta de Freguesia de S. Sebastião o que aconteceu aos 25 000,00€ transferidos em orçamentos anteriores para a execução de um painel de azulejos no largo da fonte, mais especificamente no muro do Crista - peço desculpa mas não sei o nome do senhor, apenas a alcunha de família. Já questionei várias vezes se essa verba foi transferida e se a Junta de Freguesia a recebeu, mas nunca obtive resposta e a obra não foi executada.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – É evidente que numa situação normal as coisas teriam sido feitas de outra forma. Em primeiro lugar eliminar-se-iam os excessos e os esbanjamentos do setor público; em segundo lugar far-se-ia uma refundação das funções do Estado e só no fim é que se aumentariam os impostos. Por força de dívidas acumuladas e excesso de défice, desde pelo menos o ano 2000, com avisos por se situar acima dos 3% desde essa altura, chegámos ao orçamento de 2013.

A dada altura também alimentei esperanças que houvesse outras alternativas como aumento de prazos ou redução de juros mas perdi um pouco essa perspetiva num dia em que ouvi um deputado comunista indignado na Assembleia da República, após uma reunião com a *troika* há cerca de 2 meses, aquando a última avaliação que vieram cá fazer.

Esse deputado do PCP disse o seguinte: «A *troika* cá fora diz que estas medidas não são suas, são do governo. Sentamo-nos com eles, dizemos que Portugal precisa de mais tempo e de uma redução nos juros...» A resposta da *troika*, ao contrário do que afirmou no exterior perante as câmaras da televisão, o que indignou muito este deputado do PCP, foi que Portugal tem que cumprir o que assinou no memorando de entendimento. Isto passou-se com um deputado do Partido Comunista Português que não quis nada com a *troika* e, por si, rasgaria o acordo. Quando se sentou à mesa e lhes falou desta maneira, foi esta a resposta que obteve.

Se calhar poderiam existir alterações em relação a alguns pormenores deste orçamento mas o grande problema é que Portugal está amarrado pelos seus credores.

Acho que este orçamento é mais realista que os anteriores mas não concordo com ele a 100%, se não teria o meu voto favorável. Criticámos os orçamentos anteriores por estarem constantemente empolados. Como disse a senhora presidente da Câmara, é fácil empolar um orçamento e aumentar os limites de endividamento; para tal basta empolar as receitas de capital como se fez no passado.

A crise não começou hoje. Em 2008 só havia uma pessoa nos Açores que se recusava a falar de crise, o então presidente do Governo, Carlos César, no seu discurso de tomada de posse.

Não é por acaso que o hotel do Canta Galo demorou 10 anos a construir; foi anunciado em 1998 ou 1999 num Plano de Pormenor e Salvaguarda da Baía de Angra e aprovado nesta sala. O hotel da Pousada ao lado está encerrado há 2 anos e encerrava todos os invernos.

As coisas vão se acumulando e é preciso reagir a tempo e horas; é o que a Câmara de Angra está finalmente a fazer e antes tarde do que nunca, mas podia tê-lo feito mais cedo porque foi alertada para isso.

Foram aqui referidas hoje 2 ou 3 situações anteriores a este elenco camarário que fazem parte de um passado herdado e assumido corajosamente, originando críticas que não lhe dizem diretamente respeito. Houve erros que poderiam ter sido corrigidos na altura certa, há 3 ou 4 anos, aquando das discussões dos Planos e Orçamentos.

Face às atuais dificuldades das pessoas e empresas, questiono se este orçamento não careceria de um ajustamento ainda maior para se tornar mais realista e mais exequível.

Sra. presidente da Câmara: – O vereador Alonso alertou-me para uma imprecisão minha de há pouco. Afinal não aplicámos uma redução de 20%, mas sim, de 30% no IMI.

Em relação à prioridade do estudo do trânsito, a resposta é que colocámos no orçamento o que pretendemos fazer primeiro. É importante que se tenha a noção de que estamos a usar os nossos fundos disponíveis mês a mês, com base na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e estamos a esgotar o nosso limite; temos feito tudo o que a LCPA nos permite, até ao limite.

A nossa escolha de prioridades não significa que o estudo de trânsito não seja uma ferramenta essencial para o concelho. Não é por causa das calçadas, do pacote 3 ou do pacote 4 de estradas; é apenas uma questão de prioridade.

Concordo que deve haver uma melhor apreciação em relação à desratização, porque verificámos que o que está a ser feito não está a surtir efeito; temos que avaliar melhor essa situação.

Em relação aos comentários do deputado Nuno Melo Alves, se Portugal e mais de metade dos municípios deste país estão amarrados aos seus credores, felizmente a Câmara de Angra não está. Como sabem, de entre os 308 municípios do país, houve de imediato 115 candidaturas ao PAEL (Programa de Apoio ao Endividamento Local), dos quais 86 já foram apoiados e os restantes estão em análise. O município de Angra não recorreu a esse apoio nem tão pouco está endividado e todos devemos estar satisfeitos com isto.

Acho que este orçamento é bastante realista e exequível e, como referiu o deputado António Maio, baseia-se no executado de 2012. Creio que teremos uma execução próxima desta base em 2013 se a receita vier atempadamente e tivermos fundos disponíveis mensalmente.

Em relação aos erros do passado, assumo-os todos. Mas há que ter em consideração que, muitas vezes, há uma tendência para se misturarem erros políticos com erros técnicos.

O engenheiro Rui Andrade, que já não está presente, pessoa que estimo e por quem tenho elevada consideração, na altura foi fortemente criticado por um erro político que se chama saneamento básico, uma das melhores obras que este município alguma vez realizou. Foi uma intervenção com consequências sérias em termos políticos mas que em termos práticos nos beneficiou a todos.

Sr. d. m. António Maio: – Senhor deputado Luís Rendeiro, não fique por mim; leia os documentos das entidades idóneas e credíveis que representam o patronato, tais como a Confederação de Comércio e Serviços, o Conselho Económico e Social, etc. Leia mais, já que a sua formação básica não é essa e assim talvez entenda um pouco mais daquilo que está a falar.

Ninguém põe em causa a necessidade da austeridade; o que pomos em causa é a austeridade que conduz ao mapa que tenho aqui sobre a evolução da dívida pública, que, em 2011, era de 107% do PIB, em 2012 passou para 119,1% e em 2013 será de 123,7% transformando-nos numa nova Grécia. A doutora Manuela Ferreira Leite, técnicos, comentadores e economistas credenciados da vossa área política e do próprio CDS, põem em causa a política orçamental que conduz a estes resultados.

Como já percebi que não se fica muito pelo que eu digo, deixe-me citar este documento: «*O que Portugal precisa é de romper, quanto antes, com o referido ciclo vicioso da recessão, do aumento da dívida e de uma austeridade que, destruindo grande parte do tecido produtivo nacional, nos impede de gerar as receitas que reequilibrem o orçamento, ao mesmo tempo que a despesa aumenta naquilo que o governo não pode controlar diretamente, ou seja, despesas com juros e conversações sociais.*

A obsessão com o défice é, na situação concreta que estamos a viver, um erro grave de que a troika e, em particular, a Comissão Europeia são os principais responsáveis e o Governo da República, com a sua estratégia de colagem a esta política, compartilha responsabilidades efetivas.

Para consolidarmos um novo ciclo de crescimento, precisamos de complementar o necessário desagravamento das políticas de austeridade, conducente a um novo patamar de equilíbrio entre crescimento e desagravamento do défice orçamental e da dívida soberana, com um programa de médio prazo, envolvendo uma profunda reforma do Estado e uma estratégia de reconversão do nosso modelo económico». É isso que está dito nos documentos.

O senhor deputado Nuno Melo Alves referiu há pouco que a *troika* e os credores exigem e impõem. Vejamos o que aconteceu em Espanha e o que está a acontecer em Itália; nem todos os países têm tido a mesma atitude e comportamento de Portugal que se tem submetido totalmente à *troika*.

Há 12 modelos de macroeconomia e nenhum prevê equilíbrios sem receitas da parte da atividade produtiva; sem isto não há qualquer hipótese de retoma. Com a austeridade pela austeridade, sem receitas libertadas pela atividade produtiva, não chegamos lá nem equilibramos nada. Vejam o quadro; em 2013 a percentagem do PIB será de 123,7%.

A doutora Manuela Ferreira Leite diz que a eficácia de uma política mede-se pelos seus resultados e com estes resultados não chegamos lá. Isto não tem nada a ver com austeridade. Este Governo da República não sabe fazer política económica e está a pôr o país na ruína.

Sra. d. m. Maria Raquel Melo: – Muito boa tarde a todos os presentes. Já fiz o ponto da situação na Assembleia de Freguesia que decorreu a semana passada e presto o devido esclarecimento ao senhor deputado Luís Rendeiro, em relação à transferência para construção do painel de azulejos no lugar da Fonte, na freguesia de S. Sebastião.

Pensámos rentabilizar um pouco este dinheiro e fazer um projeto apresentado à GRATER. Durante 2012, houve um período em que esteve fechado. Além da construção do painel de azulejos com a reconstrução da tourada à antiga, porque aquela zona é única na ilha pela sua inegável importância em termos de touradas e pelos turistas que por lá passam, achamos que, além do painel, conseguiríamos valorizar ainda mais a parte da casa das pias que está fechada.

Com a parte participada pela GRATER existe a possibilidade de iluminar a zona dos tanques e transformar a casa das pias num espaço de exposição e museu com algum artesanato.

O projeto, feito com a ajuda do arquiteto José Parreira, está em análise e já foi apresentado na Assembleia de Freguesia e entregue na GRATER. Pediram-nos alguns documentos que já

providenciámos e estamos a aguardar para darmos continuidade ao projeto. O valor associado a esta transferência passa para o orçamento de 2013 em saldo de gerência.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Agradeço os esclarecimentos por parte da representante da Junta de Freguesia de S. Sebastião. A verba para construção deste painel constou de orçamento municipal há 2 anos e, na altura, a bancada do PSD achou que era uma verba elevada para um único painel de azulejos.

Pergunto se uma verba orçamentada para um determinado ano, não deve ser executada nesse mesmo ano, ou pode ser transferida e ficar cativa numa junta de freguesia à espera de tempos melhores ou aplicado para algo diferente do que se orçamentou.

Sra. presidente da Câmara: – Costuma haver transição. Este é um processo anterior e teria que o avaliar ao pormenor mas há várias situações nas juntas de freguesia em que as verbas transitam de um ano para outro.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2013 constante do Ponto 1.2 foi aprovado por maioria com 27 votos a favor (20 do PS, 6 do PSD, 1 do deputado municipal independente) e 9 votos contra (6 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.3 - Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para o ano de 2013, a fim de serem submetidos à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea b) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, apresentando os seguintes valores:

Plano Plurianual de Investimentos:

- Despesas de Investimento: – 1 351 270,00€ (um milhão, trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e setenta euros).

Orçamento:

- Receitas Correntes: – 6 409 600,00€ (seis milhões, quatrocentos e nove mil e seiscentos euros).
- Receitas de Capital: – 986 050,00€ (novecentos e oitenta e seis mil e cinquenta euros).
- Outras receitas (reposições não abatidas aos pagamentos): – 100,00€ (cem euros).
- Total geral das receitas: – 7 395 750,00€ (sete milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta euros).
- Despesas Correntes: – 5 870 480,00€ (cinco milhões, oitocentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta euros).
- Despesas de Capital: – 1 525 270,00€ (um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil duzentos e setenta euros).
- Total Geral das Despesas: – 7 395 750,00€ (sete milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta euros).

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 269/2009 de 30 de setembro e pelas Leis n.ºs 3-B/2010 de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro, 55-A/2010 de 31 de dezembro, o mapa de pessoal para 2013 acompanha a presente proposta de orçamento.

Sra. presidente da Câmara: – O total do orçamento dos Serviços Municipalizados para 2013 é de 7 395 750,00€, dividindo-se em 6 409 600,00€ de receitas correntes e 986 050,00€ de receitas de capital. Do lado da despesa temos 5 870 480,00€ de despesas correntes e 1 525 270,00€ de despesas de capital.

Há que evidenciar a opção clara em manter o tarifário, incluindo uma tarifa social que vem colocar as receitas dos Serviços Municipalizados muito abaixo do que seria desejável do ponto de vista dos Serviços, mas que contribuirá para um ano mais leve em termos do orçamento familiar dos munícipes.

Em contrapartida, a verba disponível para investimento nos Serviços Municipalizados torna-se inferior e as opções de intervenção são criteriosamente selecionadas em função das necessidades técnicas manifestadas pela equipa de funcionários destes serviços.

Além das habituais despesas correntes, salienta-se, quanto a opções de capital, a construção de um reservatório na freguesia da Terra Chã que permitirá uma maior capacidade de abastecimento de água ao lado Oeste da ilha, resolvendo também alguns problemas de pressão exagerada na rede e a execução e remodelação das redes de abastecimento de água no troço Ladeira Branca/Figueiras Pretas, uma intervenção necessária devido à antiguidade da rede e desadequação às necessidades atuais.

Há também o pacote 4 de estradas em parceria com a Câmara Municipal que vai permitir diversas intervenções de renovação das redes existentes, algumas delas bastante antigas, as campanhas de sensibilização necessárias com vista à economia no consumo de água e às boas práticas ambientais por parte dos munícipes e o tratamento de águas residuais em S. Mateus e S. Sebastião.

Em S. Mateus, concluído que foi ao longo deste ano o processo de avaliação, optou-se pela realização de fossas sépticas; S. Sebastião verá reativada a ETAR, mediante projeto a realizar, cujo concurso que se prevê seja lançado no primeiro semestre de 2013, sendo que a obra terá execução física no segundo semestre e execução financeira em menor escala, claro está, tal como está previsto pela Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

O orçado inicial do ano transato, comparativamente a este ano de 2013, apresenta um diferencial de 15 000,00€, aproximando ambos os orçamentos em relação ao orçado final de cerca de 515 000,00€.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O orçamento dos Serviços Municipalizados e os seus documentos previsionais para 2013 têm em conta as sugestões e propostas do PSD, fazendo com que a ele não nos oponhamos, mas continuando a manter algumas reticências, como já aconteceu em anos anteriores, por falta de concretização de algumas medidas, como é o caso das ETAR's para S. Mateus e S. Sebastião.

Uma vez que temos aqui presente o novo presidente da TERAMB e atual vice-presidente da Câmara Municipal, a quem dirijo uma saudação muito especial pela sua primeira presença na Assembleia Municipal, gostaria de lhe colocar algumas questões que, de outro modo, não temos oportunidade de ver respondidas como deputados municipais.

A TERAMB foi criada para uma missão de tratamento e valorização dos resíduos na ilha Terceira de modo a cumprir e fazer cumprir os desígnios constantes de programas regionais como o PEGRA, o PROTA ou a criação da ERSARA, (Entidade Reguladora dos Serviços, Águas e Resíduos dos Açores).

Estou certo que o senhor presidente da TERAMB já teve tempo para se inteirar do enquadramento da empresa que preside e está em condições de me responder acerca do *timing* da entrada em funcionamento da unidade de tratamento e valorização de resíduos por pirólise, método que, julgo que tinha sido assumido pelo anterior presidente da empresa. Gostaria que

nos informasse sobre o volume de resíduos que se prevê tratar, a estimativa da energia a produzir com este projeto e a valorização de subprodutos da pirólise como o caso do óleo de pirólise.

Também gostaria que prestasse aos deputados municipais algumas explicações acerca das características deste método de tratamento, especialmente as suas vantagens e desvantagens, quando comparado com os métodos de incineração convencionais.

Sabendo que a capacidade de endividamento da Câmara Municipal se encontra no limite, gostaria de saber quais os meios alternativos de financiamento para fazer face aos compromissos quanto à sua parcela no investimento a que está obrigada para implementação deste processo de tratamento, uma vez que a incapacidade de colocar em prática o tratamento de resíduos na Terceira condiciona a programação regional de tratamento de resíduos.

Lembro que estava previsto a Terceira receber resíduos das outras ilhas do Grupo Central, transformando, valorizando e tratando-os como um valor e não como um desperdício, criando empregos e mais-valias, processo a que no momento subjaz um grande número de interrogações.

Caso faleça a capacidade de levar estes projetos por diante, ruindo as expectativas de mais-valias para o concelho, colocam-se em relação à TERAMB as mesmas dúvidas já levantadas relativamente a outras empresas municipais como a CULTURANGRA, ou seja, se na verdade se justifica a sua existência apenas gestora do aterro sanitário, ficando a Câmara de Angra com responsabilidades num eventual incumprimento do PEGRA (Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores). Estas questões da energia e dos resíduos são cada vez mais importantes e prementes nos tempos que correm.

Este processo tem vindo a arrastar-se no tempo, com uma lentidão que nos preocupa, uma vez que em 2011 havia muita urgência na aprovação do projeto e na execução de um conjunto de medidas previstas para a Câmara e neste momento não se sabe muito bem em que fase é que as coisas estão.

Uma vez que estamos a discutir os orçamentos para o último ano deste mandato, gostaria de obter o máximo de esclarecimentos para sabermos se o projeto avançará ainda durante o seu decurso.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Este orçamento contém algumas questões de maior contenção e realismo, embora haja aqui refletido um aspeto com valores um pouco elevados. Com a passagem de determinadas competências para a TERAMB, seria de esperar uma maior redução nalgumas atividades ligadas à água e à mudança das redes que ainda têm um peso significativo. Antes de ver os documentos, pensei que a redução fosse um pouco maior em termos da atividade dos Serviços Municipalizados.

Já foi mencionado pela bancada do Partido Socialista mas é importante sublinhar que a Câmara de Angra, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, não aumenta os tarifários, o que demonstra alguma compreensão da situação económica atual. O mesmo se passou com os documentos que aprovámos noutras sessões da Assembleia Municipal no que respeita à aplicação das taxas do IMI com minorações e isenções parciais para certas freguesias e para a zona classificada da cidade; achamos que são medidas positivas de estímulo económico que não oneram os munícipes contribuintes.

Estamos satisfeitos porque há uma obra aqui que o CDS tem vindo a defender há bastante tempo; uma vez que essa obra vai ser feita, este Plano e Orçamento merece maior entusiasmo e empenhamento nosso em relação a anos anteriores.

Sr. d. m. António Maio: – Este orçamento não tem grande margem de manobra quanto à capacidade própria de intervenção, quer na captação de receitas, quer na execução da despesa,

pois encontra-se limitado às receitas associadas ao saneamento e à distribuição de água, tendo naturalmente de ajustar a despesa a essas receitas.

Para além de cumpridos os critérios relativamente a tudo o que é exigido legalmente, é sempre um documento bastante exaustivo, completo e também interessante no enquadramento macroeconómico e setorial.

Faço uma retificação ao que foi dito pela bancada do PSD, porque temos que ser rigorosos com os números. Relativamente à taxa de desemprego, foi afirmado que teríamos piores indicadores que o continente e é aqui mencionado que a taxa de desemprego regional é de 15,4%, enquanto a média no continente se situa nos 15,8%. Haverá regiões com taxas inferiores mas estamos abaixo da média nacional. Quando estamos a falar de números e fazemos afirmações como as que foram feitas, temos que ser rigorosos no que afirmamos.

Na parte introdutória do documento é feita uma explanação sucinta sobre o enquadramento do orçamento. Destaco o cumprimento dos objetivos, responsabilidade social, sustentabilidade ambiental, etc.

Quando falamos de orçamentos, por vezes desprezamos alguns aspetos que têm a ver com a noção qualitativa e a eficiência dos serviços, nomeadamente o atendimento aos munícipes, a organização interna, etc.

Achei interessante, no capítulo das orientações estratégicas, a abordagem, ainda que sucinta, dos princípios éticos norteadores dos comportamentos, atitudes e decisões de todos os colaboradores da instituição. Embora possa parecer desajustada, faz todo o sentido num documento previsional de receitas e despesas, merecendo os nossos maiores elogios, já que, sem boas práticas de funcionamento, não se motivam os colaboradores nem o próprio público que deve ser servido com zelo, retidão e celeridade.

Assim, considero realista e de contenção o orçamento apresentado, que merecerá o meu voto de aprovação, desejando que possa corresponder às necessidades da população na esfera das competências dos Serviços.

Sr. vereador Hugo Louro da Rosa: – Senhor presidente da Assembleia, senhores membros da Mesa, senhora presidente e senhores vereadores, senhores deputados, boa tarde a todos.

Senhor deputado Luís Rendeiro. Pensámos dar conhecimento do orçamento da empresa TERAMB à Assembleia Municipal ainda este ano mas não foi possível; o orçamento será discutido amanhã em reunião de Câmara e apresentado à Assembleia Municipal na próxima reunião de fevereiro.

Como sabe, o PEGRA (Plano Estratégico de Gestão de Resíduos na Região Autónoma dos Açores) integra 4 elementos: as sete centrais de processamento a localizar nas chamadas ilhas mais pequenas, a Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, a Central de Valorização de Resíduos por Incineração da ilha de S. Miguel e uma Estação Reversível por Bombeamento.

Relativamente à Central de Valorização Energética, há duas componentes: uma candidatura ao POVT (Programa Operacional de Valorização do Território) que determinará um financiamento de 85% do custo total da construção da central e do reordenamento do aterro em que os restantes 15% serão autofinanciados pela TERAMB e não entrarão, para já, nas capacidades de endividamento da Câmara Municipal e a outra componente é o concurso limitado por prévia qualificação de conceção e construção da central.

Estão previstas 40 000 toneladas de capacidade total da central, ao contrário das 60 000 inicialmente planeadas. Quanto à questão do método de tratamento e valorização dos resíduos

a utilizar, pirólise ou gaseificação, o mesmo será deixado à consideração posterior no âmbito do concurso.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Quais as vantagens e desvantagens relativamente à incineração tradicional?

Sr. vereador Hugo Louro da Rosa: – Como disse, as peças do concurso limitado por qualificação deixam essa apresentação à TERAMB e veremos qual a melhor solução.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Houve uma fase deste mandato autárquico em que havia muita urgência na implementação destas medidas, agora parece que está tudo um pouco em banho-maria. Gostaria que nos pusesse a par das previsões da Câmara para este projeto que me parece estrutural e com muitas potencialidades para o concelho e para ilha, porque, até agora, os resíduos não eram vistos como uma mais-valia.

Julgo que não há um minuto a perder na persecução destes objetivos porque os resíduos são matérias-primas e, numa situação de crise económica, todas as atividades geradoras de mais-valias poderão transformar-se numa árvore das patacas.

Seria útil toda a informação que nos pudesse fornecer sobre calendarização, objetivos e quais as próximas etapas ainda este ano e neste mandato.

Sr. vereador Hugo Louro da Rosa: – Concordo com tudo o que acabou de dizer. O concurso limitado por prévia qualificação deverá sair ainda este ano. As peças estão prontas, isto implica publicação no Jornal Oficial da União Europeia e no Diário da República mas está em condições de ser lançado e temos também a informação de que a candidatura ao POVT foi aprovada.

Não se registando mais intervenções e postos à votação, os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para o ano de 2013, constantes do Ponto 1.3 foram aprovados por maioria com 26 votos a favor, (20 do PS, 5 do PSD, 1 do deputado municipal independente) e 11 abstenções, (8 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.4 - Quarta Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A / 2002 de 11 de janeiro e em conformidade com o Ponto 8.3 do POCAL (DL n.º 54 – A/ 99 de 22 de fevereiro).

Sra. presidente da Câmara: – Esta revisão procura enquadrar no orçamento os valores que nos foram sendo creditados e debitados pelo Estado referentes ao IMT.

Quando tentámos perceber quais os valores em causa, porque no início do ano foi-nos creditado um valor de aproximadamente 1 000 000,00€, houve uma decisão bastante sensata do chefe de divisão em não se fazer uso desse valor no início do ano porque deduziu que o mesmo nos seria provavelmente retirado, o que acabou por acontecer.

Essa verba ia sendo creditada e retirada; até junho houve algumas oscilações e a partir dessa data os valores foram-nos sendo debitados e creditados, acabando em resultado zero. Neste momento temos um valor de inscrição na receita de 153 000,00€ e um valor de inscrição na despesa de 137 000,00€.

Em termos de finanças, não conseguimos explicar estes montantes porque a fórmula não nos foi fornecida e os próprios funcionários das finanças também tiveram alguma dificuldade. Sem outra justificação possível, apenas fizemos refletir no orçamento aquelas transações que nos foram feitas pelo Estado.

A pedido do senhor Carlos Pinheiro, foi tomada em reunião de Câmara uma deliberação para se fazer uma permuta que beneficiasse a freguesia da Feteira com um terreno que permitisse construir uma quinta pedagógica; para tal, houve a permuta de um terreno do parque industrial por um terreno daquela freguesia mas havia um valor pendente em atraso do titular do arrendamento do parque industrial.

Após a avaliação da dívida, a avaliação do terreno e a avaliação do valor do terreno que a Câmara permutou, o município saiu claramente beneficiado. Embora não haja aqui uma transação financeira exata, esse valor deve ser refletido no orçamento e diluído no valor da permuta que são estes 5 350,00€.

Os 10 650,00€ são um reforço previsional dos encargos de cobranças de receitas que, como sabem, temos que pagar ao Estado para podermos receber.

*Não se registando mais intervenções e posta à votação, a **Quarta Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012 constante do Ponto 1.4 foi aprovada por maioria com 22 votos a favor (16 do PS, 5 do PSD, 1 do deputado municipal independente) e 10 abstenções (8 do PSD, 2 do CDS-PP).***

1.5 - Proposta de dissolução da Culturangra EEM e internalização das respetivas atividades nos serviços da Câmara Municipal, de acordo com o plano que acompanha a mesma proposta para deliberação pela Assembleia Municipal, nos termos conjugados dos artigos 22.º, n.º 1, 61.º, n.º 2, 62.º n.º 1 e 70.º n.º 2 todos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Sra. presidente da Câmara: – Vou tomar a mesma posição que tomei em reunião de Câmara. Embora seja um processo anterior à minha entrada na CULTURANGRA, trabalha lá o meu irmão e o meu primo direto. Assim, entendo não dever participar na discussão, como forma de evitar exercer qualquer tipo de influência na formulação da opinião dos membros da Assembleia; o senhor vice-presidente fará a apresentação da Proposta e eu retiro-me.

Sr. vereador Hugo Louro da Rosa: – A lei nº 52/2002 de 30 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, não é apenas uma lei de habilitação, isto é, uma lei que autoriza a criação de empresas locais, mas também, aquilo a que eu chamaria de lei de extinção já que determina a obrigatoriedade de o órgão deliberativo, mediante proposta do executivo, determinar a dissolução da empresa local cujas vendas e prestações de serviços durante os últimos 3 anos:

- Não cubram, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- O peso contributivo dos subsídios à exploração for inferior a 50% das suas receitas;
- O valor do resultado operacional subtraído do valor correspondente às amortizações e depreciações for negativo;
- Se verificar que o resultado líquido é negativo.

Para além disso, a atividade das empresas locais a dissolver pode ser objeto de internalização nos serviços das respetivas entidades públicas participantes, isto é, as câmaras municipais.

A 17 de dezembro do corrente ano, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo aprovou a proposta da senhora presidente no sentido de propor à Assembleia Municipal a dissolução da CULTURANGRA, dando início aos processos de liquidação através do apuramento dos resultados que permitam fechar contas e encerrar a empresa, da transferência do acervo de bens e direitos que constituem o património da empresa municipal para a esfera jurídica do município de Angra do Heroísmo, da internalização da sua atividade e dos seus funcionários, a qual, nos termos da lei, é acompanhada de um plano que define as atividades a internalizar,

da listagem dos postos de trabalho indispensáveis à persecução das atividades a internalizar, identificando a carreira e áreas funcionais, habilitacional e geográfica quando necessários e da previsão das disponibilidades orçamentais necessárias.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – No entender da nossa bancada, a dissolução da CULTURANGRA só peca por tardia, dado o historial dos seus problemas financeiros e toda a polémica suscitada em seu redor, comprovada pelos debates que temos travado aqui ao longo dos anos. O PSD é e sempre foi a favor do fecho da empresa municipal mas estamos em desacordo acerca da forma como é proposta a sua internalização.

O fecho da CULTURANGRA, em nossa opinião, devia implicar o regresso à Câmara de todos os funcionários pertencentes aos quadros da autarquia e a extinção dos restantes postos de trabalho. De seguida, de acordo com as necessidades e possibilidades do município, dever-se-ia proceder à abertura de concursos para o recrutamento e contratação de pessoal para as tarefas, lugares ou funções que o município necessitasse, dando oportunidade a que os melhores candidatos pudessem ser avaliados em concurso.

Percebemos a incontornável temática do desemprego e perda de postos de trabalho na vida de todas as sociedades, mas entendemos que não há desempregados de primeira nem de segunda; infelizmente há muitos desempregados e a CULTURANGRA, tal como todas as outras empresas e setores de atividade, tem certamente funcionários de maior e outros de menor competência e essa premissa fez com que se verificassem resultados de funcionamento da empresa municipal piores do que os desejáveis.

Por outro lado, entendemos que nem todos os seus efetivos fazem falta ao município, que poderá revelar algumas carências de quadros não supríveis pelos agora disponibilizados pela CULTURANGRA.

A forma como a internalização está prevista no respetivo Plano não é a que defenderíamos, porque a avaliação das necessidades da autarquia poderia ter sido feita de outra forma. Consultando os mapas de pessoal, há ali alguns desequilíbrios evidentes entre os vencimentos pagos pela CULTURANGRA e as habilitações e desempenho profissional de alguns dos seus funcionários. A forma como este documento é apresentado vai merecer o nosso voto contra.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Esta situação é um pouco melindrosa devido ao real risco de desemprego de alguns funcionários. No entanto, estas situações não nasceram ontem; a CULTURANGRA chegou a ter orçamentos de cerca de 5 000 000,00€, embora os mais recentes se situassem em metade desse valor, envolvendo despesismos e loucuras criticados pela anterior e atual presidente da Câmara que tomaram medidas para os reduzir e colocar a CULTURANGRA num patamar financeiro mais adequado à realidade do município.

Encerrar a CULTURANGRA com os orçamentos atuais é diferente de o fazer com os de cerca de 5 000 000,00€ de há 4 anos, porque o impacto económico teria sido muito maior.

A própria criação da empresa municipal foi contestada por ser um instrumento político e nós não queremos que o seu encerramento também o seja. O CDS-PP pediu em reunião de Câmara, e reitera-o aqui, que se faça um levantamento das tarefas dos serviços prestados pela CULTURANGRA e dos que valha a pena manter no quadro atual.

Nos pontos anteriores do Plano e Orçamento da Câmara e dos Serviços Municipalizados discutimos o cenário das dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa e a própria Câmara reconhece que está muito limitada pela parte da receita, devendo limitar-se também pelo lado da despesa.

Se se fala em refundar o Estado, acho inevitável que se repensem também algumas áreas de intervenção da atividade económica, política e social camarária e das atividades que eram desempenhadas pela CULTURANGRA, abandonando as que interessassem ao setor privado,

o que libertaria fundos da Câmara. Uma das recomendações que o CDS-PP fez e mantém é que seja consultada a Câmara do Comércio de Angra, no sentido de se privilegiar o comércio local ao abrigo de alguns programas de apoio ao desemprego e ao empreendedorismo jovem, para averiguar do interesse e capacidade do setor privado em assumir algumas funções que até agora eram desenvolvidas pela CULTURANGRA e compensar a perda de alguns postos de trabalho que possam resultar do encerramento da empresa municipal.

Fizemos um pedido, ou melhor, uma exigência em reunião de Câmara e reiteramo-la aqui para que os funcionários da CULTURANGRA que não fazem parte dos quadros de pessoal da Câmara possam concorrer aos processos concursais e que os mesmos ocorram quanto antes, de preferência antes do fim de março, para que a CULTURANGRA não se torne de novo numa arma de arremço político e de contratação política em ano eleitoral. Houve um ano em que, a poucos meses das eleições, foram contratados no mesmo dia para a CULTURANGRA 23 quadros e não queremos que tal se venha a repetir em ano de eleições.

Se há pouco eram feitos elogios à senhora presidente da Câmara por não empolar o orçamento, fazendo disso uma arma política, também não se deve usar a possível contratação dos funcionários da CULTURANGRA como uma arma eleitoralista.

Sr. d. m. João Santos: – Digo ao senhor deputado Luís Rendeiro que, quando li parte da ata da reunião da Câmara Municipal, percebi para onde seria levada esta discussão mas ainda esperei que, entre a reunião de Câmara e hoje, se reconsiderasse e não se fosse por aí.

Se quiser conduzir a discussão por aí, abrevio-lhe tempo e esforço, dizendo-lhe que, por parte do Partido Socialista, essa sua argumentação não colherá frutos, levando a uma guerra de argumentos com base numa fundamentação sem qualquer sentido.

Se são reintegrados os funcionários que pertencem à Câmara e para todos os outros haverá concurso e o senhor disse que, regressa à Câmara quem a ela pertence e deve ser aberto concurso para as restantes funções, fiquei confuso e não percebi a diferença entre o que vai acontecer e o que vocês propõem; o senhor terá uma explicação e dar-ma-á com certeza.

Partilhamos de parte do que foi referido pelo senhor deputado Nuno Melo Alves, concordando não se tratar de um processo fácil, que certamente não agrada a ninguém, merecendo a CULTURANGRA, como certamente todas as empresas municipais deste país, alguns reparos nalgumas áreas de funcionamento.

Não nos podemos no entanto desligar, ser tão frios e esquecer que há vidas por detrás destes problemas mas também entendemos que a sua resolução não pode assentar em situações que não lhes digam diretamente respeito, sob pena de causar prejuízos nas instituições que temos o dever de servir.

Também nós pensamos que os mais habilitados deverão exercer as funções e que não deve haver desperísimo com funções que não são necessárias, mas tudo isso deve ser debatido e não deve se visto da forma simplista, como parece ter acontecido. Se invocam a necessidade de ponderação, não a vejo na atitude tomada.

Com que argumento é que se diz que quem é da Câmara regressa à Câmara e os restantes vão para a rua? A forma como o senhor deputado Luís Rendeiro se expressou poderia dar a entender isso.

Para nós, este episódio poderia ser eventualmente caracterizado e adjetivado como um mal necessário mas temos que lutar e parece-me que estamos todos empenhados para que tudo se processe da melhor forma possível.

Não me parece coerente a argumentação utilizada e os problemas que começaram a ser levantados. Alertou-se para problemas que existem e outros que não existem mas não se

apresentou grandes soluções. Criticar é fácil mas, quando se tem que agir, as coisas tornam-se mais complicadas.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Este não me parece um mal menor, mas sim um bem maior. Trata-se da extinção de uma empresa que, como todos sabem, serviu para um determinado nível de procedimento que não foi brilhante e não deixa grande memória no nosso concelho em termos de comportamento, de recrutamento e até de execução das suas atividades. Não vale a pena chorarmos sobre o leite derramado mas é bom que se registre que não é uma perda para o concelho.

Como disse o deputado João Santos, é preciso pensar nas vidas por detrás de todo este processo. Há pessoas que faziam parte do quadro da Câmara, ao qual devem regressar imediatamente e há outros que foram admitidos posteriormente à criação da empresa municipal. É preciso ponderar essas situações com a maior calma e serenidade, lembrando que essas pessoas existem mas há outras que procuram uma solução para as suas vidas neste quadro complexo em que vivemos.

Não podemos pensar apenas em resolver as vidas daqueles que são nossos familiares e nossos amigos; quando estamos a gerir uma instituição pública destas e fazemos recrutamento de pessoal, todas as vidas têm o mesmo peso.

A readmissão que a Câmara deve assumir para novas funções nestas áreas culturais, deve fazer-se da forma mais clara e transparente possível, exatamente ao contrário do que se fez na CULTURANGRA. Que os erros cometidos sirvam de exemplo para se corrigir essas deficiências no futuro.

Dirigindo-me agora ao senhor vereador que está a responder às nossas questões, tanto quanto sei, de acordo com a lei, a Câmara Municipal vai ter que elaborar um relatório que sirva para a eventual reintegração destas pessoas no município, relatório esse que será depois apreciado pela inspeção administrativa municipal.

Queria que o senhor vereador nos esclarecesse se este relatório está a ser preparado e que justificação é que a Câmara encontra neste momento para o preenchimento de lugares nos seus quadros para o exercício destas atividades.

Gostaria de obter da Câmara o melhor esclarecimento possível, porque, deste relatório, pode depender a criação de postos de trabalho na Câmara Municipal para atuais ou outros potenciais concorrentes.

Sr. vereador Hugo Louro da Rosa: – Começando por responder ao senhor vereador Luís Rendeiro que diz que o PSD é a favor da dissolução da CULTURANGRA, que já vem tarde e ao senhor deputado Joaquim Ponte que diz que se trata de um bem maior e não, uma perda para o concelho, permitam-me ler uma apreciação de um professor da Faculdade de Direito de Coimbra ao novo regime jurídico da atividade empresarial local.

«Numa apreciação das causas de dissolução, parece-nos que o legislador se deixou arrastar pelo fascínio e pela severidade excessiva. Se é certo que, em determinados casos, se impõe a extinção das empresas locais, não sobram dúvidas que as 4 causas de dissolução apontam para circunstâncias que não põem necessariamente em causa a bondade da solução empresarial para a exploração de certas atividades.

Há missões públicas locais que, pela natureza das coisas, podem não se apresentar lucrativas ou proveitosas mas, ainda assim, podem beneficiar com uma gestão empresarial.

O imperativo da sustentabilidade e da gestão equilibrada das empresas tem de articular com as exigências do serviço público e do investimento em infraestruturas e a observância do mesmo, deve aferir-se, tendo isto em consideração.»

O segundo texto que pretendo ler-vos é um excerto da parte final do Parecer desfavorável da Subcomissão de Política Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

«As empresas do setor empresarial local que prossigam atividades de natureza social, educativa, cultural ou desportiva não podem ser submetidas a uma regra cega de obtenção de lucro no desempenho da sua atividade. Estas empresas, no plano local, desempenham uma função social ou de promoção cultural que deve ser estimulada, em especial no momento que a sociedade portuguesa atravessa.» Este Parecer desfavorável foi aprovado pelo PSD, CDS-PP e PS.

Voltando à questão levantada pelo senhor deputado Luís Rendeiro sobre a extinção dos postos de trabalho e a postura dos concursos, a Câmara limita-se a seguir o que dispõe o artigo 62 do regime da atividade empresarial local que permite que as empresas locais em processo de liquidação, como o caso da CULTURANGRA, cedam às entidades públicas participantes, os trabalhadores contratados ao abrigo do regime de contrato de trabalho e que os outros, que estavam cedidos por motivos de interesse público, reingressem.

Chamo a atenção que haverá extinção de contratos de prestação de serviços com pessoas singulares e coletivas ao nível do cinema, da bilheteira, da portaria, do bar, dos projetistas, da assessoria jurídica, da empresa de contabilidade, do sistema informático de gestão documental, da publicidade, entre outros.

O deputado Luís Rendeiro perguntava ainda se esta massa de pessoal faz falta, a Câmara Municipal entende que sim e por isso é que elaborou o Plano de Internalização.

Quanto ao relatório pedido pelo deputado Joaquim Ponte que justificasse a reintegração destas pessoas, é o Plano de Internalização que acompanha a proposta da senhora presidente da Câmara que foi submetida a reunião de Câmara Municipal. O Plano justifica a manutenção destes 26 trabalhadores que, somados aos 18 a reintegrar, perfazem um total de 44. Sendo a média de trabalhadores das empresas do setor empresarial local de 43,7, a CULTURANGRA enquadra-se nesses valores.

Respondendo agora ao Sr. deputado Nuno Melo Alves, tal como ficou acordado em reunião de Câmara, há o compromisso de submeter a uma avaliação a necessidade de se concessionarem alguns serviços prestados atualmente pela CULTURANGRA. Este é um dos aspetos que foi proposto pelo CDS-PP; outros foram propostos pelo PSD e mereceram a concordância do PS.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Julgo que o senhor deputado João Santos ouviu a minha intervenção, assim como a intervenção dos senhores deputados Nuno Melo Alves e Joaquim Ponte que responderam a todas as suas questões e nada mais tenho a acrescentar acerca disso. Volto a sublinhar que a CULTURANGRA, desde a sua criação, serviu para muita coisa e criou muitos problemas. Vai acontecer um ingresso inicial de todos os funcionários na Câmara até que haja um concurso o que vai criar alguns problemas de falsas expectativas para aqueles que terão que ir embora.

Julgo de extrema importância garantir que nenhum dos funcionários entre na Câmara sem concurso, a realizar no mais curto espaço de tempo possível e nunca depois das próximas eleições autárquicas, para que não se repita a situação referida pelo senhor deputado Nuno Melo Alves sobre a contratação de um número excessivo de funcionários no mesmo dia para a empresa municipal em questão.

A CULTURANGRA, desde o seu início, constituiu um problema com um fim fácil de prever, como agora se constata, cuja extinção resultaria, se não pelo enquadramento legal nacional agora estabelecido, da evidência da sua insustentabilidade financeira, muitas vezes denunciada nesta Assembleia Municipal. Na nossa opinião, o enquadramento legal que aqui é

feito não se aplica a este caso concreto, porque a CULTURANGRA é também um problema concreto e com especificidades.

Entendemos e assumimos que há funcionários que não serão necessários nem tão pouco são comportáveis pelo município, percebendo existirem algumas lacunas no município não passíveis de preenchimento, por desadequação das áreas de competência funcional dos funcionários agora disponibilizados pela CULTURANGRA.

Justiça é dar oportunidade a que todos os empregados apresentem as suas mais-valias a concurso, para que a Câmara recrute aqueles que necessita e não faça aqui um destaque só porque uns vêm da CULTURANGRA.

Senhor vice-presidente da Câmara. Os problemas e as derrapagens orçamentais da CULTURANGRA têm sido constantes, os critérios cinzentos na persecução da sua atividade e contratação de pessoal foram debatidos e discutidos, algumas vezes mais a quente, outras de forma mais suave, nesta Assembleia Municipal.

As necessidades constantes de financiamento camarário também foram aqui debatidas, assim como os constantes incumprimentos dos orçamentos e a execução de algumas despesas não cabimentadas. O senhor vice-presidente não estava cá na altura mas julgo que todos os deputados municipais já conhecem e assumiram as suas posições e o tema está mais que debatido.

Na opinião do PSD, a CULTURANGRA tem mesmo que fechar. Quanto aos funcionários, os que são do quadro são do quadro e o processo de seleção dos restantes terá que ser feito de uma forma mais clara, objetiva e rápida.

Todas as outras considerações acerca da CULTURANGRA entrarão inevitavelmente no capítulo da fulanização e não quero ir por aí.

Sr. d. m. João Santos: – Já percebi que estamos em sintonia e não vamos alimentar esta discussão, sobrando uma questão que continuo a não perceber. Para o senhor deputado, nenhum dos funcionários que pertence à Câmara Municipal é necessário e aquelas funções deviam ser todas extintas? Se acha que nenhum deve ser integrado agora, quem continuaria a assegurar as funções que eles estão a desempenhar e se tornam necessárias?

O senhor diz que parte das funções não são necessárias e só deveriam ser admitidos funcionários para as que são necessárias; afinal, considera que há algumas necessárias! Então, se ninguém fosse deslocalizado para a Câmara, quem as continuaria a assegurar?

Já foi definido que ninguém entrará sem ser através de concurso. Quanto ao resto, concordo consigo mas é necessário continuar a assegurar as atuais funções, enquanto não forem definidas as áreas consideradas necessárias e colocadas a concurso, certo? Parece-nos que é necessário garantir essas funções até à realização do concurso.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Senhor vereador, ainda bem que existe o estudo que me indicou. Percebo o esforço que a Câmara Municipal terá feito na sua elaboração mas o senhor compreenderá que, sendo um estudo feito pela própria Câmara, pode deixar um pouco a desejar sobre a sua imparcialidade.

Haverá aqui duas situações que devemos ponderar e acho que ambas são legítimas. Por um lado, o facto de a Câmara Municipal funcionar como uma agência de emprego com muitos empregados como aconteceu em muitos concelhos do nosso país. Sabemos que havia muitas câmaras que eram autênticas agências de emprego com centenas de empregados e prestavam assim o seu contributo ao concelho através do recrutamento de pessoal.

A outra opção, que subscrevo, é que a Câmara deve aliviar as despesas com pessoal para que possa investir mais no concelho em infraestruturas que revertam em benefício de toda a

população. Percebo que não opte por essa solução e era isto que gostaria de ver esclarecido, uma vez que me parece excessivo que tenha 60% das suas receitas já comprometidas com despesas correntes.

É verdade que a lei estabelece um *plafond* de 80% para evitar situações absolutamente caricatas que existiam antigamente em que as câmaras não podiam mandar pregar um prego nem fazer uma rua porque gastavam o dinheiro todo em pessoal e em despesas correntes. Ora, se a nossa já está apenas a 20% do *plafond*, não me parece que seja uma prestação brilhante.

Gostaria que o senhor vereador esclarecesse quem é que vai avaliar este relatório que a Câmara elaborou, se são precisas todas as funções que a CULTURANGRA desempenhava e os tais quarenta e tal funcionários para desempenharem essas mesmas funções ou, pelo contrário, há que promover alguma poupança para que a Câmara possa investir mais em favor do concelho e dos municípios.

Ou o senhor João Santos não entendeu, ou nós exprimimos mal a nossa opinião. O que entendi da intervenção do meu colega Luís Rendeiro é que todos os que faziam parte dos quadros devem regressar imediatamente e deve abrir-se concurso, o mais depressa possível, para que sejam preenchidas todas as vagas que se justificarem; até lá, os que integrarem os quadros da Câmara assegurarão os serviços. Se forem abertos concursos e as pessoas forem recrutadas de acordo com os critérios que a Câmara vier a estabelecer, será causado um grande transtorno ao município.

Gostaria de perceber se este relatório vai ser avaliado por alguém ou se é apenas um expediente que a Câmara encontrou para justificar a contratação de quarenta e tal pessoas que estavam na CULTURANGRA para lhes dar agora emprego na Câmara Municipal.

Sr. vereador Hugo Louro da Rosa: – Esclareço o senhor deputado Luís Rendeiro que os procedimentos concursais vão ser lançados o mais breve possível, ainda no início deste ano.

Em jeito de resposta ao senhor deputado Joaquim Ponte, o Plano de Internalização é avaliado por uma entidade que é a Assembleia Municipal. É da competência da Câmara Municipal a elaboração da proposta de dissolução e internalização, mas cabe à Assembleia Municipal a avaliação de todo esse processo; é o que estamos a fazer aqui.

Propõem-se que sejam mantidas e internalizadas as seguintes atividades: a gestão do Centro Cultural e de Congressos, do Pavilhão Multiusos, do Teatro Angrense, do Pavilhão Municipal do Desporto, do Campo de Jogos Municipal, do Jardim dos Côrte-real, dos parques de campismo e zonas balneares.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – A Câmara não prevê qualquer racionalização de efetivos que conduza a alguma poupança na integração destes serviços na própria Câmara? Há aqui uma transferência de pessoal da CULTURANGRA para a Câmara Municipal que não vê nenhuma possibilidade de racionalizar a despesa. Gostaria que o senhor me confirmasse isto.

Sr. vereador Hugo Louro da Rosa: – É essa a posição da Câmara Municipal.

Terminadas as intervenções e posta à votação, a Proposta de dissolução da Culturangra-EEM e internalização das respetivas atividades nos serviços da Câmara Municipal, constante do Ponto 1.5, foi aprovada por maioria com 18 votos a favor do PS, 8 votos contra do PSD e 9 abstenções (1 do PS, 5 do PSD e 3 do CDS-PP).

1.6 - Modelo da estrutura interna do Município de Angra do Heroísmo (Câmara Municipal e Serviços Municipalizados), nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro.

Sra. presidente da Câmara: – Este modelo de estrutura interna decorre da própria legislação que obriga os municípios a reverem as suas chefias e a sua orgânica até ao fim do ano. Esta proposta visa reduzir o número de chefias ao número de unidades que a legislação nos permite, adequando a organização em função da legislação. Passamos a falar em termos de chefias de divisão e não de diretores de departamento, embora algumas comissões sejam mantidas até ao fim.

Este documento é composto por duas partes: a parte da Câmara e a parte dos Serviços Municipalizados, mas todo ele é avaliado enquanto município. Embora como administração autónoma, os Serviços Municipalizados passam a fazer parte integrante do município como um todo.

Não se registando quaisquer intervenções, o Modelo de Estrutura interna do município constante do Ponto 1.6 foi aprovado por maioria com 17 votos a favor do PS e 16 abstenções (13 do PS D e 3 do CDS-PP).

1.7 - Proposta da Câmara Municipal de ratificação do pagamento, com eficácia retroativa, das despesas de representação efetuado entre 30 de agosto e 31 de dezembro de 2012, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 24.º, n.º 2 da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto e do 128.º, n.º 2, al. a) do Código do Procedimento Administrativo.

Não se registando quaisquer intervenções, a Proposta de ratificação constante do Ponto 1.7, foi aprovada por maioria com 16 votos a favor do PS e 16 abstenções (1 do PS, 12 do PSD e 3 do CDS-PP).

1.8 - Proposta dos Serviços Municipalizados de ratificação do pagamento, com eficácia retroativa, das despesas de representação efetuadas entre 30 de agosto e 31 de dezembro de 2012, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 24.º, n.º 2 da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto e do 128.º, n.º 2, al. a) do Código do Procedimento Administrativo.

Não se registando quaisquer intervenções, a Proposta de ratificação constante do Ponto 1.8 foi aprovada por maioria com 16 votos a favor do PS e 17 abstenções (1 do P S, 13 do PSD e 3 do CDS-PP).

1.9 - Recrutamento excecional de um técnico superior para a ocupação do posto de trabalho no Mapa de Pessoal a aprovar para 2013, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 46.º, n.º 2 da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, bem como autorizar o recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, caso se verifique a impossibilidade de recrutamento de titulares dessa mesma relação jurídica ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade, nos termos do artigo 6.º, n.º 4, da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro.

Sra. presidente da Câmara: – Houve proposta de realização de 3 concursos este ano. A lei do Orçamento de Estado de 2012 obrigava à redução de 2% dos funcionários no município de Angra, atendendo a um processo concursal de transição entre 2011 e 2012 que já estava a decorrer.

Em termos práticos, até 30 de setembro de 2012 deveríamos ter perdido 9 funcionários do município. Perdemos esses 9 funcionários quase na sua totalidade por reforma, embora um

deles por falecimento. A lei obrigava a que só a partir da perda do 10º funcionário é que se poderia contratar um, mas tínhamos que ter perdido pelo menos 9.

Saíram 11 funcionários do município de Angra, foi retomado um concurso que estava suspenso até ao cumprimento desta premissa e houve uma funcionária que se encontrava a exercer funções em regime de substituição que ocupou o seu lugar, libertando mais uma vaga.

Procedeu-se à abertura de 2 concursos, 1 na área de arquitetura e outro na área de gestão ou economia. A Câmara é responsável por todos os projetos no município e já tivemos mais funcionários nesta área dos que dispomos atualmente, os quais se têm revelado insuficientes devido à sobrecarga de trabalho.

Na área de economia ou gestão temos neste momento uma funcionária que se encontra de licença sem vencimento e está a ser substituída por outro funcionário, o que significa que temos um técnico nesta área e outro que está a exercer funções de chefia de divisão. Temos apenas um técnico para um município com quase 500 funcionários.

Com a internalização da CULTURANGRA, propusemos que se abrisse concurso para mais um, mas a proposta não recolheu o aval da Câmara Municipal. Neste momento temos apenas uma vaga na área de arquitetura pelos motivos que acabei de explicar.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Pedi propositadamente as explicações à senhora presidente da Câmara acerca da necessidade deste posto de trabalho para voltar à justificação das nossas dúvidas a respeito da integração de funcionários da CULTURANGRA no município, porque a Câmara de Angra está obrigada pela lei à redução do número dos seus funcionários.

Verifica-se aqui de novo que as reais necessidades do município são diferentes dos recursos que a CULTURANGRA pode fornecer, por isso é que interrompi a votação para frisar o ponto que tínhamos debatido anteriormente. Percebo que falte um arquiteto na Câmara mas relembro que atravessamos um período de forte contração das obras e da construção civil.

Vamos abster-nos neste ponto e, uma vez que a senhora presidente referiu que havia também necessidades noutras áreas, continuo com as mesmas dúvidas que apresentei na reunião da conferência de líderes.

Se há a necessidade de um economista, não percebo como é que temos um com licença sem vencimento a título indeterminado. Não vamos contratar novos funcionários com gente na situação de licença sem vencimento sem data de regresso ao município.

Sr. d. m. João Santos: – O senhor deputado acabou por dar razão ao senhor presidente porque interrompeu a votação para dizer o que disse; sinceramente!

Oh senhor deputado, agora eu não percebi! O senhor referiu que, para si, não faz sentido porque estamos numa altura de contração e não se justificaria mais um arquiteto porque há menos obras; no entanto, vocês votaram favoravelmente e foi aprovada a contratação de um arquiteto e a abertura de uma vaga.

Integra-se a CULTURANGRA, passa a haver mais trabalho na área da economia e gestão e não se autoriza a vaga de um gestor; depois, o senhor diz que não percebe se é preciso um gestor. Das duas, uma: ou o senhor não sabe fazer contas ou está a faltar qualquer coisa no seu raciocínio.

Se temos na Câmara uma pessoa da área da gestão e economia em substituição de outra e o senhor defende o regresso de quem está fora, se essa pessoa regressar vai para o lugar da que está a substituí-la e a Câmara continua com uma pessoa na área da economia e gestão. Ora, se a Câmara precisa de duas pessoas, algo estará a falhar no seu raciocínio ou na argumentação! Clarifique, por favor, se não vou ficar convencido que antes tivesse ficado calado e não tivesse interrompido a votação.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O PSD vai abster-se na contratação do arquiteto. Pedi apenas mais explicações e constatei alguns factos.

No que diz respeito à questão do economista ou do gestor, não é o que está em debate nem à votação mas estranha-se que se pretenda contratar mais um, em vez de manter a contrato o que está e fazer regressar quem está de licença sem vencimento.

Sra. presidente da Câmara: – Vou tentar esclarecer o que julguei que estava claro mas que, pelos vistos, não está. Tirando o chefe de divisão, o único técnico que temos está em regime de substituição, o que quer dizer que, se a titular do cargo regressar, este técnico sairá de imediato e ficaremos apenas com um técnico, havendo a necessidade da abertura de concurso para a admissão de um outro.

Tal como foi discutido em relação à CULTURANGRA, se o senhor acha que o técnico que se encontra em substituição deve ficar, só poderá fazê-lo mediante um concurso que queríamos abrir mas não nos foi permitido.

Não haverá acumulação nem o funcionário em regime de substituição passará a título definitivo porque isso não é permitido; trata-se simplesmente do regresso de uma pessoa reconhecida por mim e por todos como sendo uma excelente funcionária mas, por mais eficiente que seja, não é capaz de fazer todo o trabalho. Isto é uma exata repetição do que se passou em reunião de Câmara.

Aproveito para perguntar se, o que foi afirmado sobre a pessoa que está de licença sem vencimento, que deve voltar ou sair de vez, se aplica a todos os funcionários desta Câmara que se encontram nessa situação em regime de substituição, porque são bastantes. Quero pensar que isso não se aplica apenas a esta pessoa em causa.

Sra. d. m. Alódia Silva: – Estamos aqui a levantar celeuma sobre uma questão que nem sequer faz parte da ordem de trabalhos.

Não se registando mais intervenções, o documento constante do Ponto 1.9 foi aprovado por maioria com 17 votos a favor do PS e 16 abstenções (13 do PSD e 3 do CDS-PP).

1.10 - Alteração ao Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, para aprovação, nos termos do artigo 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Sra. presidente da Câmara: – Este regulamento municipal visa uniformizar tudo o que tem vindo à Assembleia Municipal, pretendendo-se consolidar as diferentes fases. A partir de agora passaremos a ter a oportunidade de efetuar o pagamento acedendo ao parquímetro por telemóvel ou por computador, cessando a obrigatoriedade do uso do dístico pelos residentes, uma vez que as viaturas ficarão com a possibilidade de ser identificadas através da matrícula com recurso a meios eletrónicos ao dispor dos fiscais, permitindo evitar a duplicação fraudulenta dos dísticos, conforme com frequência vinha a acontecer.

Basicamente as alterações propostas visam a melhoraria do documento existente, adaptando-o ao novo regulamento tarifado e às novas tecnologias.

Há um aspeto que havia já sido referido pelo senhor deputado Manuel Conde sobre a multa de 30 euros aplicada ao estacionamento irregular em Angra, em comparação com a da Praia da Vitória cuja multa correspondia a 3 ou 4 euros.

Quem a partir de agora se constituir em incumprimento passará a ver aplicado o valor correspondente a um dia completo de estacionamento, cujo valor deverá ser pago no prazo de 15 dias; passado esse prazo, o valor aumenta para 30 euros, podendo dar origem a um processo de contraordenação com base no código da estrada.

Simplificaram-se e uniformizaram-se alguns procedimentos de acordo com o novo regulamento e o equipamento em utilização. A título de exemplo, os membros da Assembleia Municipal presentes às respetivas reuniões poderão estacionar gratuitamente em qualquer zona da cidade, bastando para tal comunicar a matrícula da respetiva viatura.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Boa tarde senhor presidente e restante Mesa, senhora presidente da Câmara e restante vereação, senhores deputados municipais. Gostaria de perguntar à senhora presidente da Câmara se, no ponto 3, artigo 6º, também estão incluídos os membros das juntas de freguesia que se deslocam à cidade para tratarem de assuntos da freguesia, já que até agora têm pago o estacionamento do seu bolso.

Sra. presidente da Câmara: – As juntas de freguesia não estão aqui contempladas. Até agora, a Câmara Municipal ficava com uma margem do que era aplicado no município. Neste momento há um contrato de «cedência» do espaço público para uma entidade que nos pagará um valor fixo e assume toda a responsabilidade sobre os equipamentos. O valor excedente será a margem de lucro da empresa pela exploração do serviço, assegurando o adequado funcionamento do estacionamento tarifado no centro de Angra.

Temos um contrato, temos que o cumprir e todas as viaturas que se deslocarem em serviço ou viaturas oficiais poderão estar contempladas. Este regulamento não contempla o estacionamento gratuito para as viaturas das juntas de freguesia que se deslocam à cidade.

Terminadas as intervenções e posta à votação, a alteração ao regulamento municipal constante do Ponto 1.10 foi aprovada por unanimidade.

1.11 - Alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Coletividades Desportivas e Atletas Individuais, para aprovação, nos termos do artigo 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Não se registaram quaisquer intervenções. Posta à votação, a alteração ao regulamento municipal constante do Ponto 1.11 foi aprovada por maioria com 18 votos a favor do PS e 16 abstenções (13 do PSD e 3 do CDS-PP).

1.12 – Proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo, com as alterações introduzidas após recebimento dos pareceres solicitados à Direção Regional de Desporto, Direção Regional do Ambiente e Direção Regional de Organização e Administração Pública, para fixação do prazo de revisão do PDM e do período de participação pública inicial, para efeitos de aprovação do órgão deliberativo, conforme o disposto no artigo 90.º, n.º 1, e 93.º, n.º 1, conjugado com o artigo 133.º, n.º 2, alínea b), todos do DLR n.º 35/2012/A de 16 de agosto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não tenho nada a opor às questões que estão na base desta suspensão, mais ainda no que diz respeito às empresas agrícolas do que à questão menor do pavilhão do Posto Santo. Preocupa-me que o PDM se aplique aos munícipes e seja suspenso sempre que haja uma interferência de uma entidade pública.

Estes factos têm que ser considerados na próxima revisão porque o PDM não pode servir apenas como obstáculo às atividades dos munícipes e suspenso quando há obras públicas; esta suspensão não está ao alcance do comum dos munícipes.

Julgo que é altura de se refletir acerca de algumas lacunas do PDM atualmente em vigor, que, na altura da sua aprovação, não tinha em conta qualquer tipo de planeamento para o desenvolvimento do concelho. Não estavam previstas as áreas de atividade que podiam

crescer ou os conflitos que surgissem no futuro e que estão agora a obrigar a suspensões mais ou menos recorrentes do PDM para que se façam algumas escolhas.

Não temos nada a obstar mas acho que esta reflexão é importante para que sejam tomadas as medidas adequadas na próxima revisão ordinária do PDM de modo a que o mesmo não seja suspenso sempre que esteja um interesse público em questão. Não pode haver um PDM para os particulares e outro para as entidades públicas.

Sra. presidente da Câmara: – Quando o interesse público se sobrepõe ao PDM, a Câmara pode propor à Assembleia Municipal que o suspenda, como é o caso. Devido às situações de conflito que referiu, que acabam por acontecer mais tarde ou mais cedo, a lei obriga à revisão do PDM de 10 em 10 anos. Há sempre quem não veja o documento antes de ele ser aprovado e as pessoas pensam que ainda têm os mesmos direitos sobre os seus próprios terrenos. O PDM só é suspenso por interesse público e nunca por interesse privado.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.12 foi aprovada por maioria com 28 votos a favor (18 do PS, 8 do PSD e 2 do CDS-PP) e 5 abstenções do PSD.

1.13 - Proposta da Câmara Municipal para assinatura de um acordo de geminação entre Angra do Heroísmo e a Golegã, para aprovação nos termos da alínea d), do n.º 4, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Sou um frequentador assíduo da Golegã, vila que muito aprecio e lá estou todos os anos por altura da feira. Acho muito interessante a atividade que o município de Angra e a Golegã têm relativamente à feira do cavalo, a mais diferenciada do nosso país.

A meu ver, o prestígio de uma geminação deve ser útil aos vários municípios e não se limitar apenas a circunstâncias de amizade e simpatia. Deve haver pontos comuns e atividades entre os 2 municípios que justifiquem uma geminação, sob pena de a banalizarmos. Deve haver uma fundamentação séria e segura para que estes acordos de geminação se processem.

Não tenho nada contra esta geminação mas li a proposta e confesso que não vi nenhum motivo verdadeiramente relevante que a justifique. Não queria que fosse o município, a Assembleia Municipal e o grupo parlamentar que integro a colaborar em situações que acabam depois por se banalizarem e caírem um pouco no ridículo.

Quando por aqui andava há uns anos e ocupava os lugares que os senhores ocupam neste momento, lembro-me de 2 colegas, que me abstenho de referir por uma questão de respeito, que resolveram geminar uma Câmara dos Açores e outra da Madeira e depois apareceram na televisão a dizer que se tinham geminado porque tinham descoberto que ambos eram produtores de batata de semente. Acho que não vale a pena fazer este tipo de figuras patéticas que depois acabam por se repercutir de forma negativa para os municípios.

Como não quero participar nisto, peço que a Câmara Municipal faça o favor de me explicar o motivo que justifique esta geminação para que fiquemos de consciência tranquila relativamente à votação desta proposta.

Sra. presidente da Câmara: – Esta proposta de geminação nasceu de um contacto com o presidente da Câmara da Golegã que se deslocou a Angra do Heroísmo no âmbito da apresentação do pônei da Terceira.

O concelho de Angra, pela mão do professor Artur Machado do polo da Terra Chã da Universidade dos Açores, tem feito um trabalho intenso na recuperação do pônei da Terceira e a Golegã é a capital do cavalo em termos nacionais.

Foi proposto que ambas as entidades assinassem um protocolo de geminação que poderá resultar num trabalho profícuo entre ambos os municípios. A apresentação suscitou muita procura pelo pônei da Terceira, que possui características favoráveis ao ensino da equitação em determinadas idades por ser um cavalo mais pequeno.

A Câmara Municipal de Angra foi convidada para estar presente na Golegã em Maio, com vista à criação de uma parceria com o trabalho desenvolvido na escola de equitação daquela vila ribatejana.

Achamos pertinente corresponder ao desafio lançado pela Câmara Municipal da Golegã e esta geminação poderá trazer alguns benefícios para o município de Angra que terá mais para receber do que para dar.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Proposta de geminação constante do Ponto 1.13 foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, (17 do PS e 3 do CDS-PP) e 14 abstenções (1 do PS e 13 do PSD).

2 - DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

2.1 - Recomendação no sentido de serem efetuadas diligências junto do Governo Regional e do Governo da República para se proceder à conservação das muralhas do Castelo de São João Baptista.

Sr. presidente da Mesa (em tom de graça): – Vou registar em ata que o senhor deputado Luís Rendeiro passou toda a reunião a fazer-me sinais.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Sinal inofensivo entenda-se. Esta Recomendação surge no sentido de uma preocupação já manifestada nesta Assembleia Municipal pela bancada do PSD quanto ao nosso património militar edificado e volta a ser importante numa altura em que é manifesta a degradação das muralhas da fortaleza de S. João Baptista, fruto dos invernos e do passar do tempo.

O castelo é uma das maiores e mais importantes fortalezas construídas durante o domínio ibérico dos mares e do mundo e temos o privilégio de a ter cá. Muitos de nós já tiveram com certeza a oportunidade de visitar outros locais e já pagámos para ver coisas piores do que as que cá temos.

Pelo facto de aquele património ser exterior à Câmara de Angra e, na sua maior parte, constituir encargo da responsabilidade do Ministério da Defesa, a cidade está um pouco distante da riqueza daquela fortaleza. Temo que o tempo e as condicionantes financeiras que o país atravessa possam levar a que se degrade e se perca uma parte tão importante do nosso património.

Tendo em conta o que já foi dito e veio na comunicação social acerca do estado de degradação de algumas partes do castelo de S. João Batista, entendemos importante que a Câmara Municipal promova todos os esforços, exerça todas as pressões e execute todas as diligências para que, desde já, se intervenha naquela muralha e se evite algo parecido com a derrocada ocorrida na muralha do castelinho, antes que as dificuldades se tornem ainda maiores do que as que hoje vivemos.

Não gostaria de ver uma peça tão importante do nosso património a sofrer por inação da nossa parte. Pergunto o que fariam outros municípios do país ou da nossa região se tivessem a riqueza patrimonial que temos cá em Angra. Não devemos baixar os braços e permitir que aquele património se degrade.

Sr. d. m. João Santos: – Senhor deputado, não percebi o que se pretende do Governo Regional.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Apesar de não ser da sua tutela, a Direção Regional da Cultura é parte interessada na preservação do património e espera-se que, em parceria com a Câmara Municipal, execute todas as diligências, reúna com quem tiver que ser e faça pressão para que se realizem obras naquele local como aconteceu no castelinho mas, de preferência, mais depressa.

Sr. d. m. João Santos: – A preservação do património é também uma preocupação deste grupo municipal do Partido Socialista. Como esta Recomendação visa exatamente a preservação do património, o Partido Socialista votá-la-á favoravelmente.

Sr. d. m. Fábio Vieira: – Gostaria de fazer uma pequena observação ao texto desta recomendação que denota uma pequena corrente iberista porque fala em «domínio ibérico dos mares».

Em relação à eficácia da Recomendação, relembro o senhor deputado Luís Rendeiro que tem na sua bancada um interlocutor privilegiado com o Governo da República. Do ponto de vista informal, a Recomendação deve ser levada pelo senhor Joaquim Ponte, deputado à Assembleia da República, porque será mais eficaz do que o gasto de papel, um selo e o envio por parte da Câmara Municipal.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Apenas para agradecer a sugestão e confirmar que me encarregarei de transmitir esta pretensão do concelho de Angra do Heroísmo a quem de direito na Assembleia da República; fá-lo-ei com todo o gosto mas acho que isso não dispensa que as instituições próprias, a Câmara Municipal e o Governo Regional dos Açores, (que têm um peso institucional maior do que o meu, embora eu pese alguma coisa), tomem as devidas ações que serão melhor acolhidas e ponderadas do que a minha, que não deixarei também de tomar.

Sra. presidente da Câmara: – A Câmara também concorda, pois idêntica proposta já tinha sido apresentada em reunião de Câmara pelo Partido Social Democrata. Não sei se esta votação será um pouco extemporânea porque eu tinha informado no dia da conferência de líderes que já tínhamos remetido um ofício, 1 ou 2 dias antes. Talvez a Assembleia Municipal possa reforçar a ação da Câmara, remetendo o mesmo ofício porque a Câmara já o fez por proposta do PSD.

Sr. d. m. João Santos: – O grupo municipal do Partido Socialista concorda com a sugestão de que, se assim se entender, seja a Assembleia Municipal a remeter a Recomendação.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Recomendação constante do Ponto 2.1 foi aprovada por unanimidade.

2.2 – Voto de Congratulação pelos 40 anos da carreira do cantador António Nunes Mota.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – António Nunes Mota completou este ano, pela relevante atividade como improvisador, 40 anos de dedicação à cultura popular, divulgando de forma brilhante o nome de Angra do Heroísmo e o património cultural do nosso concelho.

António Nunes Mota nasceu a 6 de maio de 1954 na freguesia da Ribeirinha no lugar de Ferreira da Gata, hoje denominado de Largo de Fátima. Frequentou e concluiu o ensino primário aos 11 anos, começando logo a trabalhar por não haver possibilidades para outros estudos.

O seu primeiro emprego foi na loja do senhor Aurélio Fonseca na rua de Santo Espírito onde esteve cerca de 2 anos. Como os ordenados da época eram baixos, a necessidade obrigou a que fosse trabalhar para a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, primeiro como servente de obras e depois como calceteiro durante 8 anos.

Em 1977 entrou para os Paços do Concelho como auxiliar de administração, passando para encarregado de pessoal auxiliar. Ainda hoje é funcionário da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

O Mota começou com a idade de 18 anos a improvisar cantigas em matanças e festas particulares bem como nos terços do Divino Espírito Santo. Mais tarde surge a oportunidade de cantar no exterior com os cantadores da época de onde constam nomes como o de Charrua, Caneta, Abel Barbeiro, Ferreira Filho, João Ângelo, António Plácido, João Leonel, Leonardo Pires, Eliseu, Retornado e Turlu, entre outros.

Foi a todas as ilhas dos Açores, Madeira, Portugal continental, Canadá e América do Norte por diversas vezes e lá cantou com os cantadores existentes por essas localidades já mencionadas.

O António Mota é um improvisador de espírito sereno e comunicativo, nostálgico e ao mesmo tempo alegre quando conversa e causa sempre profundo impacto nas pessoas que o escutam. Já fez enredos para danças e bailinhos de carnaval, marchas de S. João e ranchos de matança. Foi músico da Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha e da Filarmónica de S. Sebastião, freguesia onde casou com Maria da Conceição Veiga Drummond, é pai e avô.

Respeitando e sendo respeitado pelos seus pares, o Mota continua a cantar e afirma sempre que continuaria mesmo que fosse um homem rico porque gosta das nossas tradições, da sua terra natal, de tudo o que é nosso e até gosta dos que não gostam dele.

Assim, o grupo municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo que aprove um Voto de Congratulação pelos 40 anos de António Nunes Mota no desempenho da relevante atividade de improvisador, divulgando de forma brilhante a nossa cultura e o nome de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. João Santos: – Elogio a forma como está redigido e o que consta deste Voto de Congratulação. Por um lado o texto diz tudo, por outro muito ficará por dizer e tudo o que eu acrescentasse seria pouco na Carreira do Mota. O Partido Socialista vai associar-se a este Voto de Congratulação com muito orgulho, votando-o favoravelmente.

Não se registando mais intervenções e posto à votação por escrutínio secreto, o Voto de Congratulação constante do Ponto 2.2 foi aprovado com 27 votos a favor e 1 abstenção.

2.3 – Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Ernesto Oliveira Martins.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Muito se poderia dizer acerca do senhor Francisco Ernesto Martins mas eu, com a autorização do autor, tomei a liberdade de transformar em voto, um texto do doutor Mário Toste que foi publicado no Diário Insular, uma bonita e sentida homenagem feita por um amigo que muito abrilhanta o percurso de vida do senhor Francisco Ernesto.

«A morte de Francisco Ernesto de Oliveira Martins causou-me um doloroso sentimento de perda. Senhor de uma inteligência superior, de uma insaciável curiosidade e de uma

excepcional memória fotográfica, tinha um humor finíssimo e um sentido de oportunidade acutilante.

Colecionador por paixão, amante da beleza que os objetos encerram, a forma como com eles se relacionou e o diálogo que, em seu redor, foi capaz de estabelecer, levou a que Francisco Ernesto Martins superasse o colecionador para atingir o estatuto de verdadeiro perito de arte.

Através de um aturado trabalho de investigação, foi dando vida aos objetos que colecionou, acrescentou valor e deu cor ao conhecimento que hoje temos da vida dos nossos antepassados.

Ajudou a reescrever a história dos Açores, em particular a de Angra, no contexto de região geoestratégica do comércio mundial dos séculos XVI a XIX, materializada nos objetos que procurou, estudou e trouxe à luz do nosso conhecimento.

Homem de uma simplicidade que habitualmente assiste aos que atingem a verdadeira dimensão da imortalidade e reconhecem, na sua ação, o contributo que devem à consciência coletiva do conhecimento humano.

Extraordinário contador de histórias, fazia do convívio com ele, para quantos se interessavam pelas temáticas que dominava, momentos únicos com a magia de quem está perante um verdadeiro contador de segredos.

A vasta obra que publicou espalha a profunda preocupação que teve nas 5 décadas de intensa pesquisa, em esclarecer aspetos nebulosos relacionados com a classificação das peças e a ele se fica a dever a colocação do imobiliário português, nomeadamente terceirense, no panorama do móvel português e indo-português a nível da história da arte do mobiliário no mundo, tornando-se referência incontornável em todos os estudos, teses de doutoramento e publicações que, sobre o tema ou com ele relacionado, têm vindo a lume nas últimas 2 décadas.

É, pois, com enorme sentimento de perda que o seu desaparecimento me deixa como amigo, homem de cultura e, sobretudo, homem a quem os Açores devem um extraordinário trabalho de recolha, classificação e inventariação de objetos únicos que escrevem de modo objetivo a história dos Açores que, de outro modo, na sua maioria, teriam desaparecido ou saído da região para sempre.

Mário Toste.»

O grupo municipal do PSD apresenta um Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Ernesto de Oliveira Martins, em memória daquele homem que, pelo seu contributo para a história e cultura dos Açores, deixou para as gerações futuras um legado de tão grande significado, devendo-se comunicar aos seus familiares, a decisão desta votação.

*Não se registando mais intervenções e posto à votação por escrutínio secreto, o **Voto de Pesar constante do Ponto 2.3 foi aprovado com 27 votos a favor e 1 abstenção.***

2.4 – Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Pinheiro, Presidente da Junta de Freguesia da Feteira.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – No sábado passado, dia 22 de dezembro deste ano de 2012 morreu aos 60 anos de idade, Carlos Pinheiro, presidente da Junta de Freguesia da Feteira.

Mestre restaurador, exerceu atividade durante muitos anos no Centro de Restauro em Angra, fazendo parte dos quadros da Direção Regional da Cultura até à sua morte.

Carlos Pinheiro foi eleito presidente da Junta de Freguesia da Feteira em 2009 e desempenhou também as funções de presidente da Casa do Povo da mesma freguesia onde havia, recentemente, iniciado o seu 3º mandato.

Foi presidente da Assembleia da Filarmónica de Nª Sra. das Mercês, presidente da Comissão de Pais da escola primária da Feteira, cujas obras de ampliação e requalificação sempre apoiou e impulsionou e fez parte da comissão de festas de Nª Sra. das Mercês no ano em que se implementou aquela que veio a tornar-se a tradicional noite do peixe nas referidas festividades.

Continental de nascimento, este feteirense adotivo abraçou e adotou a comunidade que o acolheu com todas as suas forças. Dedicou a sua vida ao serviço do bem comum e dos habitantes da sua querida Feteira, freguesia pela qual zelava com uma dedicação sem igual.

Dotado de um sorriso fácil e de um fino sentido de humor, vivia os problemas da Feteira e dos feteirenses com uma intensidade imensa e nunca poupou esforços para ajudar quem dele precisasse.

No decurso do seu mandato nunca deixou de apoiar os grupos de jovens e os escoteiros da freguesia, participando também em todas as atividades sociais da Feteira. O seu último ato público foi a inauguração da quinta pedagógica, obra que deixa como legado para as gerações futuras.

Partiu um homem bom, marido e pai exemplar que deixa muitas saudades a todos aqueles que, com ele, puderam partilhar muitos e bons momentos.

O grupo municipal do PSD apresenta um voto de pesar pelo falecimento de Carlos Pinheiro, em memória do homem que, pelo seu contributo à freguesia da Feteira, deixou para as gerações futuras um legado de tão grande significado, devendo-se comunicar aos seus familiares, a decisão desta votação.

Sr. presidente da Mesa: – Conheci o senhor Carlos Pinheiro muito antes de privar com ele mais de perto aqui na Assembleia e sempre o tive como um profissional exemplar e um bom amigo.

Como não interpretei bem uma mensagem que recebi no meu telemóvel, não pude estar presente no seu funeral. Peço à senhora representante da Junta de Freguesia que transmita aos seus colegas o meu pesar pelo falecimento do Carlos Pinheiro e por não o ter acompanhado.

Não se registando mais intervenções e posto à votação por escrutínio secreto, o Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Carlos Pinheiro constante do Ponto 2.4 foi aprovado por unanimidade.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Não sei que tipo de maldade terá este concelho feito à RTP Açores, porque parece que as reuniões desta Assembleia não lhe despertam qualquer tipo de interesse. Têm importância as reuniões de Santa Cruz da Graciosa, de Vila Franca do Campo, da Horta, etc., menos as de Angra do Heroísmo.

Apresentámos um voto de protesto em relação à RTP em junho do ano passado e, se calhar, vamos apresentar outro em fevereiro porque isto é ridículo e nem a cidade de Angra, nem os seus municípios merecem este desprezo.

Sr. presidente da Mesa: – Um dia destes vi uma reportagem sobre a redução de gastos dos municípios em relação à iluminação de Natal e só referiram municípios de S. Miguel. Isto não é prestação de serviço público; vamos constatando o que vamos vendo no dia-a-dia.

Sr. d. m. João Santos: – O grupo municipal do Partido Socialista subscreve na íntegra o que foi afirmado pelo senhor deputado Nuno Melo Alves.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Faço minhas as palavras do senhor deputado João Santos e subscrevo na íntegra a intervenção do senhor deputado Nuno Melo Alves.

O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações.

*Não se registaram quaisquer intervenções. Posta à votação, a **Minuta das Deliberações foi aprovada por unanimidade.***

Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da Mesa desejou à senhora presidente da Câmara, aos senhores vereadores e a todos os senhores deputados municipais a continuação de Boas Festas e um Bom Ano de 2013, dando por encerrada a sessão, pelas 18H00 do dia 27 de dezembro de 2012, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz